

JAIRO MORAIS NUNES

O FAMIGERADO SE :  
UMA ANÁLISE SINCRÔNICA E DIACRÔNICA  
DAS CONSTRUÇÕES  
COM SE APASSIVADOR E INDETERMINADOR

Dissertação apresentada à Coordenação de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

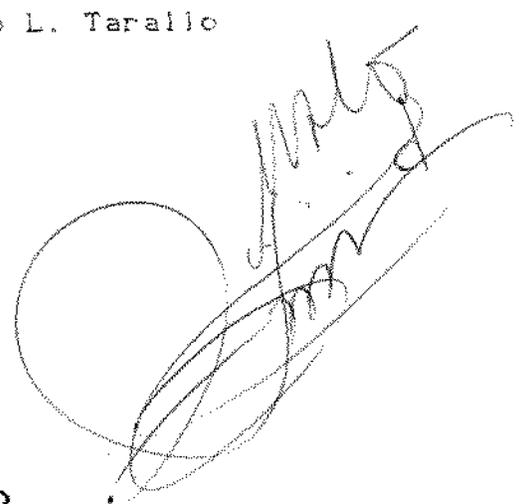
Orientador:  
Prof. Dr. Fernando L. Tarallo

Este exemplar é a redação final da tese defendida por Jairo Moraes  
Nunes  
e aprovada pela Comissão Julgadora em  
15/02/90.

Fernando Tarallo

CAMPINAS

FEVEREIRO - 1990



Prof. Dr. FERNANDO LUIZ TARALLO  
ORIENTADOR

N922f

Este trabalho foi em parte financiado por uma bolsa de estudos concedida pelo CNPq e por uma Bolsa Monitoria concedida pela UNICAMP.

"Amanheceste antes das cores  
E, sempre divertido,  
Escolheste o branco  
A ornar tuas atemporais têmporas.

Tuas c s já foram verdes,  
Eu as não vi amadurecer."

A seu Jer nimo

A dona Iraci

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Tarallo, pelo constante incentivo desde meu primeiro curso em sintaxe e por toda a confiança em mim depositada.

Aos Prof.<sup>es</sup> Dr.<sup>es</sup> Mary Kato, Charlotte Galves e Carlos Franchi, por prestimosas críticas, observações e estímulo ao longo do mestrado.

Ao Prof. Dr. Eduardo Raposo, que, com sua leitura atenta de uma versão preliminar do Capítulo I, me propiciou a revisão de várias questões.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Lemos, que gentilmente me cedeu seu microcomputador para a quantificação dos dados.

Aos Prof.<sup>es</sup> Décio Bragança, Juracy Almeida, Lando Lofrano e Liney Gonçalves, que me despertaram para o prazeroso universo do estudo da linguagem.

Ao Emilio, grande amigo que contribuiu significativamente em todas as fases desta dissertação.

A Ruth, Maura, Nelise, Marilza, Angel; todos sempre prontos a ajudar no que fosse necessário (principalmente a tornar tão agradável a convivência acadêmica).

A Teresa e Alvana, pelo carinho demonstrado em momentos importantes durante este trabalho.

Aos caríssimos "co-republicanos" e "co-republicanas", que (apesar de seu juízo de gramaticalidade sobre sentenças deixar muito a desejar!) se mantiveram durante todo o tempo ao meu lado, dando inestimáveis provas de amizade.

# ÍNDICE GERAL

	PÁGINA
ÍNDICE DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS	i
RESUMO	iv
ABSTRACT	vi
INTRODUÇÃO	1
1.1. O FAMIGERADO <u>SE</u>	2
1.2. OBJETIVOS	3
1.3. ALGUMAS HIPÓTESES	4
1.4. METODOLOGIA	5
1.4.1. O envelope de variação	6
1.4.1.1. As variáveis dependentes	9
1.4.1.2. Fatores condicionadores	10
NOTAS	15

## CAPÍTULO I

### SE APASSIVADOR E SE INDETERMINADOR:

ESTATUTO TEÓRICO	16
1.1. INTRODUÇÃO	17
1.2 RECENTES ANÁLISES DAS PASSIVAS PRONOMINAIS	18
1.2.1. A proposta de Everett (1985)	18
1.2.2. A proposta de Galves (1986)	21
1.3. ESTATUTO TEÓRICO DAS PASSIVAS PRONOMINAIS	25
1.3.1. A análise de Chomsky (1981)	25
1.3.2. Da absorção de caso	26
1.3.2.1. A dualidade nominativo/acusativo	26
1.3.2.2 A atribuição de nominativo por <u>default</u>	27
1.3.2.3. A absorção de caso acusativo	28
1.3.3. Da absorção de papel temático	29
1.3.4. Expletivo ou não expletivo: eis a questão	31
1.3.4.1. V + <u>SE</u> = [+V] ?	35
1.3.4.2. A entrada lexical de <u>se</u> e <u>do</u>	37
1.3.4.3. Uma restrição em Forma Fonética	40
1.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O AFIJO DE PARTICÍPIO	42
1.4.1. Algumas especulações	42
1.4.2. Verbos auxiliares e atribuição de caso	43
1.4.3. A especificação [-V, +N]	44
1.4.4. O participio e a colocação de clíticos	45
1.4.5 A entrada lexical do afixo de participio	48

1.4.5.1. Particípios e a subcategorização de sintagma agentivo	50
1.5. PASSIVAS PRONOMINAIS E CONSTRUÇÕES COM PARTICÍPIO	54
1.5.1. A absorção de caso	54
1.5.2. A entrada lexical de <u>se</u>	56
1.5.3 A subcategorização de sintagma agentivo	59
1.5.4. Anaforicidade e referência indeterminada	61
1.5.4.1. Em passivas perifrásticas e construções com <u>se</u> apassivador	61
1.5.4.2. Em construções com <u>se</u> indeterminador	64
1.5.4.3. Indeterminação e ambigüidade estrutural	65
NOTAS	68

## CAPÍTULO II

PASSIVAS PRONOMINAIS: O PERCURSO DIACRÔNICO	73
II.1. INTRODUÇÃO	74
II.2. O SURGIMENTO DE <u>SE</u> INDETERMINADOR NO PORTUGUÊS	75
II.2.1. Um fenômeno de reanálise	75
II.2.1.1. A posição do argumento interno	79
II.2.1.2. A opcionalidade do sintagma agentivo	85
II.2.1.3. O fator locução verbal	90
II.3. A EXPANSÃO DAS PASSIVAS PRONOMINAIS	92
II.3.1. Analisando a reanálise	92
II.3.2. O passo além	94
II.4. PASSIVAS PRONOMINAIS SEM PRONOME	99
II.5. O " <u>SE</u> SARNEY"	106

II.6. A AVALIAÇÃO DAS PASSIVAS PRONOMINAIS INOVADORAS	117
II.7. A ANÁLISE DE CINQUE (1988)	122
II.7.1. <u>Si</u> [+arg] X <u>se</u> apassivador	127
II.7.2. Nominativo X acusativo	127
II.7.3. <u>Si</u> [-arg] X <u>se</u> indeterminador (nominativo X ausência de absorção)	131
II.7.3.1. Bloqueando <u>outputs</u> indesejáveis	133
II.7.4. Evidências para a identificação de <u>se</u> médio	135
II.7.5. Reinterpretando os dados de Cinque	138
II.7.6. Fenômenos em expansão?!	141
II.7.6.1. No italiano	143
II.7.6.2. No português	146
II.7.6.3. No romeno	147
II.7.6.4. Nos casos limite: o francês e o trentino	149
NOTAS	152
CONCLUSÃO	160
II.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
II.2. ALGUMAS PERSPECTIVAS DE PESQUISA	164
BIBLIOGRAFIA	168

## ÍNDICE DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

	PÁGINA
TABELA 11.1: PASSIVAS PRONOMINAIS: DISCORDANCIA ENTRE VERBO E ARGUMENTO INTERNO POR PERÍODO DE TEMPO	76
TABELA 11.2: PASSIVAS PRONOMINAIS: DISCORDANCIA VERBAL EM RELAÇÃO A POSIÇÃO DO ARGUMENTO INTERNO	79
TABELA 11.3: PASSIVAS PRONOMINAIS: FREQUÊNCIA DE VSN SEGUNDO O <u>CORPUS</u> ANALISADO	81
TABELA 11.4: PASSIVAS PRONOMINAIS: "POSPOSIÇÃO" DO ARGUMENTO INTERNO POR PERÍODO DE TEMPO	81
TABELA 11.5: PASSIVAS PRONOMINAIS: "POSPOSIÇÃO" POR REALIZAÇÃO DO ARGUMENTO INTERNO	84
TABELA 11.6: PASSIVAS PRONOMINAIS: DISCORDANCIA POR TIPO DE CONSTRUÇÃO EM FUNÇÃO DO TEMPO	91
TABELA 11.7: EXPANSÃO DAS PASSIVAS PRONOMINAIS: OCORRÊNCIAS DE CADA TIPO DE VERBO POR PERÍODO DE TEMPO	97

TABELA 11.8:	101
PASSIVAS PRONOMINAIS: APAGAMENTO DO CLÍTICO <u>SE</u> POR PERÍODO DE TEMPO	
TABELA 11.9:	102
PASSIVAS PRONOMINAIS: APAGAMENTO DE <u>SE</u> POR TIPO DE CONSTRUÇÃO EM FUNÇÃO DO TEMPO	
TABELA 11.10:	105
PASSIVAS PRONOMINAIS: APAGAMENTO DO CLÍTICO <u>SE</u> POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	
TABELA 11.11:	108
PASSIVAS PRONOMINAIS: APAGAMENTO DO CLÍTICO <u>SE</u> POR FLEXÃO DO VERBO	
TABELA 11.12:	110
PASSIVAS PRONOMINAIS: APAGAMENTO DE <u>SE</u> EM CONSTRUÇÕES FINITAS NÃO COORDENADAS POR PERÍODO DE TEMPO	
TABELA 11.13:	113
PASSIVAS PRONOMINAIS: DISCORDÂNCIA EM FUNÇÃO DA FLEXÃO DO VERBO POR PERÍODO DE TEMPO	
QUADRO 11.1:	82
PASSIVAS PRONOMINAIS: "POSPOSIÇÃO" E DISCORDÂNCIA POR PERÍODO DE TEMPO	
QUADRO 11.2:	91
PASSIVAS PRONOMINAIS: DISCORDÂNCIA POR TIPO DE CONSTRUÇÃO EM FUNÇÃO DO TEMPO	

QUADRO 11.3:	104
PASSIVAS PRONOMINAIS: DISCORDANCIA VERBAL E APAGAMENTO DE <u>SE</u> POR PERÍODO DE TEMPO	
QUADRO 11.4:	110
PASSIVAS PRONOMINAIS: APAGAMENTO DE <u>SE</u> EM CONSTRUÇÕES FINITAS NAO COORDENADAS E DISCORDANCIA POR PERÍODO DE TEMPO	
QUADRO 11.5:	114
PASSIVAS PRONOMINAIS: DISCORDANCIA EM FUNÇÃO DA FLEXÃO DO VERBO POR PERÍODO DE TEMPO	
FIGURA 11.1:	88
PASSIVAS PRONOMINAIS EM PORTUGUÊS EUROPEU FALADO: CONCORDANCIA ENTRE VERBO E ARGUMENTO INTERNO	
FIGURA 11.2:	118
PASSIVAS PRONOMINAIS EM <u>VEJA</u> : DISTRIBUIÇÃO DA DISCORDANCIA VERBAL POR TIPO DE DISCURSO	
FIGURA 11.3:	119
PASSIVAS PRONOMINAIS EM <u>VEJA</u> : DISTRIBUIÇÃO DA DISCORDANCIA VERBAL POR POSIÇÃO DO ARGUMENTO INTERNO	
FIGURA 11.4:	120
PASSIVAS PRONOMINAIS EM <u>VEJA</u> : DISTRIBUIÇÃO DA DISCORDANCIA VERBAL POR FLEXÃO E TIPO DE CONSTRUÇÃO DO VERBO	

## RESUMO

Este estudo visa a analisar sincrônica e diacronicamente construções com os denominados se apassivador, como (1), e se indeterminador, como (2):

(1) Alugam-se casas.

(2) Aluga-se caasa.

Tendo como referência o quadro da Teoria da Regência e Ligação desenvolvido a partir de Chomsky (1981), propõe-se aqui que, enquanto apassivador, se absorve o papel temático reservado ao argumento externo e caso acusativo, detematizando a posição de sujeito: enquanto indeterminador, se não absorve caso nem papel temático, tornando arbitrária a referência do pronome nulo de 3ª pessoa que ocupa a posição de sujeito.

Na abordagem diacrônica, defende-se a idéia de que houve no português antigo uma reanálise sintática em que o expletivo da posição de sujeito de construções com se apassivador foi tomado como um pronome nulo referencial. No português brasileiro, essa mudança lingüística praticamente já está em seus momentos finais: a construção com se indeterminador se tornou a forma canônica e a antiga construção com se apassivador ficou relegada à escrita. O dialeto brasileiro registra ainda duas mudanças mais recentes: o apagamento de se indeterminador

v

em construções finitas e sua inserção em construções infinitas.

Com base nos resultados da abordagem diacrônica e em certas assimetrias imprevistas pela análise formal desenvolvida, advoga-se neste trabalho, seguindo a linha de pesquisa defendida por Kato e Tarallo (1989), que a união de uma análise formal a uma análise variacionista confere maior poder explanatório à investigação dos fenômenos linguísticos.

## ABSTRACT

The purpose of this study is to provide a synchronic and diachronic analysis of the so called passive and impersonal se, respectively exemplified in (1) and (2):

(1) Alugam-se casas.

(2) Aluga-se casas.

Working within the Government and Binding Theory, developed after Chomsky (1981), I claim that passive se absorbs the external theta-role and accusative case; and that impersonal se does not absorb either case, or theta-role, making arbitrary the reference of the third person null pronoun which occupies the subject position.

In what concerns the diachronic analysis I hypothesize that there was in old Portuguese a syntactic reanalysis in which the expletive of the subject position of passive se constructions was understood as a referential null pronoun. In Brazilian Portuguese, this linguistic change has already been almost completed: the impersonal se construction has become the favorite form and the old passive se construction has been relegated to writing. Brazilian dialect has also implemented two other recent changes: se deletion in finite

contexts and se insertion in infinitive contexts.

In face of the diachronic results and of certain asymmetries unpredicted by the formal analysis developed here, I claim, following Kato e Tarallo (1989), that a conjunction of a formal analysis model and a variation and change analysis model gives major explanatory power to the linguistic phenomena.

## INTRODUÇÃO

"Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

tem mil faces secretas sob a face neutra  
e te pergunta, sem interesse pela resposta  
pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?"

(Carlos Drummond de Andrade: "Procura da  
Poesia")

### 1.1. O FAMIGERADO SE

Devido a sua variada gama de funções, os clíticos anafóricos sempre têm ocupado posição de relevo no universo dos estudos linguísticos, em particular no âmbito das diversas versões da gramática gerativo-transformacional. Essa posição de destaque se faz presente mesmo no curso secundário: todo estudante de segundo grau vez por outra enfrenta as agruras da "classificação das funções da palavra se".

Não por algum trauma pedagógico, mas pelos desafios que se apresentam, senti-me tentado a deslindar alguns dos enigmas que envolvem o clítico se, tomando-o como tema para esta dissertação de mestrado, ou, mais especificamente, tomando como objeto de estudo os denominados se apassivador e se indeterminador, respectivamente exemplificados em (1) e (2):

(1) Alugam-se casas.

(2) Aluga-se casas.

## 1.2. OBJETIVOS

O presente estudo tem por objetivos principais:

- a) estabelecer o estatuto teórico das construções que envolvem se apassivador e se indeterminador dentro do quadro da Teoria da Regência e Ligação, desenvolvida a partir de Chomsky (1981);
- b) empreender uma investigação diacrônica que mapeie o percurso diacrônico de ambas as construções no português brasileiro; e
- c) seguindo a linha de pesquisa proposta por Kato e Tarallo (1989), trazer evidências que explicitem a necessidade e viabilidade da união de um modelo formal, como o da Teoria da Regência e Ligação, a um modelo variacionista como o desenvolvido por Labov (1972, 1975, 1982) com vistas a uma análise mais exaustiva dos fenômenos lingüísticos.

O Capítulo I se voltará para o primeiro objetivo, enquanto o Capítulo II dará ênfase aos dois últimos.

### 1.3. ALGUMAS HIPÓTESES

As principais hipóteses que nortearam este trabalho foram as seguintes:

- a) enquanto apassivador, se absorve o papel temático reservado ao argumento externo e caso acusativo, detematizando a posição de sujeito;
- b) enquanto indeterminador, se não absorve caso nem papel temático, mantendo intacto o caráter temático da posição de sujeito;
- c) houve no português um processo de reanálise (cf. LANGACKER (1977, p. 58) sintática em que o expletivo da posição de sujeito de construções com se apassivador foi reinterpretado como um pronome nulo referencial; e
- d) outras mudanças lingüísticas envolvendo se indeterminador no português brasileiro, como o seu apagamento<sup>1</sup> em sentenças finitas e sua inserção em sentenças infinitas, somente tiveram início quando as construções com se indeterminador se tornaram mais freqüentes que as construções com se apassivador.

1.4. METODOLOGIA

Para proceder à investigação diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador, foram formados 4 corpora (com um total de 1374 dados) seguindo a metodologia de coleta, quantificação e análise de dados formulada por Labov (1972).

O corpus diacrônico foi composto por cartas, diários e documentos, na medida do possível próximos ao que se pode conceber como o vernáculo (cf. LABOV (op. cit.)) de cada época, compreendendo o período entre 1555 e 1989. óbvio é que os dados relativos aos primeiros períodos de tempo ainda não retratam o que se pode configurar como dialeto brasileiro. O cômputo desses dados não deixa de refletir, no entanto, parte do sistema de que o português brasileiro foi se afastando e, portanto, parte da constituição do dialeto brasileiro. Para evitar maiores vieses, só foram computados dados referentes a textos escritos no Brasil, perfazendo um total de 977 dados.

Esses textos foram obtidos em sua maioria junto ao Acervo de Linguística Histórica da UNICAMP. Abaixo estão arrolados os textos que serviram como fonte de dados para este estudo:

1555: LEITE S. I., Serafim (s/d): Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil, vol. II, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

- 1571-1877: JONHSON, D. Martinho (trancr.) (1977): Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo, O Mosteiro, São Paulo.
- 1617: 1º Governo do Brasil [documentos].
- 1725-1726: SHUMANN, Frederico (dir.) (1915): Governadores do Rio de Janeiro, correspondência activa e passiva com a côrte, Officinas Graphicas do Archivo Nacional, Rio.
- 1738-1739: Autos da devassa contra os índios Mura do Rio Madeira e nações do Rio Tocantins, Universidade do Amazonas, Manaus, 1984.
- 1768-1769: LAVRADIO, Marquês do (1972): Cartas da Bahia, Arquivo Nacional, Rio.
- 1863: Processo contra escravos, Arquivo Público Municipal, Uberaba.
- 1894: VARCA, Júlio (1973): A última viagem do Barão do Serro Azul, O Formigueiro, Curitiba [cartas e diários].
- 1894-1895: CARNEIRO, David (s/d): O Paraná e a Revolução Federalista, [cartas e diários].
- 1919-1920: LIMA, Eduardo C. (1982): Victor Ferreira do Amaral (o reitor de sempre), Editora da UFPR, Curitiba [cartas].
- 1838-1989: cartas avulsas.

Um outro corpus foi composto a partir de 13 entrevistas (aproximadamente 10 horas de gravação) provenientes do Banco de Dados da PUCSP, perfazendo um total de 136 dados. Os informantes (5 cursando ou tendo concluído apenas o 1º grau; 3, o 2º grau; e 5, o 3º grau) eram todos paulistanos ou haviam sido criados na cidade de São Paulo.

Espera-se que neste corpus se espelhem as tendências das mudanças observadas no corpus diacrônico. Para que tal expectativa fosse verificada, ambos os corpora se submeteram ao mesmo instrumental de análise. Os dados referentes às entrevistas estarão agrupados aos outros dados da segunda metade do século XX e, sempre que se fizer necessário, farei menção aos resultados específicos das entrevistas.

O terceiro corpus é constituído por 97 dados provenientes de 24 entrevistas do português europeu obtidas junto a NASCIMENTO *et alii* (1987 : Português fundamental; volume segundo; Métodos e documentos; tomo primeiro; Inquérito de Frequência, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Lisboa). Esse corpus será utilizado apenas como contraponto em relação às entrevistas do português brasileiro, ou mesmo em relação a estágios anteriores do português brasileiro.

Compõem o último corpus 164 dados provenientes do conjunto de reportagens da revista Veja do período de maio de 1988 a maio de 1989. A constituição deste corpus obedeceu a critérios diferentes dos anteriores: foram computadas tão somente as ocorrências do que a gramática normativa aponta como "erro" em construções com se apassivador ou com se indeterminador. Este corpus deverá permitir que se investigue a avaliação sincrônica (cf. WEINREICH, LABOV e HERZOG (1968, p. 186))

das construções que se encontram em variação ou em processo de mudança.

Portanto, a análise como um todo se concentra basicamente nos 1113 dados referentes ao corpus diacrônico e às entrevistas do português brasileiro.

#### 1.4.1. O envelope de variação

As diversas mudanças envolvendo se apassivador e se indeterminador no português brasileiro verificadas no corpus foram analisadas em função da mudança que substitui construções como (1) por construções como (2), e da mudança que substitui estruturas como (3) por estruturas como (4):

- (1) Alugam-se casas.
- (2) Aluga-se casas.
- (3) Aqui se conserta sapatos.
- (4) Aqui conserta sapatos.

Estabelece-se, portanto, um quadro com duas variáveis, independentes uma da outra, como se pode ver abaixo.

#### 1.4.1.1. As variáveis dependentes

A primeira variável, que diz respeito à mudança que substitui (1) por (2), engloba as seguintes variantes:

a) concordância entre o verbo e o argumento interno<sup>1</sup><sub>2</sub>:

"Sendo medidas as ditas terras se entregassem as quinhentas braças de terras aos ditos Padres." (Livro do tombo, 1677)

b) discordância entre o verbo e o argumento interno:

"Também desenterrou-se outras coisas semelhantes em diversos lugares." (Processo contra escravos, 1863)

c) "não-se-aplica" (neutralização da concordância):

"As testemunhas depõem que se não deu causa alguma aos Indios Muras para fazerem os excessos referidos." (Autos da devassa contra os Indios Mura, 1738)

A segunda variável, que se refere à mudança que substitui (3) por (4), compreende as variantes que se seguem:

a) presença do clítico se:

"Agora se descobria quais eram os outros autores da morte do Tenente." (Processo contra escravos, 1863)

b) ausência do clítico se:

teceu de não ganhar nada." (entrevista do português brasileiro)

#### 1.4.1.2. Fatores condicionadores

Para cada variável isoladamente, ou para ambas as variáveis, foram selecionados os seguintes fatores condicionadores:

a) posição do argumento interno:

a1) anteposto ao verbo:

"*Es inconveniente da porta se podera remediar tapandolhe des palmos com escada de pedra por fora.*" (carta, 1725)

a2) posposto ao verbo:

"Não está em termoz de se *reputarem* como justaz, e necessarias estas guerraz." (Autos da devassa contra os índios Mura, 1738)

a3) "não-se-aplica" (sujeito foneticamente nulo):

"O que foi esses 25 anos? Foi disso aí. Elimina-se [ø]. O que se eliminou gente aí sem saber." (entrevista do português brasileiro)

b) realização do argumento interno:

b1) sentença:

"O inimigo, iniciou nutrido fogo de infantaria contra nós, das 5 1/2 às 10 1/2 da manhã, calculando-se *tivesse consumido mais de 20.000 tiros.*" (carta, 1894)

b2) pronome indefinido ou pronome demonstrativo neutro:

"Isto se não deve consentir." (Cartas da Bahia, 1768)

b3) sintagma QU (pronome relativo):

"Pedem as Justicaz de Sua Magestade lhes dem, e mandem dellas dar a posse, *que* se requer, como a elles lhe fora dada." (Livro do tombo, 1597)

b4) sintagma QU (palavra QU + ...N...):

"Cujo depoimento se acrescentou a presente devassa." (Autos da devassa contra os índios Mura, 1738)

b5) clítico:

"Acusando-se *os* sempre como feiticeiros." (Processo contra escravos, 1863)

b6) outro tipo de SN lexical:

"E se lhe passe *carta* na forma do estilo." (Livro do tombo, 1668)

b7) argumento não realizado foneticamente:

"fugirão dos 3.<sup>os</sup> edoserv.<sup>co</sup> de V. Mag. de 31 soldados como seve [Ø] dalista incluza." (carta, 1725)

c) sintagma agentivo em construções com verbos transitivos diretos:

c1) presença:

"No Reo da Madeira se fazem todos os annoz bastantes mortes *pelo gentio chamados Muras* sem que se lhe de causa alguma." (Autos da devassa contra os índios Mura, 1738)

sem que se lhe de causa alguma." (Autos da devassa contra os índios Mura, 1738)

c2) ausência:

"Durante o resto do dia, estudou-se o terreno [ØJ". (diário, 1894)

c3) "não-se-aplica" (estruturas com outros tipos de verbos):

"Ordenando que em seguida se procedesse do interrogatório." (Processo contra escravos, 1863)

d) tipo de construção:

d1) simples:

"E em todos os paos por onde foi o rumo se pazerão Cruzes." (Livro do tombo, 1677)

d2) em locução verbal:

"O que me parece pervenir no armazem q. se hade fazer na dita fortaleza." (carta, 1725)

d3) coordenada (simples ou em locução):

"Precedendo todas as ceremonias da Lei, como forão botar terra para o ar, e fecharem-se e abrirem-se portas." (Livro do tombo, 1783)

e) tipo de verbo:

e1) transitivo direto:

"E que se nam faça execussam por diuida alguã." (documento, 1617)

"Depois, quando se *passar* por todas as materias vão as notas p'ra os Pais." (carta, 1906)

e3) intransitivo:

"Isso supõe que se *pense*." (entrevista do português brasileiro)

e4) ergativo:

"Nunca se *chegará* a uma conclusão lógica." (carta, 1984)

e5) copulativo:

"O natural orgulho que se sente quando se é pae pela primeira vez." (carta, 1892)

f) flexão do verbo:

f1) tempo finito:

"Eu de boa mente converia na guerra dos indios Mura se se *provasse* que estes impedião as entradas dos missionarios." (Autos da devassa contra os índios Mura, 1738)

(f2) infinitivo:

"Nunca pude me conformar com a idéia de se *matar* um homem a sangue frio." (carta, 1894)

(f3) gerúndio:

"Lhe dem por posse judicial *fazendo* se disso auto e mais termos necessarios." (Livro do tombo, 1751)

Fatores como nível de escolaridade para as entrevistas (subdividido em 1º, 2º e 3º grau) e tempo real (subdividido em séculos) também foram inseridos na análise, sendo desnecessário exemplificá-los.

Uma vez aceito o "decifra-me ou devoro-te" do clítico se, à luta!

## NOTAS

(1) No decorrer da dissertação empregarei os termos apagamento, inserção ou algum sinônimo, sem que com isso esteja me referindo a uma regra gramatical. Quando empregá-los, estarei simplesmente me reportando às construções em que, respectivamente, se esperava ou não se esperava a presença de se indeterminador.

(2) Sempre estarei me referindo às noções de argumento interno e argumento externo no sentido empregado por Williams (1981).

CAPÍTULO I  
SE APASSIVADOR E SE INDETERMINADOR:  
ESTATUTO TEÓRICO

"Vivendo, se aprende: mas o que se aprende,  
mais, é só a fazer outras maiores perguntas."

(Guimarães Rosa: Grande Sertão: Veredas)

## I. 1. INTRODUÇÃO

Este capítulo visa a estabelecer o estatuto teórico das denominadas construções com se apassivador, como (1), e construções com se indeterminador como (2) (3), (4) e (5):

- (1) Alugam-se casas.
- (2) Aluga-se casas.
- (3) Precisa-se de empregadas.
- (4) Vive-se bem neste país.
- (5) ~~É~~-se feliz quando se é jovem.

Recentes propostas para uma análise unificada dessas construções têm deparado com um indesejável custo teórico: postulam, por exemplo, que o clítico se é categoricamente argumental (cf. EVERETT (1985, p. 28)), ou que certas construções envolvendo esse clítico podem ser geradas sem posição de sujeito (cf. GALVES (1986, p.22)), ou ainda que em sentenças como as arroladas acima se está associado ao caso nominativo (cf. CINQUE (1988, p. 536)). Pretendo escapar a complicações como essas e, ao mesmo tempo, apontar uma análise unificada explanato-

riamente elegante. Para tanto, este texto buscará nas semelhanças entre construções com se apassivador e com se indeterminador (doravante agrupadas sob a designação de passivas pronominais<sup>1</sup>) e passivas perifrásticas, como (6):

(6) A casa foi vendida.

fenômenos mais gerais que possam ser descritos de maneira simples, alicerçados em princípios independentemente motivados.

Antes de apresentar minha proposta, serão discutidas na próxima seção algumas análises recentes dessas construções.

## 1.2. RECENTES ANÁLISES DAS PASSIVAS PRONOMINAIS

### 1.2.1. A proposta de Everett (1985)

Everett (1985, p. 24) postula uma única entrada lexical para os vários usos do clítico se (reflexivo, ergativo, inerente, indeterminador e apassivador) no âmbito de todas as línguas românicas, como representado abaixo:

(7) a. SE = [+N, -V ]  
           [+Caso]  
           [+Argumento]  
           [+Anáfora]

b. Cliticizar a

em que a especificação (7b) pode ser reescrita como (8):

(8) Adjunja a a  $\mathcal{E}$  ( $B = X^0$ ).

A introdução dos traços [+Caso] e [+Argumento] no léxico se deve ao fato de que, para o autor, todos os clíticos nominais devem selecionar um valor para os traços [ $\pm$ A(rgumento)], [ $\pm$ C(aso)], [ $\pm$ an(áfora)] e [ $\pm$ pro(nome)]. Especificamente em relação aos traços [ $\pm$ C], sua menção está associada à versão do Princípio de Projeção (cf. CHOMSKY (1982)) estipulada por Everett (p. 27), segundo a qual não somente as propriedades temáticas, mas também as propriedades de caso têm de ser refletidas em cada nível sintático.

Satisfeitas as especificações lexicais expressas em (7), o clítico se pode ser gerado em qualquer lugar e movido para qualquer lugar. Assim, nas construções com se indeterminador, como na sentença italiana (9), representada em (10) (exemplos (57) e (58) de Everett):

(9) Se riceve facilmente dei colpi.

(10) s[SNexpl INFL[se ...] sv[riceve facilmente  
dei colpi]]

o clítico é gerado sob INFL, onde recebe o papel temático do argumento externo (satisfazendo [+A]), caso nominativo de [SN,S] (satisfazendo [+C]) e é ligado pelo expletivo que ocupa a posição de sujeito (satisfazendo [+an]). O SN posposto ao verbo recebe normalmente caso acusativo e a cliticização deve se realizar em Forma Fonética, o último componente em que se pode satisfazer suas propriedades como clítico.

As construções com se apassivador requerem, no entanto, outro nível para a cliticização. Everett nota que, ao contrário dos reflexivos, se apassivador está associado a sujeitos derivados, conforme ilustram, respectivamente, as sentenças francesas (11) e (12) (exemplos (13) e (5a) de Everett):

(11) \*Les enfants se sont présentés (par la directrice).'

(12) Du bon vin se boit volontairement.

Para explicar a assimetria entre (11) e (12), Everett (p. 37) estipula que se apassivador se cliticiza na sintaxe e, com isso, perde seu caráter anafórico, não sendo mais necessário satisfazer seu traço [+an]. Sendo adjungido ao verbo, o clítico, que já tinha recebido o papel temático de argumento externo em INFL (satisfazendo [+A]), recebe agora caso acusativo (satisfazendo [+C]). Como não lhe está disponível o caso acusativo, o argumento interno recebe caso nominativo da posição de [SN,S], como indica a concordância verbal de (1):

(1) Alugam-se casas.

Embora atraente por propor uma única entrada lexical para o clítico se de todas as línguas românicas, a análise de Everett, para lidar com usos distintos desse clítico ou com línguas específicas, requer um pesado aparato teórico, como bem explicita Galves (1986).

A autora assinala (p. 4), por exemplo, o considerável custo teórico decorrente da dissociação [C] e [A], estando já estabelecido (cf. CHOMSKY (1981)) que um argumento, para ser associado a uma função te-

mática, tem de fazer parte de uma cadeia com caso (ou ter PRO como núcleo). Para manter sua análise, Everett (p. 46-49), abordando construções com se ergativo e inerente, por exemplo, é forçado a assumir que nesses casos os traços [+C] e [+A] do clítico são apagados no léxico. Tal estipulação é tão indesejável quanto o apagamento de [+an] quando da cliticização em sintaxe.

Além disso, continua Galves (p. 11), se se assumir que o clítico se é gerado sob INFL, a regra de cliticização torna-se desnecessária, pois "a única regra da qual precisaremos já está estipulada na gramática e independentemente motivada: é a regra de afixação da flexão ao verbo (a regra R de Chomsky (1981))". A isso pode-se acrescentar que a regra de cliticização representa um recuo na Teoria, na medida em que é necessário estabelecer uma ordenação de regras, pois Mova<sub>a</sub> não pode se aplicar ao output da cliticização na sintaxe (cf. EVERETT (op. cit., p. 29)).

A possível perda de anaforicidade, o estatuto das passivas perifrásticas, bem como outros detalhes da análise de Everett serão oportunamente discutidos nas seções que se seguem.

### 1.2.2. A proposta de Galves (1986)

A concepção de Galves (1986) sobre o funcionamento dos clíticos é muito mais plausível e simples que a de Everett (op. cit.). Para a autora (p. 11), "se é, por definição lexical, um clítico, associável



(1) Alugam-se casas.

(2) Aluga-se casas.

(15) O [SV[INFL[se<sup>j</sup> AGR<sup>i</sup>] V SN<sup>i</sup>]

(16)        [+pronomel] [SV[INFL[se<sup>i</sup> AGR<sup>i</sup>] V SN<sup>2k</sup>]  
               [+anáfora]  
               [+pessoa ]  
               SN<sup>1i</sup>

Em (15), há duas cadeias temáticas: se "absorve", ou realiza, como prefere Galves (p. 20), o papel temático de argumento externo e o SN posposto ao verbo, o papel temático do argumento interno. Porém, somente o SN, por coindexação com AGR, recebe caso (nominativo); o clítico se, segundo a autora (p. 23), "não recebe caso mas já consideramos que não era necessário, sendo ele mesmo a realização da função temática atribuída pelo verbo ao argumento externo". Em (16), a cadeia (SN<sub>1</sub>, se, AGR) recebe papel temático de argumento externo e caso nominativo e o SN<sub>2</sub>, papel temático de argumento interno e caso acusativo. A coindexação de se e AGR em INFL "torna a categoria vazia sujeito uma anáfora pronominal, o elemento tradicionalmente representado por PRO"; daí a referência indeterminada para o argumento externo (p. 14).

Apesar de estar embasada numa concepção do funcionamento dos clíticos bem arrazoada e prover uma solução inteligente para a indeterminação de referência em estruturas como (16), a proposta de Galves esbarra em sérios problemas quando da abordagem das construções com se apassivador, como (1). A principal objeção que se pode fazer diz respeito à geração de uma sentença sem sujeito. Galves segue Borer, que "propõe substituir ao princípio de Chomsky que estipula a obrigação de uma posição sujeito na frase a obrigação de coindexação de INFL com

algum SN no seu domínio de c-comando em estrutura-D" (apud GALVES (op. cit., p. 22)). Ainda que se assuma que este princípio alternativo seja viável teoricamente, é de se questionar se seria aplicável a construções com se, pois tal análise suscita no mínimo três problemas.

Em primeiro lugar, nas construções envolvendo movimento, como em (17) (exemplo (58) de Galves), há necessidade de estipular uma "restauração" da posição de sujeito em algum momento da derivação, já que o SN movido precisa de uma posição de "aterrissagem":

(17) As castanhas se comem assadas.

é deveras desconfortável descartar a posição de sujeito em estrutura-D e recuperá-la em outro nível sintático.

Um outro problema se relaciona ao fato de que Galves, assim como Everett (op. cit.), desconsidera a relação anafórica do clítico se enquanto apassivador. Para a autora, a relação anafórica só se estabelece quando se "está associado à posição objeto e atribuí à categoria vazia o traço /anáfora/. Quando está em INFL, ou bem se combina com o traço /pronome/ de AGR, ou bem se não atribui mais traço nenhum por não entrar em cadeia temática com nenhum outro SN" (p. 24). Deixo suspenso por ora a apresentação de minha objeção. Na seção 1.5.4 defenderei a idéia de que tanto se apassivador, quanto se indeterminador são anafóricos.

Por último, o clítico da estrutura (15) realiza um papel temático, numa cadeia sem caso, o que, nos termos da proposta a ser desenvolvida na seção 1.3 abaixo, constitui uma violação do Princípio de Atribuição de Papel Temático (cf. CHOMSKY (1981, p. 334)).

Fica para o próximo capítulo a análise da proposta de Cinque (1988), que será discutida com base nas mudanças lingüísticas envolvendo as passivas pronominais.

### 1.3. ESTATUTO TEÓRICO DAS PASSIVAS PRONOMINAIS

#### 1.3.1. A análise de Chomsky (1981)

Para desenvolver minha proposta, partirei da análise oferecida em Chomsky (1981), que subjaz às análises referidas na seção anterior.

Para explicar passivas pronominais como (1):

(1) Alugam-se casas.

Chomsky (p. 271) considera que:

- a) o clítico se "absorve"<sup>2</sup> caso acusativo (prova-o sua flexão);
- b) o SN posposto ao verbo recebe caso nominativo por constituir um elo da CADEIA<sup>3</sup> (expl)...SN (haja vista a concordância verbal)<sup>4</sup>; e
- c) a posição do sujeito é detematizada porque o clítico "absorve" o papel temático do argumento externo (fato evidenciado, ao menos em português europeu, pela possível anteposição do SN: Os bolos comeram-se (apud ELISEU (1984, p. 86))).

### 1.3.2. Da absorção de caso

#### 1.3.2.1. A dualidade nominativo/acusativo

Começemos a discussão pelos itens (a) e (b) da seção anterior. Para tanto, veja-se a sentença (2), contraparte de (1):

(2) Aluga-se casas.

A ausência de concordância em (2) leva a crer que não há atribuição de nominativo ao SN casas, como em (1). Esse fato poderia ser explicado admitindo-se que o clítico se pudesse também absorver caso nominativo e que o SN posposto ao verbo recebesse acusativo (cf. EVERETT (op. cit., p. 30 e 33)).

Ao se admitir essa solução, entretanto, a flexão morfológica deixa de ser corroboração para a análise proposta em (a). Além do mais, essa ambivalência nominativo/acusativo para um clítico tem um caráter demasiado ad hoc, já que isso parece mais próprio de alguns pronomes tônicos de certas línguas (entre elas, o português brasileiro), como exemplificam (18) e (19):

(18) João matou ele.

(19) Ele matou João.

Galves (op. cit., p. 5) também demonstra estranheza diante da possibilidade de o clítico absorver um ou outro caso. Contudo, o que Galves de fato rejeita é a atribuição de caso acusativo a se, pois "a

função temática do agente, por exemplo, quando atribuída a qualquer outro SN, nunca é associada ao caso objetivo" (grifo adicionado). Ora, como exemplifica a sentença (20) abaixo, não parece haver nenhum princípio que motive essa estipulação:

(20) Vi-o construir sua casa.

Em (20), de modo semelhante a (1), o clítico recebe caso acusativo, do verbo da oração matriz, e papel temático de argumento externo - agente -, da sentença encaixada. De mais a mais, o Princípio de Atribuição de Papel Temático não faz menção a nenhum caso específico.

Ao contrário de Galves, refuto nessa ambivalência nominativo/acusativo a possibilidade de o clítico se receber caso nominativo: é demasiado desconexa a idéia de que um clítico morfologicamente marcado como forma acusativa possa receber caso nominativo. Elementos com esse tipo de inconsistência devem ser asteriscados, pelo menos, em Forma Fonética. Essa questão será retomada no Capítulo II.

#### 1.3.2.2. A atribuição de nominativo por default

Outra possível solução para (2) seria manter que o clítico absorve caso acusativo, ratificando-se as considerações feitas na seção 1.3.2.1, e estipular que o SN posposto, por default, recebe nominativo. Obviamente, estaria sendo descartada para esse tipo de atribuição a relação entre concordância verbal e caso nominativo.

Contudo, essa explicação não daria conta das passivas pronominais em locução verbal como (21), em que o clítico (l)as visualiza a atribuição de acusativo:

(21) Pode-se alugé-las.

Insistir nessa hipótese, postulando, que a atribuição por default é sensível a locuções verbais, não seria nada natural.

### 1.3.2.3. A absorção de caso acusativo

Ainda em relação a qualquer proposta unificada admitindo que se absorva acusativo, pode-se aventar que isso não ocorreria com verbos não transitivos, como em (22):

(22) Dorme-se bem neste lugar.

É até possível contra-argumentar que dormir pode atribuir caso estrutural mesmo não subcategorizando argumento interno (até porque pode, com rígidas restrições, ter um uso transitivo, como em dormir o sono dos justos). Porém, o que dizer sobre (23), cujo verbo efetivamente não atribui acusativo, conforme demonstra (24)?

(23) Gosta-se de doce.

(24) \*João gosta doce.

Sendo assim, face a sentenças como (1), (22) e (23), as únicas construções em que é plausível admitir uma absorção de caso acusativo pelo clítico se são as representadas por (1), as passivas pronominais com concordância entre o verbo e o argumento interno.

As decorrências desse fato serão posteriormente analisadas.

### 1.3.3. Da absorção de papel temático

Examinemos agora o item (c) da seção 1.3.1.

Já foi bastante observado na literatura (v.g. KEYSER e ROEPER (1984), ELISEU (1984)) que, ao contrário de construções ergativas, como (25), passivas perifrásticas e passivas pronominais de ação, como (26) e (27), podem controlar uma oração adverbial final, ou admitir advérbios que expressam volição<sup>5</sup>, como demonstrado abaixo:

(25) O caldo engrossou \*por engano/\*para a comida ficar mais gostosa.

(26) Esta roupas foram compradas de propósito/ para agradar o dono da loja.

(27) Compraram-se estas roupas deliberadamente/para causar surpresa na festa.

Jaeggli (1986, p. 591), estudando as passivas perifrásticas, admite que o afixo de particípio "absorve" o papel temático reservado ao argumento externo, o que explicaria o contraste entre (26) e (25), que, como construção ergativa, não possui argumento externo. Sentenças

como (28) teriam, então, a estrutura representada em (29) (exemplo (33a) na numeração de Jaeggli):

(28) The man was killed.

(29) [The man]<sub>pi</sub> was [kill+ed]<sub>pe</sub> t<sub>pi</sub> <sup>6</sup>

Com base do idêntico comportamento das passivas perifrásticas e pronominais revelado acima, não seria, pois, estranho afirmar que o clítico de (1) ou (27), como o afixo passivo, absorve o papel temático reservado ao argumento externo. A sentença (1) poderia, assim, ser representada por (30):

(30) (Exp1) alugam-se<sub>pe</sub> casas<sub>pi</sub>

No entanto, seria por demais esdrúxulo imaginar que o papel temático do argumento externo pudesse ser disputado por dois morfemas como ilustrado em (32), pretensa representação de (31):

(31) É-se elogiado frequentemente.

(32) \*(Exp1) é-se<sub>pe</sub> [elogia+do]<sub>pe</sub> frequentemente

A interpretação de (31) de algum modo associa o clítico ao papel temático do argumento interno. Portanto, é falsa a representação (32), pois há aí um mesmo papel temático atribuído a dois morfemas tematicamente diferentes, violando-se o Critério Temático (cf. CHOMSKY (1981, p. 335)), estabelecido simplifadamente como em (33):

(33) "Cada cadeia só pode ter um papel temático".

(apud LOBATO (1986, p. 445))

Não é só junto passivas perifrásticas que se indeterminador se relaciona a argumentos internos. Construções com verbos ergativos, como (34), exibem o mesmo fenômeno:

(34) Chegou-se tarde à festa.

Portanto, diante do contraste entre (1), de um lado, e (31) e (34), de outro, a situação em que o clítico pode absorver o papel temático reservado ao argumento externo somente é concebível junto a passivas pronominais com concordância entre o verbo e o argumento interno, como em (1).

#### 1.3.4. Expletivo ou não expletivo: eis a questão

Tendo-se visto os problemas levantados nas seções 1.3.2 e 1.3.3 e assumindo-se que se pode absorver caso acusativo, bem como papel temático de argumento externo, faz-se necessário explicar por que a absorção não ocorre em certas construções e que construções são essas. Advoga-se aqui que, excetuando-se as construções em que há concordância entre o verbo e o argumento interno, como em (1), há na posição de sujeito das demais passivas pronominais uma categoria vazia pronominal referencial, e não um expletivo.

Uma abordagem como essa dá conta dos problemas acima apontados. Na sentença (2), representada em (35), não há necessidade de estipular uma ambivalência nominativo/acusativo para se, pois pro recebe caso nominativo e papel temático de argumento externo e o SN casas, acusativo e papel temático de argumento interno (na seção 1.3.4.3 essa questão será detalhadamente analisada):

(35)  $pro_{pe}$  aluga-se casas $_{pi}$

Em (3), (4), (5), (21), (22) e (23), não é necessário estipular que se absorve o papel temático do argumento externo, já que pro pode realizá-lo. Assim, a sentença (3), por exemplo, é adequadamente representada por (36):

(36)  $pro_{pe}$  precisa-se de empregadas $_{pi}$

Por fim, na representação de (31), evita-se a indesejável disputa entre se e o afixo passivo pelo papel temático de argumento externo, pois pro pode, sem nenhum problema, realizar o papel temático do argumento interno de passivas perifrásticas, como exemplifica (37):

(37)  $pro_{pi}$  fui [elogia+do] $_{pe}$   $t_{pi}$

(31) tem, portanto, a seguinte configuração:

(38)  $pro_{pi}$  é-se [elogia+do] $_{pe}$   $t_{pi}$  frequentemente <sup>7</sup>

A objeção que vem à tona de imediato leva em consideração o fato de que os clíticos, conforme foi discutido na seção 1.2.2, podem representar a visualização de funções temáticas, como ilustra a sentença (39):

(39) João matou-se.

Em (39) o reflexivo torna visível a estrutura temática do predicado, representada em (40), onde  $x$  e  $y$  simbolizam duas funções temáticas diferentes subcategorizadas pelo verbo:

(40)  $x$  matar  $y$

Com efeito, ao contrário do que ocorre com sentenças como (1) e (39), o clítico de passivas pronominais como (2) ou (31), por exemplo, não torna visível nenhuma função temática. A questão que se coloca, portanto, é se os clíticos (anafóricos) obrigatoriamente funcionam como em (39).

Como evidencia a construção com se inerente abaixo:

(41) João se arrependeu do crime.

inexiste uma motivação que estabeleça um vínculo obrigatório entre clíticos (anafóricos) e realização de funções temáticas. Em (41) os dois papéis temáticos subcategorizados pelo verbo estão "saturados" pelos SNs lexicais, não existindo nenhum papel temático "disponível" para o clítico. Se tal objeção fosse procedente, teria de explicar

também fatos como os apresentados pela sentença (41).

Uma outra objeção que se pode levantar é que se ora está associado a um expletivo e absorve o papel temático do argumento externo, ora está associado a um pronome nulo referencial e não absorve nenhum papel temático, numa relação pouco elucidativa. Porém, se compararmos a estrutura das passivas pronominais com a estrutura das construções com participípio, tudo se encaixa.

O afixo passivo é, na pior das hipóteses, homônimo do afixo de participípio ativo. Prefiro considerá-lo um único afixo usado em diferentes construções, como exemplificam (42) e (43) (onde  $p\emptyset$  simboliza a ausência de absorção de papel temático):

(42) [O livro]<sub>pi</sub> foi [compra+do]<sub>pe</sub> t<sub>pi</sub>

(43) João<sub>pe</sub> tinha [compra+do]<sub>p0</sub> [o livro]<sub>pi</sub>

Se o afixo de (43) retivesse o papel temático de argumento externo, João não seria interpretado por não estar associado a nenhuma função temática; se tanto o afixo, quanto o SN João recebessem  $p_e$ , haveria um único papel temático duplamente atribuído. Ambas as situações violariam o Critério Temático.

O clítico se tem, assim, um funcionamento análogo ao afixo do e, obedecendo ao Critério Temático, não absorve  $p_e$  em construções contendo sujeito temático.<sup>8</sup>

### 1.3.4.1. V + SE = [+V]?

Assumindo-se a proposta de Rouveret e Vergnaud (1980: "Specifying Reference to the Subject", Linguistic Inquiry 11: apud JAEGGLI (op. cit., p. 596)), segundo a qual o particípio é uma categoria neutralizada [+V] não atribuidora de caso acusativo, uma pergunta surge diante do exposto. Por que o particípio atribui caso em (43)? A primeira vista, parece ser possível afirmar que estão aí envolvidas questões relativas ao verbo auxiliar. A locução verbal tinha comprado deve restaurar o conjunto de traços [+V, -N] e, conseqüentemente, a propriedade de atribuir caso acusativo.

Pode-se objetar que, a ser assim, o auxiliar das construções passivas também deveria "verbalizar" a forma neutralizada, tornando-a atribuidora de caso. Esse resultado indesejável é descartado em observância ao estatuto de cópula do auxiliar de passivas perifrásticas e, como tal, a seu caráter inacusativo. Merece consideração, portanto, a idéia de que a natureza dos auxiliares pode ser levada em conta numa tal "desneutralização".

Diante das semelhanças apontadas acima entre o afixo do e o clítico se, é-se tentado a estabelecer mais uma semelhança. Não seria o conglomerado V+se também uma categoria neutralizada [+V], não atribuidora de caso? Respondendo-se afirmativamente, a concordância entre o verbo e o argumento interno, ou o alçamento do SN posposto para a posição de sujeito seriam explicados não em virtude de o clítico ter absorvido caso acusativo, mas em virtude de o conjunto V+se ser inacusativo, por constituir um complexo neutralizado. Essa abordagem inacusativa de V+se é bem condizente com a sentença (1), proporcionando ainda

a seguinte previsão: determinados auxiliares podem restaurar o conjunto de traços [+V, -N] dessas construções, tornando-as atribuidoras de caso acusativo. É o que parece demonstrar (21):

(21) Pode-se alugá-las.

Contudo, apesar de se afigurar como boa explicação para (1) e (21), essa proposta não dá conta das sentenças em que há discordância entre o verbo e o argumento interno como (2):

(2) Aluga-se casas.

e muito menos de sentenças de outras línguas românicas em que pode haver manifestação morfológica da atribuição de acusativo ao SN de estruturas análogas a (2), como exemplifica a sentença italiana (45) (apud BURZIO (1981, p. 36)):

(44) Si guarda le manifestazioni sportive con interesse.

(45) Le si guarda con interesse.

Em (2), (44) e (45) se não impede a atribuição de caso acusativo.

O fenômeno requer, pois, outra explicação, de preferência abrangendo também as passivas perifrásticas.

### 1.3.4.2. A entrada lexical de se e \_do

Retomemos as semelhanças entre passivas pronominais e perifrásticas:

a) \_do e se, absorvendo papel temático do argumento externo, detematizam a posição de sujeito:

(42) [O livro]<sub>pi</sub> foi [compra+do]<sub>pe</sub> t<sub>pi</sub>

(30) (Expl) alugam-se<sub>pe</sub> casas<sub>pi</sub>

b) \_do e se, não absorvendo papel temático, não alteram o caráter temático da posição de sujeito:

(43) João<sub>pe</sub> tinha [compra+do]<sub>p0</sub> [o livro]<sub>pi</sub>

(46) pro<sub>pe</sub> aluga-se<sub>p0</sub> casas<sub>pi</sub>

(47) pro<sub>pe</sub> gosta-se<sub>p0</sub> de doce<sub>pi</sub>

(48) pro<sub>pe</sub> dorme-se<sub>p0</sub> bem neste lugar

Abandonando a idéia de neutralização de Rouveret e Vergnaud e assumindo que o afixo passivo (segundo Jaeggli (op. cit., p. 595)) e o clítico se podem absorver caso acusativo, o fenômeno notado nas sentenças acima é explicado através do Princípio de Atribuição de Papel Temático (cf. CHOMSKY (1981, p. 334)), expresso em (49):

(49) "Um papel temático é atribuído a um elemento de uma cadeia que ocupe uma posição teta e

depois herdado por um argumento se e somente se a cadeia tem caso ou tem PRO como núcleo".

(apud LOBATO, op. cit., p. 448)

Ou seja, se e \_do somente podem absorver papel temático quando também absorvem caso.

Gostaria, então, de propor aqui que, nas entradas lexicais de se e \_do, a absorção do papel temático reservado ao argumento externo assume caráter opcional, e princípios independentes, como o Princípio da Atribuição de Papel Temático e o Critério Temático, excluem sentenças agramaticais.

Com uma entrada lexical como essa e a atuação do Princípio de Atribuição de Papel Temático, obtêm-se as seguintes configurações:

- (50) se           -> a. [+pe, +caso]  
           \_do           b. \*[+pe, -caso]  
                           c. [-pe, +caso]  
                           d. [-pe, -caso]

(50a) representa a configuração de construções com se passivador ou de passivas perifrásticas. (50b) é agramatical por constituir uma cadeia sem caso. As possibilidades (50c) e (50d) serão examinadas mais à frente: para o afixo \_do, na seção 1.4; para o clítico se, nas seções 1.5.1 e 1.5.2.

O leitor deverá ter notado que em (50) não se especificou o tipo de caso absorvido. Essa especificação pode ser depreendida a partir da chamada Generalização de Burzio (apud CHOMSKY (1986, p. 139)), expres-

sa em (51):

(51) "A verb (with an object) case-marks its object  
if and only if it theta-marks its subject."

Assumindo que são geradas em INFL, quando se e do absorvem o papel temático reservado ao argumento externo, o verbo torna-se incapaz de atribuir acusativo, pois não marca tematicamente a posição de sujeito. Dessa forma, o argumento interno de passivas perifrásticas ou de construções com se apassivador deve estar associado ao caso nominativo. Se se e do absorvessem nominativo, não haveria em estrutura-S, de acordo com a Generalização de Burzio, caso disponível para o argumento interno (Além do mais, como se observou na seção 1.3.2.1, o clítico se é incompatível com caso nominativo). Assim, quando o Princípio de Projeção requerer que absorvam papel temático de argumento externo, do e se constituirão suas respectivas cadeias associadas ao caso acusativo.

Também está de acordo com a Generalização de Burzio a análise aqui proposta para construções com se indeterminador (que não absorve papel temático): as passivas pronominais somente poderão atribuir caso a seu argumento interno, se possuírem um pronome nulo referencial (e, portanto, marcado tematicamente) em sua posição de sujeito, como exemplifica (46):

(46)  $pro_{pe}$  aluga- $se_{p0}$  casas $_{pi}$

Essa abordagem confere às relações (expl)... $se_{pe}$  e  $pro_{px}$ ... $se_{p0}$  (em que  $px$  compreende tanto  $pe$ , quanto  $pi$ ) garantia de adequação ex-

planatória, bem como identifica as semelhanças formais entre passivas pronominais e passivas perifrásticas.

#### 1.3.4.3. Uma restrição em Forma<sub>1</sub>Fonética

Assumiu-se acima que em (2) o SN casas recebe acusativo. Porém, por que a sentença (54) é agramatical, ao contrário de construções análogas em italiano, como (45), ou de locuções verbais como (21)?

(2) Aluga-se casas.

(21) Pode-se alugá-las.

(54) \*Aluga-se-as.

(44) Si guarda le manifestazionii sportive con interesse.

(45) Le si guarda con interesse.

Parece repousar a resposta não no componente sintático da gramática, mas no componente Forma Fonética, já que a agramaticalidade de (54) encontra paralelo no comportamento de se reflexivo em contraste com os outros reflexivos, conforme demonstrado abaixo usando-se construções do português europeu:

(55) Dei-me um presente.

(56) Dei-mo.

(57) João deu-se um presente.

(58) João deu-\*so/\*se-o.

Essa idiossincrasia do clítico se, qualquer que seja seu uso, pode elucidar o mistério de casas receber caso acusativo em (2), como indica (21), mas não poder manifestá-lo morfologicamente como em (54). Uma restrição lexical impedindo construções com clíticos acusativos contíguos<sup>9</sup> a se asteriscaria (54), mas não bloquearia (21), pois o auxiliar promove uma disjunção dos clíticos.

Essa restrição não atua uniformemente nas línguas românicas. O italiano, por exemplo, admite construções envolvendo si e um clítico acusativo, como já demonstrado por (45), mas não a sequência de dois si's, em que um é o clítico de uma passiva pronominal e o outro, reflexivo de um verbo essencialmente pronominal, como em (59) (apud BURZIO (op. cit., p. 73)):

(59) \*Si si era sbagliati.

Evitando essa restrição, o italiano substitui um si por ci, como em (60), fato sem paralelo no português, que categoricamente asterisca sentenças como (61), análogas à (60):

(60) Ci si era sbagliati.

(61) \*Suicida-se-se muito nesta época.

## I.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O AFIIXO DE PARTICÍPIO

### I.4.1. Algumas especulações

Embora não constitua o ponto central da investigação aqui empreendida, gostaria de retomar nesta seção, ainda que superficialmente, algumas questões relativas ao afixo de participio.

As especificações lexicais desse afixo, propostas na seção I.3.4.2 (a absorção do papel temático reservado ao argumento externo é opcional), propiciam interessantes especulações. A mais ampla delas diz respeito à desnecessidade de especificar lexicalmente (e obviamente explicitar tais noções no léxico) um afixo passivo e outro ativo. A absorção é controlada por princípios independentemente motivados, produzindo sentenças ativas ou passivas. Além disso, uma subcategorização como essa provê uma explicação bem simples para a "homonímia" entre participios ativos e passivos atestada nas mais variadas línguas.

Em relação ao português, a entrada lexical de do, associada ao Princípio de Atribuição de Papel Temático, explica, por exemplo, por que a sentença (62) não pode ser interpretada do mesmo modo que a sentença holandesa (63) (apud JAEGLI (op. cit., p. 595)):

(62) Foi trabalhado.

(63) Er wordt gefloten.<sup>10</sup>  
'Expl foi assoviado'

Ou seja, (62) não pode ter a estrutura representada em (64):

(64) \*(Expl) foi [trabalha+do]<sub>pe</sub>

porque o verbo trabalhar, enquanto intransitivo, não atribui caso acusativo. do em (64) constitui, portanto, uma cadeia temática sem caso, violando o Princípio de Atribuição de Papel Temático.

(62) pode, entretanto, ter a interpretação de (65):

(65)  $prop_i$  foi [trabalha+do] $_{pe}$   $t_{pi}$

Isto é, ao ser empregado transitivamente, o verbo atribui caso acusativo, que é absorvido pelo afixo de particípio, configurando uma interpretação gramatical para (62).

#### 1.4.2. Verbos auxiliares e atribuição de caso

A especificação lexical do afixo de particípio proposta na seção 1.3.4.2 não bloqueia, porém, uma sentença como a representada em (66):

(66) \* $[O$  livro] $_{pi}$  tinha [compra+do] $_{pe}$   $t_{pi}$

Em (66), não há violação nem do Critério Temático (cada cadeia tem um papel temático distinto:  $pe$  e  $pi$ ), nem do Princípio de Atribuição (cada cadeia está associada a um caso:  $pe$  ao caso acusativo e  $pi$  ao caso nominativo); no entanto, o resultado é agramatical. Intuitivamente percebe-se que estão em jogo propriedades lexicais do auxiliar ter (conforme já havia sugerido na seção 1.3.4.1).

Na seção 1.3.4.1, afirmou-se que auxiliares como o verbo ser não deveriam alterar as propriedades de atribuição de caso devido a seu caráter inacusativo enquanto verbos de ligação. Quero aqui estipular que, por outro lado, auxiliares como ter atribuem caso acusativo. Assim, (66) é agramatical porque o verbo ter, de alguma forma<sup>11</sup>, atribui acusativo ao vestígio do SN em posição de sujeito, configurando a situação agramatical de uma variável sem nenhum operador que a ligue.

Observem-se agora (67) e (68):

(67) O livro foi comprado.

(68) O livro tinha sido comprado.

Em (67) não há novidade: do constitui uma cadeia com caso, em nada alterada pelo verbo ser. Em (68), o afixo de comprar também constitui uma cadeia bem formada, já que absorve o caso acusativo e o auxiliar ser continua não alterando a absorção de caso efetuada pelo afixo de comprar. O que ocorre de diferente em (68) é que, como o verbo ser não atribui acusativo, seu afixo de participípio absorve o caso atribuído pelo verbo ter, impedindo que o vestígio do SN movido receba caso, como em (66).<sup>12</sup>

#### 1.4.3. A especificação [-V, +N]

Considerem-se as sentenças abaixo:

(69) \*O livro foi sido comprado.

(70) \*O filme foi sido bom.

(71) O filme tinha sido bom.

A mera observação de que o verbo ser não altera as propriedades de atribuição de caso é insuficiente para explicar o padrão de gramaticalidade de (69), (70) e (71). Essas sentenças parecem evidenciar que o afixo de participio requer caso acusativo, que está indisponível para o verbo ser tanto em (69) (pois o afixo de comprar já o absorveu), quanto em (70) (por ser uma construção inacusativa), mas está disponível em (71) (ter é um auxiliar atribuidor de caso).

Uma saída para explicar fatos como esses seria estipular que, em sua entrada lexical, o afixo invariavelmente requisita caso acusativo, como esquematizado em (72):

(72) -do<afixo> -> a. ([+pe])  
b. [+ac]

Essa solução constitui, entretanto, um recuo em relação à especificação lexical proposta na seção 1.3.4.2. Lá se fazia menção apenas à subcategorização do papel temático (representada em (72a)), pois a atribuição de caso era decorrente da interação entre a especificação lexical do afixo e o Princípio de Atribuição de Papel Temático.

Sendo assim, afigura-se como melhor solução classificar o afixo de participio como uma categoria nominal, como se pode visualizar em (73):

(73) -do<afixo> -> [-V, +N]  
( [+pe] )

A classificação do afixo de particípio como [-V, +N] encontra motivação independente em línguas como o português, em que o afixo pode se flexionar em gênero e número.

De acordo com (73), o afixo de particípio, devido a sua especificação [-V, +N], sempre requer caso (cf. CHOMSKY, (1981, p. 175)); em vista das decorrências da Generalização de Burzio<sup>13</sup> mencionadas na seção I.3.4.2, deve ser absorvido o caso acusativo. Diante disso, (69) e (70) são agramaticais porque o afixo do verbo ser não recebe caso acusativo; já em (68) e (71), o afixo do verbo ser dispõe de fonte de atribuição de acusativo, o auxiliar ter, conformando-se uma sentença gramatical.

A atribuição de caso por parte do auxiliar é que licencia, portanto, construções com "particípio ativo", como em (74):

(74) João tinha comprado o livro.

Apesar de o afixo absorver o caso acusativo atribuído pelo verbo comprar, o SN o livro pode receber caso acusativo do verbo ter, tornando-se visível para a atribuição de papel temático.<sup>14</sup>

Pode-se questionar o fato de que o afixo do verbo ser em (68) e (71) ou do verbo comprar em (74) absorve caso sem absorver papel temático. Nada parece haver que impeça tal estado de coisas. O Princípio de Atribuição requer que um papel temático esteja associado a um caso, mas não faz referência à situação oposta. Na verdade, essa situação vem a ser a confirmação da existência da configuração (50c), repetida aqui em (75c), prevista na seção I.3.4.2:

- (75) \_do -> a. [+pe, +caso]  
 b. \* [+pe, -caso]  
 c. [-pe, +caso]  
 d. \* [-pe, -caso]

(75a) é a representação do particípio de verbos principais em construções passivas, como em (67). A configuração (75b) é asteriscada não só pelo Princípio de Atribuição de Papel Temático, como visto na seção 1.3.4.2, mas também em função dos traços [-V, +N] do afixo, que requerem caso. (75c) compreende o particípio de verbos auxiliares, como em (68); o particípio de verbos inacusativos, como em (71); ou o particípio de verbos principais em construções ativas, como em (74). Por fim, a configuração (75d) é asteriscada por não atender aos traços [-V, +N].

(75d) seria concebível somente como resultado de processos lexicais como a derivação de adjetivos deverbais, como exemplificado em (76):

(76) Você se tornou muito *aborrecido* depois de velho.

(apud PIMENTA-BUENO (1986, p. 209))

No entanto, em (76) o afixo de particípio não é gerado sob INFL; isto é, não é o afixo que satisfaz a descrição de (75d), mas aborrecido, enquanto adjetivo. Portanto, não há particípio verbal que se enquadre numa configuração como (75d).

#### 1.4.4. O particípio e a colocação de clíticos

Apesar de se afigurar à primeira vista como uma solução um tanto ad hoc, a análise aqui proposta pode até lançar algumas luzes sobre a colocação de clíticos no português brasileiro. O contraste entre (77) e (78), —que parece não ser meramente fonológico, pode ser explicado pelas características do particípio:

(77) João estava comprando-o.

(78) \*João tinha comprado-o.

Supondo, grosso modo, que se apóiem fonologicamente em categorias portadoras dos traços [+V, -N], é de se esperar que os clíticos não se apóiem em particípios verbais, pois a conjunção dos traços [+V, -N] do verbo e [-V, +N] do afixo deve produzir uma categoria neutralizada.

Desse modo, se o clítico de (78) se adjunge ao auxiliar ter, que inclusive atribui acusativo, a sentença torna-se gramatical, como ilustram (79) e (80):

(79) João tinha-o comprado.

(80) João o tinha comprado.

#### 1.4.5. A entrada lexical do afixo de particípio

Na seção 1.3.4.2 e na nota (13) verificou-se que a especificação lexical do tipo de caso que o afixo do absorvia era desnecessária,



Em vista disso, a absorção exclusivamente de  $\mu_E$  pode ser atribuída à ação de princípios independentemente motivados. A entrada lexical do afixo de participípio representada em (73) pode, assim, ser reescrita nos termos de (82):

(82)  $\_do\langle\text{afixo}\rangle \rightarrow [-V, +N]$   
 $([+px])$

Em se gerando estruturas com o afixo de participípio, o Princípio de Projeção e o Critério Temático determinam se pode ou não ocorrer absorção de papel temático. Como a atribuição de papel temático opera em estrutura-D, apenas o papel temático reservado ao argumento externo pode ser absorvido, já que o afixo é gerado sob INFL. Os traços  $[-V, +N]$  requerem que o afixo receba caso, que, pela Generalização de Burzio (cf. nota (13)), só pode ser acusativo. O Princípio de Atribuição de Papel Temático, por fim, asterisca cadeias mal formadas.

#### 1.4.5.1. Participípios e a subcategorização de sintagma agentivo

Tomando como base a entrada lexical expressa em (82), surge um espinhoso problema na tentativa de definir o estatuto do sintagma agentivo ("by-phrase") de sentenças como (83):

(83) Os livros foram comprados por João.

em particular, na tentativa de estabelecer como o sintagma preposicionado recebe papel temático de argumento externo.

Tateando uma solução plausível com a concepção das construções com particípio aqui proposta, seguirei, em linhas gerais, Jaeggli (op. cit., p. 600), para quem:

"the passive suffix *\_en* is crucially involved in transferring the external theta-role onto the NP in the *by*-phrase in a passive sentence. It acts as a theta-role assigner to that NP. If it fails to transfer the external theta-role, the NP in the passive *by*-phrase fails to meet the Theta-Criterion. The preposition *by* by its own is only capable of assigning locative or instrumental theta-roles. This will yield a grammatical surface structure for (30): [manteve-se a numeração do autor]

(30) John was killed by Bill.

but the interpretation will be 'Someone killed John in vicinity of/next to Bill'."

(...)

"I will interpret theta-role transmission simply as a theta-role assignment from the passive suffix to the *by*-phrase. (...) Assuming that it is assigned to the PP, it percolates to the head of the PP, the preposition *by*, and from there is assigned to the object of *by*."<sup>15</sup>

Assim,

"If anything, the NP is an argument of *by*. The whole PP might be considered an argument of *\_en*" (p. 104).

Para Jaeggli (p. 601-602), a subcategorização de um sintagma agentivo pelo afixo de particípio admite variação entre as línguas (o que é esperado devido ao caráter lexical de tal especificação): pode

ser opcional (como nos casos do inglês e do português), obrigatória, ou inexistente.

Integrando essa proposta de Jaeggli à especificação lexical de (82), obtém-se uma entrada lexical como (84):

(84)  $\_do\langle\text{afixo}\rangle$        $\rightarrow$      $\langle\text{sp}[\text{por SN}]\rangle$   
        $[-V, +N]$   
        $([+px])$

Cumpra aqui fazer algumas considerações sobre (84). Como em minha proposta não há espaço para uma diferenciação lexical entre um afixo de participio passivo e outro ativo, e a proposta de Jaeggli pretende dar conta do "afixo passivo", devemos verificar se a subcategorização opcional do sintagma por SN é compatível com o tratamento unificado do participio.

(84) gera as seguintes configurações:

(84a)  $\_do\langle\text{afixo}\rangle$   
        $[-V, +N]$   
       pe

(84b)  $\_do\langle\text{afixo}\rangle$        $\rightarrow$      $\text{sp}[\text{por SN}]$   
        $[-V, +N]$   
       pe

(84c)  $\_do\langle\text{afixo}\rangle$   
        $[-V, +N]$

(84d)  $*\_do\langle\text{afixo}\rangle$        $\rightarrow$      $\text{sp}[\text{por SN}]$   
        $[-V, +N]$

que representam, respectivamente, as estruturas (85), (86), (87) e (88):

- (85) [Os livros]<sub>pi</sub> foram [compra+dos]<sub>pe</sub> t<sub>pi</sub>  
 (86) [Os livros]<sub>pi</sub> foram [compra+dos]<sub>pe</sub> t<sub>pi</sub> [por João]<sub>pe</sub>  
 (87) João<sub>pe</sub> tinha [compra+do]<sub>p0</sub> [os livros]<sub>pi</sub>  
 (88) \*João<sub>pe</sub> tinha [compra+do]<sub>p0</sub> [os livros]<sub>pi</sub>  
           [por Maria]<sub>pe</sub>

Em (85) e (86), o afixo absorve caso acusativo e papel temático de argumento externo, configurando uma sentença passiva; a única diferença entre essas sentenças é que em (86) o afixo "transmite" o papel temático para o SP por João. Em (87) e (88), o afixo absorve caso acusativo sem absorver papel temático, configurando uma sentença ativa. A estrutura (88), no entanto, é asteriscada por violar o Critério Temático: já que o afixo não absorveu papel temático e, portanto, não o "transmitiu" ao SP, um mesmo papel temático foi atribuído a duas cadeias diferentes.

Uma sentença homônima à superficialização de (88) será gramatical, de modo semelhante ao que Jaeggli (op. cit., p. 600) atesta em inglês, se o SN Maria receber papel temático da preposição por, como mostra (89):

- (89) João tinha comprado o livro por [em lugar de] Maria.

De qualquer forma, não se pode considerar que o SP de (89) tenha sido subcategorizado pelo afixo de participípio.

Assim, já que a estrutura agramatical (88) é excluída por um princípio independente, a subcategorização de um sintagma agentivo é compatível com o tratamento unificado do participípio, validando uma en-

trada lexical nos moldes de (B4).

## 1.5. PASSIVAS PRONOMINAIS E CONSTRUÇÕES COM PARTICÍPIO

Nesta seção pretendo analisar construções mistas contendo afixo de participípio e clítico se (apassivador ou indeterminador) a fim de verificar se as análises desenvolvidas para cada construção isoladamente são compatíveis entre si.

### 1.5.1. A absorção de caso

Começemos a discussão retomando a sentença (31), representada em (38):

(31)  $\bar{e}$ -se elogiado frequentemente.

(38)  $\text{pro}_{pi}$   $\bar{e}$ -se [elogia+do] $_{pe}$   $t_{pi}$  frequentemente

Como mostra (38), o afixo de participípio de (31) absorve caso acusativo e papel temático do argumento externo, configurando uma cadeia bem formada (em nada alterada pelo auxiliar inacusativo), e o pronome nulo na posição de sujeito detém o papel temático do argumento interno e recebe caso nominativo. Fica implícito nessa abordagem de (31), assim como na abordagem desenvolvida para todas as construções com se inde-

terminador, que o clítico não absorve nem papel temático, nem caso acusativo (relembre-se que na seção 1.3.2.1 foi rejeitada a hipótese de se absorver nominativo). Vejamos como isso pode se dar.

Observem-se as sentenças (90) e (92), representadas respectivamente por (91) e (93):

(90) Tinham-se examinado os papéis.

(91) (Expl) tinham-se<sub>pe</sub> [examina+do]<sub>p0</sub> [os papéis]<sub>pi</sub>

(92) Tinha-se examinado os papéis.

(93) pro<sub>pe</sub> tinha-se<sub>p0</sub> [examina+do]<sub>p0</sub> [os papéis]<sub>pi</sub>

Em (90), o afixo de participio, devido a sua especificação [-V, +N], recebe caso acusativo do verbo examinar; e, como demonstra a concordância verbal, o SN os papéis recebe caso nominativo através da CADEIA formada com o expletivo. Portanto, o auxiliar ter não atribui caso ao SN, mas ao clítico se. Ou seja, tendo absorvido o papel temático do argumento externo, o clítico se (apassivador) precisa receber caso (acusativo) para constituir uma cadeia bem formada. Com isso, pode-se dizer que (90) é uma construção *passiva* pronominal e não perifrástica, pois quem detematiza a posição de sujeito é o clítico, e não o afixo.

Já em (92), como não há concordância entre o verbo e o argumento interno, há um pronome nulo na posição de sujeito portando papel temático de argumento externo e caso nominativo. O argumento interno necessita, pois, de uma fonte de atribuição de caso, que não pode ser o verbo principal, pois examinar atribui acusativo ao afixo de participio (satisfazendo sua especificação [-V, +N]). A única fonte de

atribuição de caso disponível ao argumento interno é o verbo auxiliar. Portanto, se o clítico se absorvesse o caso atribuído pelo auxiliar, a sentença seria agramatical pois o SN os papéis constituiria uma cadeia sem caso. Segue-se daí que o clítico se, enquanto indeterminador da posição de sujeito, não absorve caso, o que permite que na sentença (92) o verbo ter atribua acusativo ao argumento interno.

Assumida a hipótese de que se indeterminador não absorve caso, nem é necessário recorrer ao Princípio de Projeção e ao Critério Temático para impedir a absorção de papel temático. A impossibilidade de absorção pode ser derivada via Princípio de Atribuição de Papel Temático, que asterisca cadeias sem caso (que não têm PRO como núcleo).

Voltando à sentença (31), que motivou essa discussão, pode-se observar que a inexistência de absorção de caso por parte do clítico é totalmente conciliável com o caráter inacusativo do auxiliar ser.

### 1.5.2. A entrada lexical de se

Na seção 1.4.3, propus que o afixo de participio fosse caracterizado como um morfema portador dos traços [-V, +N] em função de sua sistemática absorção de caso. Em vista disso, essa caracterização não deveria figurar numa entrada lexical como a proposta por Galves (op. cit., p. 12) em (13) (cf. seção 1.2.2):

(13) SE = [c1] [-V, +N]  
 [+Anáfora]

Em (13), a especificação [-V, +N] requer que o clítico (quer apassivador, quer indeterminador) receba caso, o que, como visto na seção anterior, não ocorre em construções com se indeterminador.

Tendo sido visto que a absorção de papel temático é opcional nas passivas pronominais (cf. seção 1.3.4.2) e que a absorção de caso nas construções com se apassivador é decorrente da absorção de papel temático (não sendo, portanto, especificá-la no léxico), poderemos reescrever (13) como em (94):

(94) se<clítico> -> [+an, -pro]  
 ([+pe])

Em (94) evita-se a indesejável previsão de que o clítico se necessariamente absorve caso; porém, com a eliminação dos traços [-V, +N], não são mais capturadas, como em (13), as propriedades referenciais, temáticas e flexionais comuns a clíticos e nomes.

Uma abordagem conciliatória reunindo as vantagens de (13) e (94) consiste em assumir que morfemas detentores dos traços [-V, +N] quando clíticos não precisam satisfazer o Filtro dos Casos (cf. CHOMSKY (1981, p. 175)), ficando a atribuição de caso regida unicamente pelo Princípio de Atribuição de Papel Temático. Com isso, obtém-se uma entrada lexical como (95):

(95) se<clítico> -> [-V, +N]  
 [+an, -pro]  
 ([+pe])

De acordo com (95), nas passivas pronominais em que há absorção de papel temático, se também deverá receber caso para constituir uma cadeia bem formada. Em não absorvendo papel temático, se (indetermina-

dor) deve satisfazer somente seus traços anafóricos (que também devem ser satisfeitos nas construções com se apassivador), não tendo necessidade de absorver caso por escapar, enquanto clítico, ao Filtro dos Casos.

Analogamente ao que foi observado acerca da entrada lexical do afixo de participípio, (95) é redundante em vista da desnecessidade de especificar o tipo de papel temático absorvido por se apassivador. Como se é gerado sob INFL (uma posição externa a SV) e atribuição de papel temático se dá em estrutura-D, só há possibilidade de o clítico apassivador absorver o papel temático reservado ao argumento externo. Desse modo, a entrada lexical (95) pode ser simplificada nos moldes de (95')

(95') se<clítico> -> [-V, +N]  
 [+an, -pro]  
 ([+px1])

O comportamento assimétrico de do e se nos contextos em que não há absorção de papel temático não era previsto pelas configurações (50c) e (50d), repetidas abaixo:

(50) se -> c. [-pe, +caso]  
do d. [-pe, -caso]

(50c) é condizente apenas com do, ao passo que (50d) somente diz respeito a se. De acordo com o exposto acima, essa diferença de comportamento é derivada das diferenças lexicais entre afixos e clíticos. Assumiu-se acima que os clíticos (mas não os afixos nominais) escapam ao Filtro dos Casos. Assim, enquanto a necessidade de receber caso é,

por assim dizer, inerente aos afixos nominais, os clíticos têm sua necessidade de receber caso regida pelo Princípio de Atribuição de Papel Temático.

### 1.5.3. A subcategorização de sintagma agentivo

É flagrante um contraste entre passivas pronominais contendo afixo de participio; a subcategorização de sintagma agentivo.

Afirmou-se acima que a sentença (90) deveria ser considerada uma construção *passiva* pronominal, já que a posição de sujeito era detematizada pelo clítico apassivador, e não pelo afixo de participio. Sob esse prisma, pode-se dizer que (31) constitui uma construção *passiva* perifrástica, pois é o afixo, e não o clítico, que detematiza a posição de sujeito, como se verifica pela representação (38):

(38)  $\text{prop}_i$  é-se [elogia+do] $_{pe}$   $t_{pi}$  freqüentemente

Essa distinção é relevante na medida em que explica o contraste revelado abaixo:

(96) Freqüentemente é-se elogiado pelos colegas.

(97) Freqüentemente  $\text{prop}_i$  é-se $_{p0}$  [elogia+do] $_{pe}$   $t_{pi}$   
[pelos colegas] $_{pe}$

(98) Tinham-se examinado os papéis por João.

(99) \*(Expl) tinham-se $_{pe}$  [examina+do] $_{p0}$  [os papéis] $_{pi}$   
[por João] $_{pe}$

(100) Tinha-se examinado os papéis por João.

(101) \*pro<sub>pe</sub> tinha-se<sub>p0</sub> [examina+dol]<sub>p0</sub> [os papéis]<sub>pi</sub>  
 [por João]<sub>pe</sub>

Ao contrário do afixo de participio, o clítico se, de acordo com (95'), não subcategoriza um sintagma preposicionado e, conseqüentemente, não lhe "transmite" o papel temático que eventualmente tenha absorvido. Assim, (96) é gramatical pois o afixo de participio pode subcategorizar o SP e transmitir-lhe o papel temático do argumento externo que tinha absorvido. As representações (99) e (101) são asteriscadas pelo Critério Temático: já que o afixo de participio não absorveu papel temático (e, evidentemente, não o transmitiu ao SP por João), um mesmo papel temático foi atribuído a duas cadeias diferentes.

Como vimos na seção 1.4.5.1, (98) e (100) somente são gramaticais como superficialização de uma estrutura em o SN João recebe um papel temático independentemente atribuído pela preposição, numa interpretação semelhante a em lugar de João.<sup>16</sup>

#### 1.5.4. Anaforicidade e referência indeterminada

##### 1.5.4.1. Em passivas perifrásticas e construções com se apassivador

Conforme já visto, construções com se apassivador como (1) ou passivas perifrásticas como (102) têm seu argumento externo realizado por "elementos flexionais", como se pode verificar pelas representações (30) e (103):

(1) Alugam-se casas.

(30) (Expl) alugam-se<sub>pe</sub> casas<sub>pi</sub>

(102) As casas foram alugadas.

(103) [As casas]<sub>pi</sub> foram [aluga+das]<sub>pe</sub> t<sub>pi</sub>

Nesta seção pretendo identificar propriedades formais que indeterminam a referência do argumento externo de construções como as arroladas acima. Para tanto, partirei do Princípio A da Teoria da Ligação (cf. CHOMSKY (1981, p. 188)), expresso em (104):

(102) Uma anáfora deve estar ligada em sua categoria de regência.

O Princípio A pode ser informalmente interpretado como: uma anáfora deve encontrar sua referência nos limites de I' (IP). Assim, dada a configuração (105):

(105) João<sub>pe</sub> penteou-se<sub>pi</sub>

a anáfora encontra sua referência nos limites de  $l''$ , a saber, junto ao SN João. Em outras palavras, temos dois papéis temáticos para uma referência.

Quero aqui assumir que semelhante estado de coisas ocorre em construções com se apassivador. Dessa forma, na representação (30), têm-se dois papéis temáticos para uma única referência, pois o clítico se é ligado pelo expletivo em CADEIA com o SN casas. Estou assumindo, portanto, que se apassivador é um clítico anafórico, como descrito em (95'), que é ligado ou por um expletivo em CADEIA com o argumento interno, como em (30), ou por um SN movido para a posição de sujeito, como na sentença do português europeu (106) (apud ELISEU (op. cit., p. 86)), representada em (107):

(106) Os bolos comeram-se.

(107) [Os bolos]<sub>pi</sub> comeram-se<sub>pe</sub> t<sub>pi</sub>

Em (107) temos duas categorias anafóricas, o vestígio do SN movido e o clítico se, ligadas ambas pelo SN na posição de sujeito.

Apesar de não ter uma explicação formal para prover a indeterminação da referência do argumento externo em estruturas como (30) ou (107), arrisco as seguintes generalizações, comparando as representações (30), (105) e (107):

a) anáforas lexicais detentoras do papel temático de argumento interno, quando ligadas por uma categoria detentora do papel temático de argumento externo, assumem a referência dessa categoria (Ex: representação (105)); e

b) anáforas lexicais detentoras do papel temático do argumento externo, quando ligadas por uma categoria detentora do papel temático de argumento interno, assumem referência indeterminada (Ex: representações (30) e (107)).

A generalização (b) acima seria uma mera explicação ad hoc se não encontrasse paralelo junto a passivas perifrásticas. Essas construções exibem propriedades idênticas a construções com se apassivador: há um elemento detentor do papel temático de argumento externo, o afixo de particípio, que é "ligado" pelo SN portador do papel temático de argumento interno, como em (103), ou por um expletivo em CADEIA com o argumento interno, como na sentença (108), representada em (109):

(108) Foram alugadas as casas.

(109) (Expl) foram [aluga+das]<sub>pe</sub> [as casas]<sub>pi</sub>

O afixo de (102) ou (108) é "ligado" por um elo da CADEIA contendo argumento interno, isto é, se enquadra na classe das categorias anafóricas, no sentido em que encontra sua referência nos limites de I''; novamente a situação em que há dois papéis temáticos e uma única referência.

Comparando passivas perifrásticas e construções com se apassivador com construções com anáforas lexicais clássicas, como a da representação (105), pode-se perceber o fato de que a relação de ligação entre duas categorias se manifesta por identidade de traços de concordância: em se tratando dos clíticos, traços de concordância de número e pessoa; no caso do afixo de particípio, concordância de gênero e nú-

mero.

Decorre de princípios universais a exigência de que a manifestação de um papel temático deve estar associada a uma referência (ainda que indeterminada); daí a concordância do afixo de participio nas situações em que absorve papel temático. Quando o afixo absorve caso sem absorver papel temático, não existe concordância, como ilustra (110):<sup>17</sup>

(110) Maria<sub>pe</sub> tinha [aluga+do]<sub>p0</sub> [as casas]<sub>pi</sub>

#### 1.5.4.2. Em construções com se indeterminador

Estruturalmente diferente do tipo de indeterminação abordada na seção anterior, a indeterminação de sentenças como (2), representada em (35):

(2) Aluga-se casas.

(35) pro<sub>pe</sub> aluga-se casas<sub>pi</sub>

é gerada pela ligação entre o pronome que ocupa a posição de sujeito e o clítico se.

O fato de uma categoria [+an, -pro], como o clítico se, conforme as especificações de (95), ser ligada por uma categoria [-an, +pro], como o pronome da posição de sujeito, estabelece uma relação anafórico-pronominal, intimamente relacionada ao conteúdo referencial arbitrário de PRO (cf. GALVES (1986, p. 14)).

Entretanto, não basta haver pro na posição de sujeito e uma categoria anafórica para que se forme uma relação de indeterminação. É necessário que, à semelhança do elemento PRO, essa relação envolva apenas um papel temático, como em (35). Assim, a relação entre pro e se numa representação como (111) não gera indeterminação, pois há aí duas cadeias temáticas:

(111)  $pro_{pe}$  barbeou- $se_{pi}$  de manhã

Dessa forma, ao contrário de passivas perifrásticas e construções com se apassivador, que têm indeterminada a referência de seu argumento externo, se indeterminador, como visto na seção 1.3.3, também pode tornar arbitrária a referência de um argumento interno; basta que na posição de sujeito haja um pronome nulo com papel temático de argumento interno, como ilustra (112):

(112)  $pro_{pi}$  chegou- $se_{p0}$   $t_{pi}$  tarde à festa

#### 1.5.4.3. Indeterminação e ambigüidade estrutural

Embora produzida por propriedades formais diferentes, como demonstrado acima, não há diferença na interpretação da referência indeterminada de construções com se apassivador ou com se indeterminador. Devido a esse fato, costumam-se atribuir duas estruturas a passivas pronominais cujo argumento interno se encontra no singular. Assim, (113) pode ser a superficialização de uma estrutura com se apassivador

como (114), ou com se indeterminador como (115):

(113) Tinha-se alugado uma bela casa.

(114) (Expl) tinha-se<sub>pe</sub> [aluga+do]<sub>p0</sub> [uma bela casa]<sub>pi</sub>

(115) pro<sub>pe</sub> tinha-se<sub>p0</sub> [aluga+do]<sub>p0</sub> [uma bela casa]<sub>pi</sub>

Essa ambigüidade, entretanto, inexistente em construções com o argumento interno no "singular" como em (31) ou (116):

(31) É-se elogiado frequentemente.

(116) Tinha-se sido visto

A sentença (116), por exemplo, só se pode atribuir uma estrutura envolvendo se indeterminador, como em (117), mas não se apassivador, como em (118):

(117) pro<sub>pi</sub> tinha-se<sub>p0</sub> [si+do]<sub>p0</sub> [vis+to]<sub>pe</sub> t<sub>pi</sub>

(118) \*pro<sub>pi</sub> tinha-se<sub>pe</sub> [si+do]<sub>p0</sub> [vis+to]<sub>p0</sub> t<sub>pi</sub>

Vejamos por quê.

Na representação (117) o último afixo de participio absorve o papel temático do argumento externo e recebe caso acusativo do verbo ver, configurando uma cadeia bem formada; o afixo de ser recebe acusativo do auxiliar ter; e pro recebe caso nominativo. Também em (118) o último afixo recebe acusativo de ver e pro recebe nominativo. Contudo, temos em (118) dois elementos requerendo caso, o clítico se (por ter absorvido papel temático) e o afixo de ser (por ser uma categoria

[-V, +N]), e uma só fonte de atribuição, o auxiliar ter. Portanto, a configuração (118) é agramatical.

O tipo de agramaticalidade de (118) pode ser mais bem visualizado pela agramaticalidade de uma sentença com o argumento interno no plural como (119), representada em (120):

(119) \*Tinham-se sido visto os meninos.

(120) \*(Expl) tinham-se<sub>pe</sub> [si+do]<sub>p0</sub> [vis+to]<sub>p0</sub>  
[os meninos]<sub>pi</sub>

Em (120), de modo semelhante a (118), o afixo do verbo ver recebe acusativo sem absorver papel temático e o SN os meninos recebe nominativo através da CADEIA formada com o expletivo. Novamente há uma só fonte de atribuição de caso para dois elementos: se o verbo ter atribuir caso ao afixo do verbo ser, a sentença é asteriscada pelo Princípio de Atribuição de Papel Temático, pois se constitui uma cadeia sem caso; se ter atribuir acusativo ao clítico, a sentença é asteriscada porque não se satisfaz a especificação [-V, +N] do afixo.

Acredito que uma análise como a oferecida neste capítulo alcança um nível de descrição e generalização bem satisfatório, sem recorrer a estipulações em excesso. Creio ainda que esta análise provê um plausível aparato conceitual para um estudo diacrônico das passivas pronominais, pretensão do próximo capítulo.

## NOTAS

(1) A denominação passiva pronominal é sabidamente inadequada por abranger construções não passivas, como as estruturas com se indeterminador. Entretanto, na falta de melhor terminologia (passiva impessoal levanta, no mínimo, os mesmos problemas), será mantida aqui o termo passiva pronominal como mero rótulo para designar construções quer com se apassivador, quer com se indeterminador.

(2) Em relação à descrição formal do termo "absorção", considerarei, seguindo Jaeggli (1986, p. 591), que uma dado morfema absorve caso ou papel temático se lhe for atribuída uma dessas propriedades.

(3) Cf. CHOMSKY (1986, p. 132)

(4) Na verdade, tanto Chomsky (1981, p. 271), quanto Burzio (1981, p. 38) assumiam que o SN posposto era adjungido a SV depois de ocupar a posição de sujeito. Assumindo, entretanto, que no português brasileiro o argumento interno permanece em sua posição de base em sentenças como (1), a regra de inversão do sujeito foi aqui substituída pela noção de CADEIA, para facilitar a exposição.

(5) Evidentemente, as sentenças (3), (4), (5), (22) e (23), por não terem o papel temático agente em suas grades temáticas, não podem controlar uma adverbial final, nem admitir advérbios expressando volição

(do mesmo modo que suas contrapartes não pronominais).

(6) *pe* e *pi* significam, respectivamente, papel temático do argumento externo e papel temático do argumento interno.

(7) Eduardo Raposo (comunicação pessoal) chama a atenção para o fato de que, embora a sentença (i) possa ser gramatical em dialetos do português europeu que admitem um expletivo lexical na posição de sujeito, o mesmo não ocorre com (ii):

(i) Ele alugam-se casas.

(ii) \*Ele aluga-se casas.

O padrão de gramaticalidade dessas sentenças evidencia que passivas pronominais com concordância entre o verbo e o argumento interno têm em sua posição de sujeito um expletivo (nulo no português do Brasil), ao contrário das demais passivas pronominais, que têm um pronomes nulo referencial.

(8) Baker, Johnson e Roberts (1989, p. 220), estudando o participio passivo, estipulam que seu afixo é um argumento gerado sob o nó INFL; já Everett (op. cit., p. 61) postula que o afixo tem o traço ([+A]) (é um argumento opcional), e a seleção desse traço é determinado pelo Critério Temático. Concordo com os primeiros autores a respeito da posição em que o afixo é gerado; discordo, porém, do caráter obrigatoriamente argumental do afixo, pois prefiro não atribuir duas entradas lexicais diferentes a participios ativos e passivos. Isso me

aproxima da proposta de Everett, embora levado por motivos diferentes dos seus. Everett postula o traço [ $\pm$ A] com base na presença ou ausência de sintagma agentivo ("by-phrase"). De acordo com minha proposta, o afixo de participípio absorve ou não o papel temático do argumento externo dependendo de a posição do sujeito ser ou não temática. Na seção 1.4 será desenvolvida uma análise alternativa para o duplo funcionamento do afixo de participípio.

(9) Naro (1976, p. 787) observa que "this constraint is valid even if a dative clitic intervenes between the ge and the accusative:"

(iii) Deu-se-me licença.

(iv) \*Deu-se-ma.

(10) Devido a meu total desconhecimento do holandês, não me aventuro a tentar explicar as atribuições de caso e papel temático de sentenças como (63).

(11) A determinação da posição estrutural ocupada por verbos auxiliares, bem como dos fatores de sua subcategorização compreende um vasto campo de investigação, ultrapassando os limites desta breve abordagem do participípio. Devido a isso, não me propus a prover uma descrição formal para a atribuição de acusativo por parte de auxiliares como ter.

(12) Explicando contrastes análogos aos demonstrados por (66) e (67), Everett (op. cit., p. 58) estipula que o verbo ser, ao contrário de

ter, absorve acusativo. Nos termos da análise aqui desenvolvida, tal absorção faria com que a cadeia temática constituída por \_dope ficasse sem caso e, conseqüentemente, com que a sentença se tornasse agramatical (Estabelecer uma cadeia ser ... \_do seria bem imponderável!).

(13) Na verdade, a Generalização de Burzio pode explicar por que o afixo "passivo" absorve caso acusativo (cf. seção 1.3.4.2), não dizendo respeito ao afixo "ativo". Contudo, também em sentenças ativas como (v) não há configuração estrutural que possibilite que o afixo absorva caso nominativo:

(v) Os meninos tinham comprado o livro.

Em (v) o SN os meninos claramente recebe caso nominativo, por ser o controlador da concordância verbal. Se o afixo pudesse receber nominativo em estruturas como (v), não haveria fonte de atribuição de nominativo para o SN da posição de sujeito, e o SN da posição de objeto teria duas fontes de atribuição de acusativo, o auxiliar ter e o verbo principal.

(14) Emilio Pagotto (comunicação pessoal) propõe, ao contrário, que, em construções como (66) ou (74), o verbo ter atribua caso ao afixo e o verbo, ao seu argumento interno. Com isso, configura-se uma estrutura agramatical para (66), e gramatical para (74). Essa proposta integra-se perfeitamente ao fato de o afixo ser gerado sob INFL, com a vantagem de impedir que o auxiliar atribua caso "à distância". Embora consciente da relevância dessa proposta, mantereí aqui a minha análi-

se, deixando para futuros trabalhos o exame das decorrências de cada proposta, bem como de suas descrições formais.

(15) Como notam Baker, Johnson e Roberts (op. cit., p. 223), esse tipo de "cadeia" do...por SN assemelha-se à chamada construção de duplicação de clítico ("clitic doubling"), exemplificada pela sentença espanhola abaixo:

— (vi) Lo<sub>i</sub> vimos a Juan<sub>i</sub>.

(16) Essa interpretação também está disponível (embora não preferencialmente) para as passivas perifrásticas.

(17) Levando adiante essa análise, restaria explicar como a presença de sintagma agentivo bloqueia a interpretação indeterminada, e por que há concordância entre o afixo e o argumento interno mesmo na presença desse sintagma. Não diviso por ora nenhuma explicação convincente para essas questões.

CAPÍTULO I I  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
O PERCURSO DIACRÔNICO

"Foi assim com o ferreiro da esquina, em cujo portão de tenda uma tabuleta - "Ferra-se cavalos" - escoicinhava a santa gramática.

- Amigo, disse-lhe pachorrentamente Aldrovando, natural a mim me parece que erre, alarve que és. Se erram paredros, nesta época de ouro da corrupção...

O ferreiro pôs de lado o milho e entresbriu a boca.

- Mas da boa sombra do teu focinho espero, continuou o apóstolo, que ouvidos me darás. Naquela tábua um diálate existe que seriamente à língua lusa ofende. Venho pedir-te, em nome do asseio gramatical, que o expunjas.

- ???

- Que reformes a tabuleta, digo.

- Reformar a tabuleta? Uma tabuleta nova, com a licença paga? Estará acaso rachada?

- Fisicamente, não. A racha é na sintaxe. Fogem ali os dizeres à sã gramaticalidade.

O honesto ferreiro não entendia nada de nada.

- Macacos me lambam se estou entendendo o que V. Sã. diz...

- Digo que está a forma verbal com eiva grave. O "ferra-se" tem que cair no plural, pois a forma é passiva e o sujeito é "cavalos".

O ferreiro abriu o resto da boca.

- O sujeito sendo "cavalos", continuou o mestre, a forma verbal é "ferram-se" - "ferram-se cavalos!"

- Ahn! respondeu o ferreiro, começo agora a compreender. Diz V. Sã. que...

- ...que "ferra-se cavalos" é um solecismo horrendo e o certo é "ferram-se cavalos".

- V. Sã. me perdoe, mas o sujeito que ferra os cavalos sou eu, e eu não sou plural. Aquele "se" da tabuleta refere-se cá a este seu criado. É como quem diz: Serafim ferra cavalos - Ferra Serafim cavalos. Para economizar tinta e tábua abreviaram o meu nome, e ficou como está: Ferra Serafim cavalos. Isto me explicou o pintor, e entendi-o muito bem. "

(Monteiro Lobato: "O colocador de pronomes")

### 1.1.1. INTRODUÇÃO

Vimos no capítulo anterior que as chamadas passivas pronominais abrangem dois tipos de estruturas, como ilustrado abaixo:

- (1) Alugam-se casas.
- (2) Aluga-se casas.
- (3) (Expl) alugam-se<sub>pe</sub> casas<sub>pi</sub>
- (4) pro<sub>pe</sub> aluga-se<sub>p0</sub> casas<sub>pi</sub>

Na estrutura (3), representando a sentença (1), o clítico se absorve o papel temático do argumento externo e caso acusativo e o SN casas é detentor do papel temático do argumento interno e recebe caso nominativo em CADEIA com o expletivo. Em (4), representando (2), há na posição de sujeito um pronome nulo referencial - portador do papel temático do argumento externo e de caso nominativo - que é indeterminado pelo clítico se; o SN casas continua detendo o papel temático do argumento interno, recebendo agora caso acusativo.

Com base nessa abordagem, procurarei neste capítulo rastrear o percurso diacrônico das construções com se apassivador, como (1), e com se indeterminador, como (2), no sistema do português brasileiro.

Além disso, pretendo discutir a proposta de Cinque (1988), que me parece a mais bem elaborada no que tange à descrição das passivas pronominais, à luz dos resultados obtidos na investigação diacrônica.

Na realidade pretendo demonstrar que uma análise exclusivamente formal como a oferecida por Cinque ou a desenvolvida no Capítulo I é insuficiente para explicar a atualização sincrônica das passivas pronominais no horizonte das línguas românicas como um todo, ou mesmo para explicar assimetrias no âmbito de línguas específicas, quer em seu estágio sincrônico, quer em estágios afastados no tempo. Seguindo a trilha aberta por Kato e Tarallo (1989), pretendo trazer evidências que explicitem a necessidade e viabilidade da união de um modelo formal a um modelo variacionista, em prol de uma análise mais exhaustiva dos fenômenos em questão.

## 11.2. O SURGIMENTO DE SE INDETERMINADOR

### 11.2.1. Um fenômeno de reanálise

Estudando o surgimento do que aqui se chamou de construções com se indeterminador, Naro (1976, p. 788) tece as seguintes considerações:

"There can be no doubt about the historical chronology: the se-passive, with agreement and agent phrase, precedes the se-impersonal, without agreement or agent phrase, by several centuries".

"The se-impersonal construction (...) is a relatively recent innovation, first occurring

in texts of the mid-16th century, and is based on classical *se*-passive construction."

Indo adiante (p. 798):

"(...) Rodrigues [1913: "Sobre um dos usos do pronome *se*: as frases do tipo *vê-se sinais*" in *Boletim da Segunda Classe, Academia de Ciências, Lisboa; apud NARO (op. cit.)*] showed quite convincingly that the non-agreeing *se*-construction was used frequently and naturally by Father Antonio Vieira, a cultured man and prolific writer, in letters dated between 1665 and 1680; thus there can be no doubt whatever that the construction was fully grammatical by that time."

(...)

"(...) We can conclude that the non agreeing construction gained general acceptance sometime between the mid-15th century and the mid-16th century."

Tendo em mente as considerações feitas por Naro, observemos a Tabela II.1 abaixo, que mapeia diacronicamente a discordância verbal em passivas pronominais. Para realizar esse mapeamento, isolou-se, de um total de 1113 passivas pronominais (englobando estruturas com *se* apassivador e com *se* indeterminador), um conjunto de 229 construções com *se* apassivador com argumento interno no plural<sup>1</sup>.

TABELA II.1  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
DISCORDANCIA ENTRE VERBO E ARGUMENTO INTERNO POR PERÍODO DE TEMPO

PERÍODO DE TEMPO	APL	TOT	%
SEC. XVI	0	0	0
SEC. XVII	2	16	13
SEC. XVIII	30	154	19
SEC. XIX	16	26	62
SEC. XX	21	25	84
TOTAL	69	229	30

A Tabela II.1 demonstra que o surgimento da passiva pronominal sem concordância, apontado por Naro, desencadeou um processo de mudança lingüística no português brasileiro em que a forma conservadora (com concordância) foi paulatinamente perdendo terreno para sua concorrente, culminando no momento sincrônico, em que deve sua sobrevivência na modalidade escrita à renitência da gramática normativa<sup>2</sup>. Conforme a Tabela II.1, no século XIX as passivas pronominais sem concordância superam as passivas com concordância, tornando-se a forma canônica do século XX (84%). Dessa porcentagem, resultado da análise de dados provenientes de cartas pessoais e entrevistas, a parte relativa a entrevistas revela totalidade na discordância (100%: 15 ocorrências de discordância em 15 construções).

Essa mudança lingüística, já praticamente acabada, sugere que, em relação à antiga construção com concordância, deve ter havido um processo de reanálise sintática, entendido nos termos de Langacker (1977, p. 58):

"I will define 'reanalysis' as a change in the structure of an expression or class of expressions that does not involve any immediate or intrinsic modification of its surface manifestation. Reanalysis may lead to changes at the surface level (...), but these surface changes can be viewed as the natural and expected result of functionally prior modifications in rules and underlying representations."

Deixando de lado por ora a presença de sintagmas agentivos mencionada acima por Naro (p. 788), os resultados apontados pela Tabela II.1 permitem, com efeito, afirmar que houve uma reanálise da categoria vazia na posição de sujeito das passivas pronominais, visualizada

nas representações (3) e (4):

(3) (Expl) alugam-se<sub>pe</sub> casas<sub>pi</sub>

(4) pro<sub>pe</sub> aluga-se<sub>po</sub> casas<sub>pi</sub>

Assim, o fato de a categoria vazia de (4) passar a ser interpretada como um pronome referencial e não como um expletivo, como em (3), forçou a interpretação do SN posposto como objeto direto, portador de caso acusativo, e não mais como sujeito, portador de caso nominativo e responsável pela concordância verbal. Construções modernas como (5) constituem prova inquestionável dessa reinterpretação:

(5) Pode-se alugá-las.

O fato de a reanálise da categoria vazia na posição de sujeito forçar a interpretação do argumento interno como objeto direto era previsível em observância à generalização de Burzio (cf. Capítulo 1, seção 1.3.4.2). A partir do momento em que o verbo das passivas pronominais passou a marcar tematicamente a posição de sujeito, deveria passar também a atribuir caso acusativo a seu argumento interno.

Buscando estabelecer fatores que motivaram essa reanálise, assevera Naro (op. cit., p. 802) o seguinte:

"The peculiarities of the surface structure of the early classical *sg*-passive that served as a basis for the birth of the *sg*-impersonal were as follow: (a) In the *sg*-passive, the agent phrase was optional. (b) Under certain circumstances, as for emphasis, the surface subject could follow its verb: this so-called inverted word order occurred in both actives

and passives, and had no special relationship to the *se*-passive. (c) Under certain circumstances, e.g., when the verb was preceded by a negative particle or a WH-form, *se* usually preceded its verb. Given just these peculiarities, it was possible for the *se*-passive construction, with the TYPICAL surface form ' $NP_2$  V-*se* por  $NP_1$ ' (where  $NP_2$  is the semantic object,  $NP_1$  is the semantic subject), to assume the form '*se* V  $NP_2$ '."

Discutamos mais detidamente as "peculiaridades" arroladas por Naro.

#### 11.2.1.1. A posição do argumento interno

A Tabela 11.2 abaixo evidencia a relação entre posição do argumento interno e discordância. Quando o argumento interno está posposto ao verbo, a discordância verbal é exatamente o dobro da situação inversa.

TABELA 11.2  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
DISCORDANCIA VERBAL EM RELAÇÃO A POSIÇÃO DO ARGUMENTO INTERNO

POSICÃO	APL	TOT	%
ANTEPOSTO	9	53	17
POSPOSTO	49	144	34
TOTAL	58	197	29

Deve-se ressaltar que nessas 53 ocorrências de SN anteposto incluem-se 41 casos de argumento interno relativizado, dentre os quais se encontram 8 das 9 ocorrências de discordância. Isso salienta ainda mais o peso da "posposição" como fator que motiva a discordância verbal.

A afirmação de que a "posposição" do sujeito nas construções com se apassivador traduz certa noção de ênfase (item b da citação acima) está calcada no fato de que, no período anterior a 1550, a anteposição do SN sujeito em passivas pronominais com concordância era maior que a "posposição". Segundo Naro (op. cit., p. 779):

"The ratio of pre-verbal to post-verbal position for the underlying object is about 3:2, when no obligatory movement rules (such as Relativization) have applied."

A posposição do sujeito como marcação discursiva ainda se faz sentir num período bem posterior ao referido por Naro, como se pode observar em Berlinck (1988, p. 223). Em sua abordagem diacrônica sobre a inversão do sujeito no português do Brasil (fenômeno referido nesse trabalho como "construção VSN"), a autora constata que:

"No momento 1 (século XVIII), é uma função discursiva do SN - seu status informacional - que possui o maior peso na determinação do seu posicionamento relativamente ao verbo. Quanto maior for o grau de 'novidade' do referente do SN, maior será a probabilidade de que ele ocorra posposto ao verbo, e vice-versa."

Desse modo, em princípio marca de propriedades discursivas,

"The new unmarked surface order of the impersonal, with underlying object in post-verbal position is, of course, a

natural consequence of the analysis as an active, since this is the unmarked active order." (cf. NARO, op.cit., p. 803)

A idéia de que o SN posposto ao verbo passa a ser interpretado como objeto encontra respaldo se confrontamos os resultados do trabalho de Berlink (op. cit., p. 220), expressos na Tabela II.3 (Tabela 6.1, na numeração da autora), aos resultados da Tabela II.4:

TABELA II.3  
FREQUENCIA DE VSN SEGUNDO O CORPUS ANALISADO

CORPUS	%	N
SÉCULO XVIII (1750)	42	203/486
SÉCULO XIX (1850)	31	144/469
SÉCULO XX (1987)	21	263/1262

TABELA II.4  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
"POSPOSIÇÃO" DO ARGUMENTO INTERNO POR PERÍODO DE TEMPO

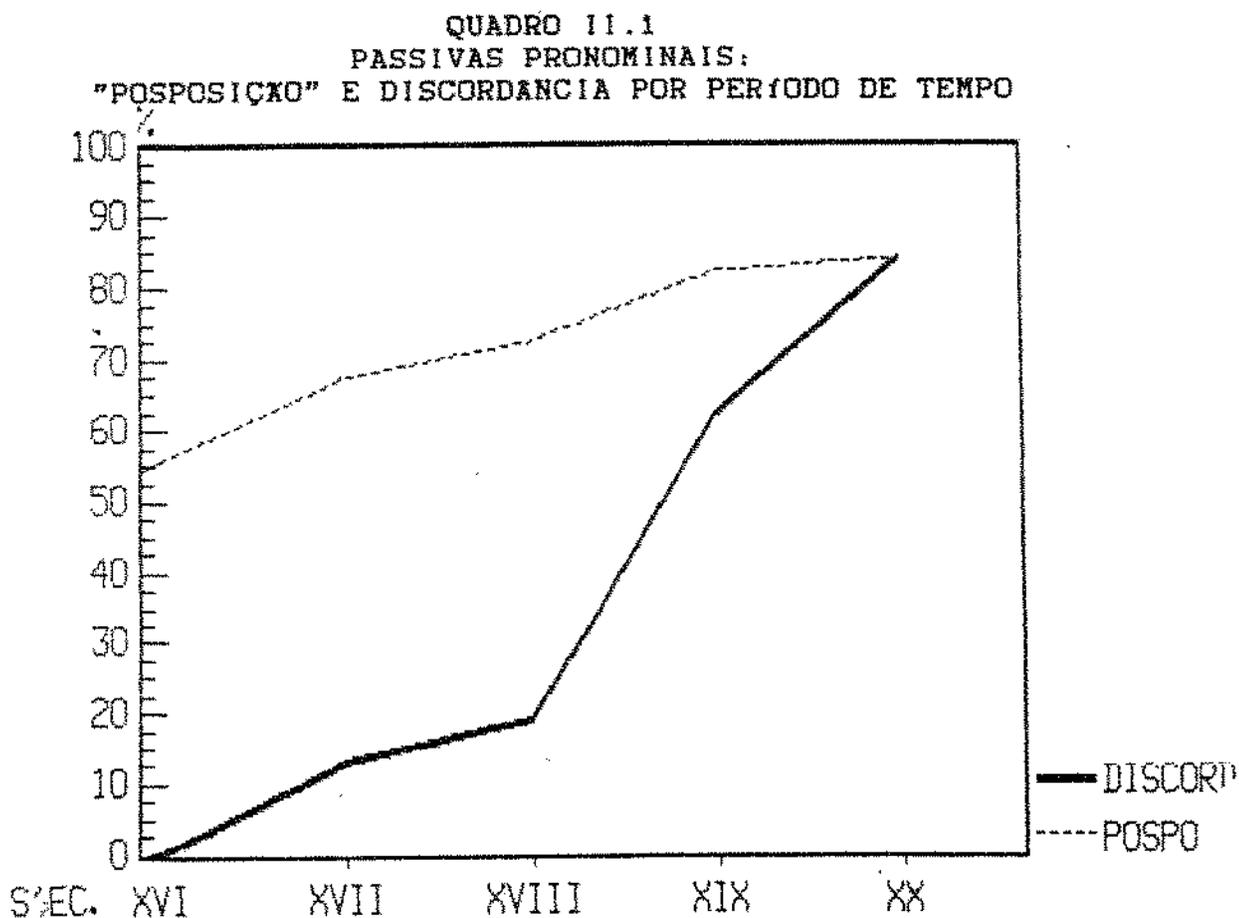
PERÍODO DE TEMPO	APL	TOT	%
SÉC. XVI	12	22	55
SÉCULO XVII	51	76	67
SÉCULO XVIII	327	453	72
SÉCULO XIX	122	148	82
SÉCULO XX	114	136	84
TOTAL	626	835	75

A Tabela II.3 evidencia que temos no português brasileiro uma mudança em progresso que restringe a inversão do sujeito. Em se pensando que os resultados da Tabela II.4 refletem realmente a posposição do sujeito das passivas pronominais, existiria uma intrigante desconexão entre as Tabelas II.3 e II.4, pois seus dados exibem uma distribuição

quase complementar. Em se assumindo, porém, que a Tabela II.4 revela uma mudança que toma o SN posposto ao verbo como o objeto, e não como o sujeito das passivas pronominais, as Tabelas II.3 e II.4 se coadunam, pois

"Se primitivamente o substantivo foi de fato o sujeito, como parece ter sido junto a verbos transitivos, também nessa época andava necessariamente anteposto ao predicado; mas desde o dia em que sua posição se fixou depois do verbo, fixou-se também a sua função de objeto."  
(cf. ALÍ (1957, p. 95))

Retomando as Tabelas II.1 e II.4, o Quadro II.1 deixa transparente a íntima relação entre discordância e "posposição" do argumento interno:



De acordo com o Quadro 11.1, pode-se asseverar que nos processos de mudança lingüística envolvendo passivas pronominais se dá um círculo vicioso: a discordância motiva a "posposição", que motiva a discordância. Isso é explicado, em termos teóricos, em virtude de os movimentos serem regidos pelo Critério Temático (cf. CHOMSKY (1981, p. 56)). Assim, o movimento para a posição de sujeito é permitido em estruturas como (3), mas não em estruturas como (4):

(3) (Expl) alugam-se<sub>pe</sub> casas<sub>pi</sub>

(4) pro<sub>pe</sub> aluga-se<sub>p0</sub> casas<sub>pi</sub>

pois o movimento em (4) faria com que o SN estivesse associado a dois papéis temáticos. Dessa forma, uma vez que a categoria vazia da posição de sujeito passasse a ser interpretada como referencial (e, portanto, temática), era esperável que passasse a ser bloqueado o alçamento do argumento interno para a posição de sujeito.

Como se pode verificar na Tabela 11.5 abaixo, a maciça ocorrência de argumento interno posposto nas passivas pronominais, excetuando-se obviamente as construções que envolvem movimento para COMP, somente encontra resistência junto a pronomes indefinidos e demonstrativos neutros (com uma média de 47% de "posposição"):

TABELA 11.5  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
"POSPOSIÇÃO" POR REALIZAÇÃO DO ARGUMENTO INTERNO

REALIZAÇÃO	APL	TOT	%
ORAÇÃO	136	136	100
CLÍTICO ACUSATIVO	1	1	100
SN	471	515	91
PRONOME INDEFINIDO/ DEMONSTRATIVO NEUTRO	18	38	47
PRONOME RELATIVO	0	137	0
PALAVRA QU+SN	0	8	0
TOTAL	626	835	75

Mesmo assim, essa resistência vai sendo aos poucos vencida. Investigando a média de "posposição" por período de tempo, verificou-se que as únicas construções que refletem uma oscilação significativa são as que envolvem pronomes indefinidos ou demonstrativos neutros. A "posposição" desses pronomes em passivas pronominais salta de uma taxa de 25% (1 caso em 4 construções) na segunda metade do século XVI para 65% (13 casos em 20 construções) na segunda metade do século XX.

Vistos os mútuos condicionamentos entre discordância e "posposição" do argumento interno, voltemos à opcionalidade do sintagma agêntivo (item a dos fatores levantados por Naro).

### 11.2.1.2. A opcionalidade do sintagma agentivo.

Como vimos no Capítulo I (seção 1.5.3), ao contrário do afixo de participípio, o clítico se (apassivador) não subcategoriza um sintagma preposicionado. Naro (op. cit., p. 796), contudo, levanta a hipótese de que não era esse o estado de coisas no período clássico:

"The se-passive could take both *de* and *per*-agents in the classical period. In this respect, at least, the construction paralleled the classical periphrastic *ser*-passive; and traditional scholars have in fact assumed that it was a true passive in the usual sense -i.e., that the underlying object was surface subject and the underlying subject was surface agent. As far as the early classic period is concerned, I believe that this assumption is basically correct, and corresponds to the linguistic reality recorded in the texts."

A "realidade lingüística" desse período é, entretanto, analisada de modo diferente por Camara Jr. (1977, p. 56; verbete apassivador):

"É certo que na linguagem renascentista encontra-se esse complemento [o agente da passiva] na voz médio-passiva - ex.: "do mal que se aparelha pelo inimigo", "o mar ... que só dos feios focas se navega" (...), mas é um emprego esporádico e que foi efêmero, resultante em parte da confusão entre o complemento de agente e o de meio (...) e em parte de um esforço consciente na língua escrita a equiparar a voz médio-passiva com a voz passiva específica."

Também é contrária a Naro a posição de Ali (op. cit. p. 101):

"Podemos (...) dizer: *lê-se este livro* ou *o livro lê-se*. Ninguém porém dirá: *o livro lê-se por todas*, por ser linguagem simplesmente incorreta. Neste particular parecem, entretanto,

estar em conflito com a sintaxe atual expressões antigas em que um curioso fenômeno linguístico requer o seu esclarecimento. As preposições *de*, *per* (*por*) indicavam, entre outras relações, a de causa eficiente dos verbos passivos, e a de meio ou instrumento dos verbos ativos (...). O instrumento ou meio é geralmente um ente sem vida, mas por vêzes considerava-se como tal - e este é o ponto importante da questão - um ser animado, uma pessoa ou coisa personalizada. Assim devemos interpretar este exemplo de JOXO DE BARROS: *castiga Deus as mais das vezes os christãos por (= por meio de) christãos de má vida e costumes abomináveis e torpes* (Paneg., 25). Da contigüidade das noções causa e instrumento ou meio, e da coincidência de preposições para exprimi-las se geraram provavelmente as seguintes línguas, que hoje só por superstição deixaremos de considerar defeituosas: *Mar... Que so DOS FEOS FOCAS SE NAUEGA*, (CAM, Lus., 1, 52) (...) = *primeiro SE NOTA* (no singular!) *PER OS MAREANTES ... os perigos da mar* (JOXO DE BARROS, Déc, 3, 2, 1)".

Para apontar a mais adequada dentre essas abordagens, seria necessário um exame minucioso de construções com aparentes sintagmas agentivos num período bem anterior ao que consta no corpus aqui analisado. Embora não disponha de evidências cabais para tomar esta decisão e me valha unicamente do corpus analisado, assumo aqui a postura de Camara Jr. e Ali, e gostaria de fazer uma hipótese contrária à de Naro (p. 802).

Não foi a opcionalidade do sintagma agentivo que constituiu uma motivação para o surgimento de construções com se indeterminador, mas a implementação desta construção no português brasileiro é que deve ter inibido "o esforço consciente na língua escrita a equiparar a voz médio-passiva com a voz passiva específica", nos termos de Camara Jr.

O próprio Naro (p. 796), dando prosseguimento ao texto citado acima, reconhece que:

"In the later classical period, according to some traditional scholars, the situation was made different by the appearance of the non-agreeing *se*-construction, without surface agent phrase."

Sendo assim, espera-se que a discordância entre o verbo e o argumento interno iniba a construção com sintagma agentivo. Vejamos se isso se confirma.

Encontram-se no corpus apenas 7 construções com se apassivador em que se pode dizer que apresentam sintagma agentivo, como exemplificado abaixo:

(6) "No Reo da Madeira se fazem todos os annoz bastantes mortes *pelo gentio chamadoz Muras* sem que se lhe de causa alguma."

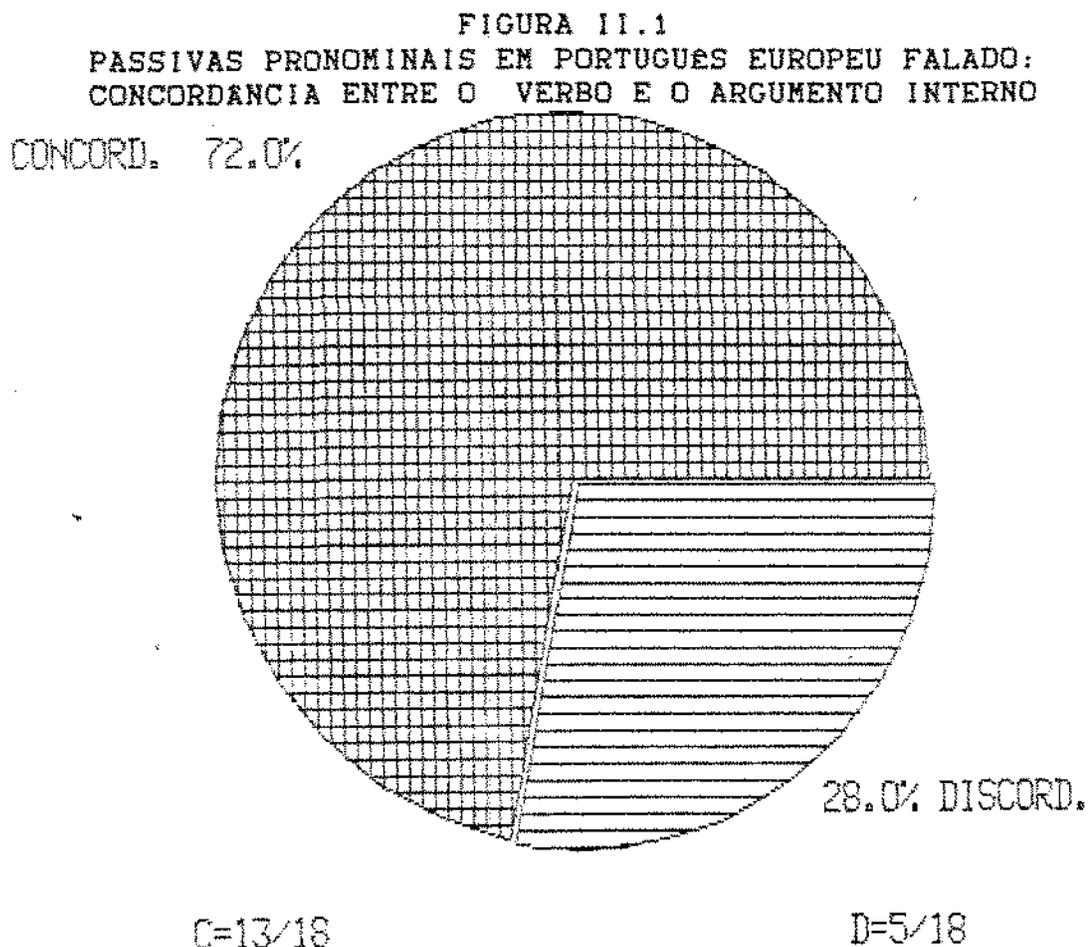
(7) "Sou de parecer, que V. Mage. mande, que este facto se examine com toda a circunspeccão, e madureza, *por pessoas dezentereçadas, e tementes a Deus.*"

Como esperado, nos 6 dados que tinham o argumento interno no plural, não houve nenhum caso envolvendo simultaneamente discordância verbal e sintagma agentivo.

É interessante atentar para o fato de que as construções envolvendo sintagma agentivo encontradas no corpus acham-se todas numa única fonte, os "Autos da Devassa Contra os índios Mura do Rio Madeira e Nações do Tocantins" (1738-1739), texto redigido segundo as formalidades do discurso jurídico. Levando em consideração essa formalidade, o período em que foram escritas essas seqüências (bem posterior ao que

tem atestado a literatura), e ainda observando que, à exceção de (7), todos os outros dados constituem paráfrases de (6), não é implausível afirmar que esse uso tardio de sintagma agentivo consistia de um processo de hipercorreção que visava a igualar construções com se apassivador e passivas perifrásticas.

Fossem construções correntes no período clássico, seria ponderável esperar que as passivas pronominais com sintagma agentivo perdessem no dialeto europeu, cuja construção mais frequente ainda é a construção com concordância, conforme demonstra a Figura 11.1<sup>3</sup>:



Entretanto, como ilustra a sentença (8) (apud ELISEU, op. cit., p. 86), o português europeu, assim como o português do Brasil, não admite sintagma agentivo em construções com se apassivador:

(8) \*Os bolos comeram-se pelos miúdos.

A agramaticalidade de (8) nos dois dialetos, que privilegiam padrões de concordância antagônicos, parece confirmar as observações de Camara Jr. e Ali. O português europeu, que parece ter se mantido estável no que tange à preferência por estruturas com concordância, não deveria, com o surgimento da forma inovadora, sofrer um impacto tal, que asteriscasse a subcategorização de sintagma agentivo para construções com concordância. Portanto, o que se afigura como provável é que essa subcategorização não tenha integrado o sistema do vernáculo no período clássico.

Ainda a propósito da Figura 11.1, é interessante ressaltar que, ressaltando a exígua quantidade de dados (5 ocorrências em 18 construções), a discordância se distribui de maneira uniforme entre os vários níveis de instrução. Também no português brasileiro falado a discordância não se mostrou sensível à influência da escolaridade (relembre-se que as entrevistas deste dialeto apresentaram 100% de discordância). Assim, no que concerne à discordância em passivas pronominais, pode-se dizer que, embora atualmente se situem em posições polares um em relação ao outro, ambos os dialetos não apresentam tensão entre as duas variantes. A diferença se encontra na variante escolhida: construções sem concordância para o português brasileiro (100%), e construções com concordância para o português europeu (72%). Dito de outro

modo, enquanto o português brasileiro se situa na reta final da mudança lingüística, relegando a forma arcaica à escrita formal, no dialeto europeu as formas variantes aparentemente permanecem estáveis há séculos.

### 11.2.1.3. O fator locução verbal

No Capítulo I (seção 1.3.4.3) vimos que há uma restrição em Forma Fonética que asterisca ocorrências do clítico se quando contíguo a um clítico acusativo, como exemplifica (9):

(9) \*Aluga-se-as.

Intervindo um auxiliar, ocorre uma disjunção dos clíticos, produzindo-se uma sentença gramatical:

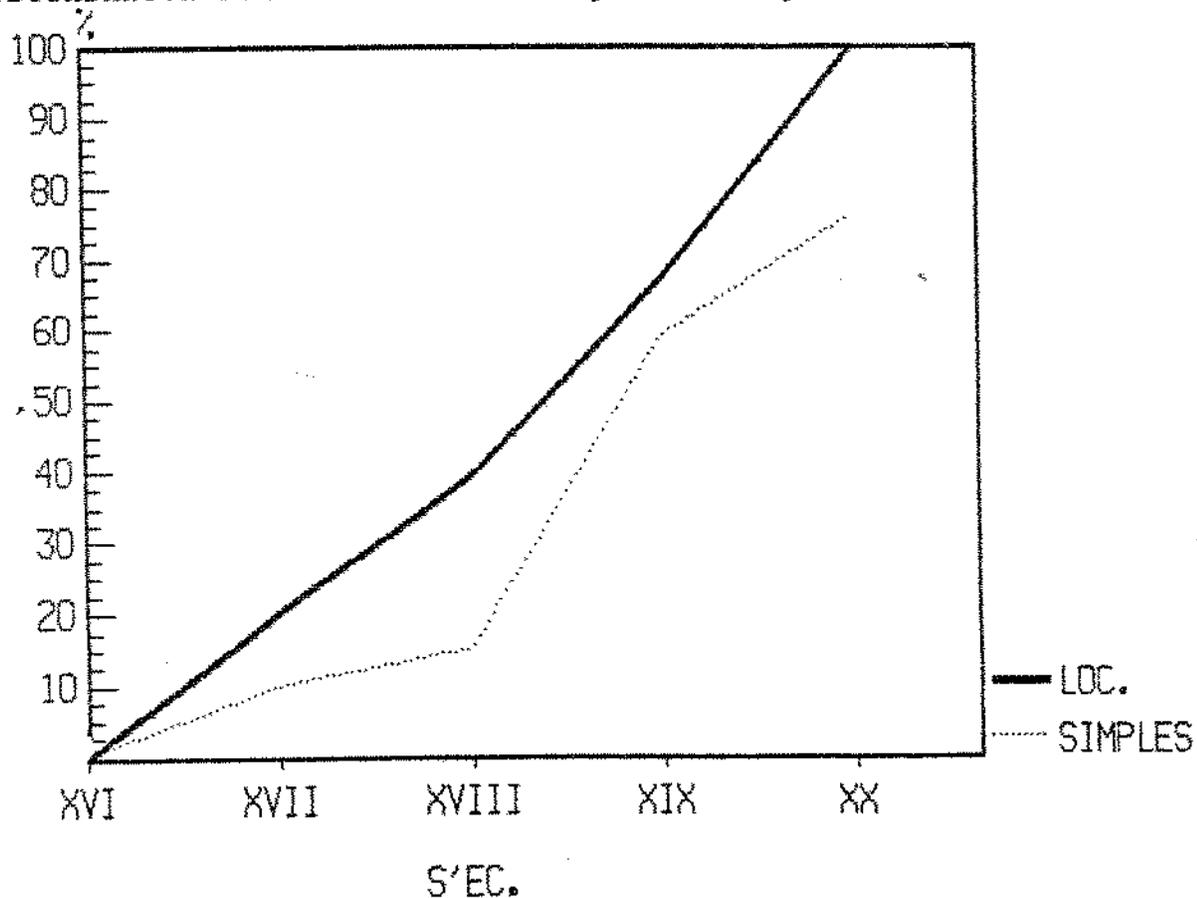
(5) Pode-se alugá-las.

Diante da possibilidade de construções como (5) explicitarem a atribuição de caso, é-se levado a pensar que, no processo geral da mudança, as locuções verbais devem ter contribuído significativamente para a reanálise da categoria vazia na posição de sujeito. A comprovação dessa hipótese pode ser feita com base nos dados da Tabela 11.6 abaixo, projetados no Quadro 11.2<sup>4</sup>:

TABELA 11.6  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
DISCORDANCIA POR TIPO DE CONSTRUÇÃO EM FUNÇÃO DO TEMPO

PERÍODO DE TEMPO	TIPO DE CONSTRUÇÃO						TOTAL		
	SIMPLES			EM LOCUÇÃO					
	APL	TOT	%	APL	TOT	%	APL	TOT	%
SECULO XVI	0	6	0	0	2	0	0	0	0
SECULO XVII	1	10	10	1	5	20	2	15	13
SECULO XVIII	10	110	15	12	31	39	30	149	20
SECULO XIX	13	22	59	2	3	67	15	25	60
SECULO XX	13	17	76	7	7	100	20	24	83
TOTAL	45	173	26	22	48	46	67	221	30

QUADRO 11.2  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
DISCORDANCIA POR TIPO DE CONSTRUÇÃO EM FUNÇÃO DO TEMPO



A Tabela 11.6, projetada no Quadro 11.2, demonstra que em todo o processo de mudança as locuções verbais favoreceram a implementação da discordância entre o verbo e o argumento interno. A média de discordância em construções envolvendo locução verbal (46%) quase alcança o dobro da média em construções simples (26%).

A influência das locuções verbais ainda se fará presente em outro processo de mudança, como se verá adiante.

### 11.3. A EXPANSÃO DAS PASSIVAS PRONOMINAIS

#### 11.3.1. Analisando a reanálise

Examinemos com mais vagar a definição de reanálise fornecida por Langacker (op. cit., p. 58):

"I will define 'reanalysis' as a change in the structure of an expression or class of expressions that does not involve any immediate or intrinsic modification of its surface manifestation."

De acordo com a definição acima, passivas pronominais com o argumento interno no singular constituem o input ideal para o processo de reanálise, pois, conforme exemplificado abaixo, diferentes estruturas-D geram a mesma sentença de superfície:

(10) Consertou-se o brinquedo.

(11) (Expl) consertou-se<sub>pe</sub> [o brinquedo]<sub>pi</sub>

(12)  $pro_{pe}$  consertou-se $_{p0}$  [o brinquedo] $_{pi}$

Alia-se a isso o fato de que, embora produzida por propriedades formais diferentes, não há diferença na interpretação da referência indeterminada de construções com se apassivador, como em (11), ou com se indeterminador, como em (12) (cf. Capítulo I, seção 1.5.4).

Portanto, a reintrepretação da categoria vazia na posição de sujeito não provoca alteração na referência da CADEIA temática envolvendo o papel temático de argumento externo; pelo contrário, mantém-se até uma das propriedades que diferencia construções com se apassivador de passivas perifrásticas: o traço [+hum] (mais humano) (cf. NARO (op. cit., p. 781); PIMENTA-BUEND (1979, p. 120); IKEDA (1977, p. 21)). Construções com se apassivador só tomam como referência para o argumento externo um elemento com o traço [+hum], ao contrário de passivas perifrásticas:

(13) Os bolos foram comidos.

(14) Comeram-se os bolos.

(15) Comeu-se os bolos.

Assim, em (13) a referência do argumento externo está associada ao traço [+anim] (mais animado), enquanto em (14) se restringe ao traço [+hum], padrão que é seguido por (15).

A inalteração da referência indeterminada no processo de mudança esboça uma resposta para o ardiloso "problema da transição" (cf. WEINREICH, LABOV e HERZOG (1968, p. 184)). Faço minhas as palavras de Naro (op. cit., p. 184):

"Naturally, the language-learning process as a whole includes a certain amount of correctional pressure from the older generation; but most of individual differences between the passive with deleted agent and the impersonal are too subtle to provoke significant reaction. The most outstanding syntactic feature of the new construction is its lack of agreement in number with the underlying object, but even here there are surface factors that would inhibit correction. One of these is the fact that the underlying object is post-verbal in unmarked surface order."

### II.3.2. O passo além

Continuemos a examinar a concepção de reanálise:

"Reanalysis may lead to changes at the surface level (...), but these surface changes can be viewed as the natural and expected result of functionally prior modifications in rules and underlying representations."  
(cf. LANGACKER, op. cit., p. 58)

Uma dessas mudanças "esperadas" já foi detectada: a possibilidade de manifestação morfológica da atribuição de caso acusativo ao argumento interno de passivas pronominais, como em (5):

(5) Pode-se alugá-las.

A mais ampla dessas mudanças previsíveis constitui o processo de expansão das passivas pronominais. Uma vez que o português passou a admitir construções em que um pronome referencial nulo na posição de

sujeito é indeterminado pelo clítico se, era de se esperar que qualquer verbo - e não apenas os transitivos - que pudesse ter um pronome referencial nulo em sua posição de sujeito (possuindo o traço [+hum]) pudesse também fazer parte de uma construção com se indeterminador. Evidentemente, essa fase constituiria uma expansão do output do processo de reanálise, e não do processo em si mesmo, já que nesse caso não se tem uma construção com expletivo nulo como input.

Pode-se, então, conjecturar que a expansão do uso de se indeterminador tenha ocorrido seguindo uma ordem semelhante à descrita abaixo:

- a) verbos transitivos diretos usados intransitivamente (Ex: Come-se muito no inverno);
- b) verbos intransitivos (Ex: Trabalha-se bastante neste lugar);
- c) verbos transitivos preposicionados (Ex: Precisa-se de empregados);
- d) verbos de ligação (Ex: É-se feliz quando se é jovem);
- e) verbos ergativos (Ex: Chegou-se tarde à reunião); e
- f) verbos em construções passivas perifrásticas (Aqui se é visto por todos).

Subjaz a essa ordem estipulada a hipótese de que a expansão deveria se dar segundo:

- a) em primeiro lugar, a presença de argumento externo na posição de sujeito (isso oporia os itens a, b, c e d acima aos itens e e f); e
- b) em segundo lugar, a semelhança estrutural em superfície (isso explicaria a ordem dentro dos pólos).

Essa parece corresponder à ordem relatada na literatura:

"JOKO DE BARROS, CAMÕES e os ilustres escritores que depois vieram foram estranhos a essa preocupação doentia que acorrenta, sem atender à índole da nossa língua, o uso do pronome se exclusivamente aos verbos transitivos." (cf. ALI, op. cit., p. 102)

"Since the underlying object appears as the surface subject in the *se*-passive, it is possible to delete this element under the same conditions as in ordinary active sentences. An example is: ... a paz simples, diziam elles, posto que se arrazoae por alguns... (João I, 433). (...) Here the pronoun *ela*, referring to a *paz*, has been deleted as surface subject of *se arrazoae*. This cannot be taken as an example of *se* with an intransitive. There is a class of aparent counter-examples involving the expression *assi como* 'as is'; but these are merely cases in which a sentencial object has been preposed: ...e porem caae o home em muytos peccados, de que o mudo he cõprido, assy como se mostra e este recõstameto... (Orto 84, 33)." (cf. NARO, op. cit., p. 799)

"Since I have been unable to find any significant earlier examples, I shall assume that the use of *se* with intransitive began at more or less the same time as the appearance of the non-agreeing construction with transitives, i.e. the mid-16th century." (idem)

"No domínio do português antigo floresceu tal pronome [o pronome homem], e com vantagem, ao lado de fórmulas com o reflexivo se. Por fim

foi-lhe desaparecendo a vitalidade e na era quinhentista sucumbia de todo afogado pela expansão do pronome se que (...) já então se usava quer em verbos transitivos, quer com os intransitivos." (cf. ALI, op. cit., p. 100)

"Torna-se assim inteligível a existência dos nossos *trata-se, fala-se de (ou em), pensa-se em, resiste-se a*, e muitíssimos outros dizeres semelhantes, de que se serviram em larga cópia JOÃO DE BARROS, VIEIRA, BERNARDES, HERCULANO e CASTILHO." (idem, p. 97)

"Houve durante muito tempo relutância em aceitar na linguagem literária os populares *é-se, está-se*, mas desde o século passado a hesitação tende a desaparecer. CASTILHO, no teatro de MOLLIERE, põe tais modos de dizer até mesmo na boca de personagens que não costumam exprimir-se incorretamente: *Quando SE é despresado ingratamente, creio ser um dever honroso o procurar fugir* (Tart., 65) (...) = *é-SE obrigado acaso a pagar fôro em metro às deusas do Parnaso? se não SE é, não se deve andar sem arte e veia a versar* (Misantr., 122) (...) = *Aqui, senhor Pancrácio, ESTÁ-SE optimamente* (Sabichonas, 89). (...) Nas obras de GARRET, de CAMILO e de RAMALHO ORTIGÃO são freqüentes os exemplos." (id., p. 99) 5

O corpus analisado, entretanto, não refletiu exatamente a ordem prevista, como mostra a Tabela II.76:

TABELA 11.7  
EXPANSÃO DAS PASSIVAS PRONOMINAIS:  
OCORRÊNCIAS DE CADA TIPO DE VERBO POR PERÍODO DE TEMPO

PERÍODO DE TEMPO	TIPO DE VERBO				TOTAL
	TRANSITIVO INDETERMINADO	ERGATIVO	INTRANTIVO	DE LIGAÇÃO	
2ª met. séc. XVI	-	-	-	-	0
1ª met. séc. XVII	2	-	-	-	2
2ª met. séc. XVII	2	1	-	-	3
1ª met. séc. XVIII	15	-	1	1	17
2ª met. séc. XVIII	6	-	2	-	8
1ª met. séc. XIX	1	-	-	-	1
2ª met. séc. XIX	24	2	-	1	27
1ª met. séc. XX	2	-	-	-	2
2ª met. séc. XX	11	2	2	2	17
TOTAL	63	5	5	4	77

A Tabela 11.7, contudo, não contradiz os fatos atestados na literatura. Os resultados da Tabela 11.7 refletem tão somente a distribuição (sujeita a fatores como a maior recorrência de um ou outro tipo de verbo) das construções com se indeterminador junto a verbos não transitivos registrados no corpus analisado; não podendo ser tomados como retrato da expansão das passivas pronominais como um todo no português brasileiro. O que a Tabela 11.7, dentro de suas limitações, pode trazer de contribuição ao que já foi relatado na literatura consiste no registro das ocorrências dos verbos ergativos.

A primeira ocorrência de verbo ergativo apontada na Tabela 11.7 e transcrita abaixo pode constituir um indício de que a expansão das passivas pronominais, contrariamente ao que se predisse acima, alcançou os verbos ergativos antes dos verbos de ligação:

- (16) "E feitas as taes medições, tanto, que se chegou com a legoa de terras de comprido pelo sertam dentro os

houve o dito Ouvidor por impossado aos ditos Padres das ditas terras." ( Livro do tombo, 1677)

A ser assim, o fato de o argumento interno de verbos ergativos poder ser alçado para a posição de sujeito deve tê-los aproximado dos verbos intransitivos. Isso implica que no processo de expansão das passivas pronominais a semelhança estrutural em superfície deve ter desempenhado papel mais importante que o previsto.

A resistência normativa às últimas formas inovadoras a que se refere Ali (op. cit., p. 99) tem muita razão de ser. É justamente no uso de se junto a passivas perifrásticas que se revela quão "catastrófica" (empregando um termo de Lightfoot (s/d)) foi a mudança: se passa de identificador da estrutura temática do predicado (por absorver o papel temático de argumento externo) e indeterminador da referência do argumento externo (por ser ligado por um argumento interno (cf. Capítulo I, seção 1.5.4.1)) a mero indeterminador da referência do sujeito (por ser ligado por pro).

Dessa forma, se pode indeterminar a referência de um argumento interno em presença de argumento externo, como é o caso da sentença (17), representada em (18):

(17) Aqui se é visto por todos.

(18) Aqui  $pro_{p_i}$   $se_{p_0}$  é [vis+to] $_{pe}$   $t_{p_i}$  [por todos] $_{pe}$

Observe-se que, apesar de o argumento interno subcategorizado por ver ser [+anim], o pronome nulo de (17) somente poderá estar associado ao traço [+hum], devido ao resquício semântico da antiga construção com

se apassivador. 7

#### II.4. PASSIVAS PRONOMINAIS SEM PRONOME

Galves (1987, p. 37) atenta para o fato de que o português europeu difere do brasileiro na identificação do pronome nulo de terceira pessoa do singular em sentenças finitas. Enquanto aquele tem referência determinada, este pode ter referência indeterminada, como exemplificado por (19) (sentença (11) na numeração de Galves):

(19) Nos nossos dias, não usa mais saia.

(19) tem referência determinada em português europeu, mas pode ter referência indeterminada no português brasileiro.

Detectada essa peculiaridade do português brasileiro, duas construções se habilitam como fonte dessa inovação: construções indeterminadas pela marca de concordância da terceira pessoa do plural como (20), e construções com se indeterminador como (21):<sup>8</sup>

(20) Nos nossos dias não usam mais saia.

(21) Nos nossos dias não se usa mais saia.

A primeira hipótese se justifica pelo fato de a concordância do português brasileiro admitir paradigmas como ele/eles fala; já a segunda hipótese busca apoio no quadro geral de supressão de clíticos no

português do Brasil (cf. OMENA (1978), KLIFFER (1979), TARALLO (1983), d'ALBUQUERQUE (1984), DUARTE (1986)).

O caminho para escolher a mais adequada dessas hipóteses leva em conta a exclusão ou inclusão do enunciador em construções como (20) ou (21). Como bem aponta Maurer Jr. (1951, p. 60):

"Em português, embora o impessoal de origem passiva se aproxime, em sua nova acepção, da terceira pessoa do plural com sujeito indeterminado, não se confunde com ela. A terceira pessoa do plural designa, é verdade, um sujeito indeterminado, mas não se liberta inteiramente da idéia primitiva de terceira pessoa. Para comprová-lo basta que se comparem nesta língua as duas expressões 'estão batendo à porta' e 'bate-se à porta'. No primeiro caso exclui-se a pessoa que fala e aquela com quem se fala (portanto temos terceira pessoa), ao passo que na forma passiva incluímos mui comumente a pessoa que fala, ou aquela com quem se fala."

Assim, já que a referência indeterminada de (19) pode eventualmente incluir o enunciador, construções com terceira pessoa do singular com referência indeterminada<sup>9</sup> podem ser analisadas como evolução das construções com se indeterminador.

Abaixo, vê-se a projeção do apagamento do clítico de passivas pronominais no eixo do tempo:

TABELA 11.8  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
APAGAMENTO DO CLÍTICO SE POR PERÍODO DE TEMPO

PERÍODO DE TEMPO	APL	TOT	%
SÉCULO XVI	0	27	0
SÉCULO XVII	4	103	4
SÉCULO XVIII	7	549	1
SÉCULO XIX	13	206	6
SÉCULO XX	114	228	50
TOTAL	138	1113	12

A Tabela 11.8 põe em xeque a derivação de "passivas pronominais sem pronome" a partir de construções com se indeterminador. Admitindo-se essa derivação, seria esperável que a nova mudança tivesse início quando já estivesse bem avançada a mudança que propicia a discordância entre verbo e argumento interno, ou seja, quando as construções com se indeterminador fossem mais frequentes que as com se apassivador. As 11 ocorrências de elisão do clítico nos séculos XVII e XVIII parecem contraditar essa previsão, pois nesse período, de acordo com a Tabela 11.1, a discordância entre verbo e argumento interno oscilava entre 13 e 19%.

A aparente contradição é desfeita se se considerar o fenômeno em função do tipo de construção em que figura a elisão do clítico, como demonstrado na Tabela 11.9 abaixo:

TABELA 11.9  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
APAGAMENTO DE SE POR TIPO DE CONSTRUÇÃO EM FUNÇÃO DO TEMPO

	PERÍODO DE TEMPO																	
	Séc. XVI			Séc. XVII			Séc. XVIII			Séc. XIX			Séc. XX			TOTAL		
	APL	TOT	%	APL	TOT	%	APL	TOT	%	APL	TOT	%	APL	TOT	%	APL	TOT	%
COORD.	-	-	-	4	5	80	7	17	41	2	3	67	3	5	60	16	30	53
TRANSITIVO	0	23	0	0	80	0	0	485	0	10	160	6	54	136	40	64	904	8
INDIRETO	0	4	0	0	13	0	0	102	0	1	15	7	40	51	70	41	185	22
INDIRETO	-	-	-	0	4	0	0	16	0	0	25	0	6	18	33	6	63	10
INDIRETO	-	-	-	-	-	-	0	5	0	-	-	-	0	9	89	0	14	57
ERG.	-	-	-	0	1	0	-	-	-	0	2	0	2	4	50	2	7	29
INTB.	-	-	-	-	-	-	0	3	0	-	-	-	0	2	0	0	5	0
ISB.	-	-	-	-	-	-	0	1	0	0	1	0	1	3	33	1	5	20
TOTAL	0	27	0	4	103	4	7	549	1	13	206	6	114	228	50	130	1113	12

A Tabela 11.9 revela que as 11 ocorrências de elisão nos séculos XVII e XVIII encontram-se em passivas pronominais coordenadas a outras passivas pronominais. Portanto, a elisão de se nessas seqüências se deve não à indeterminação da terceira pessoa do singular, mas às pro-

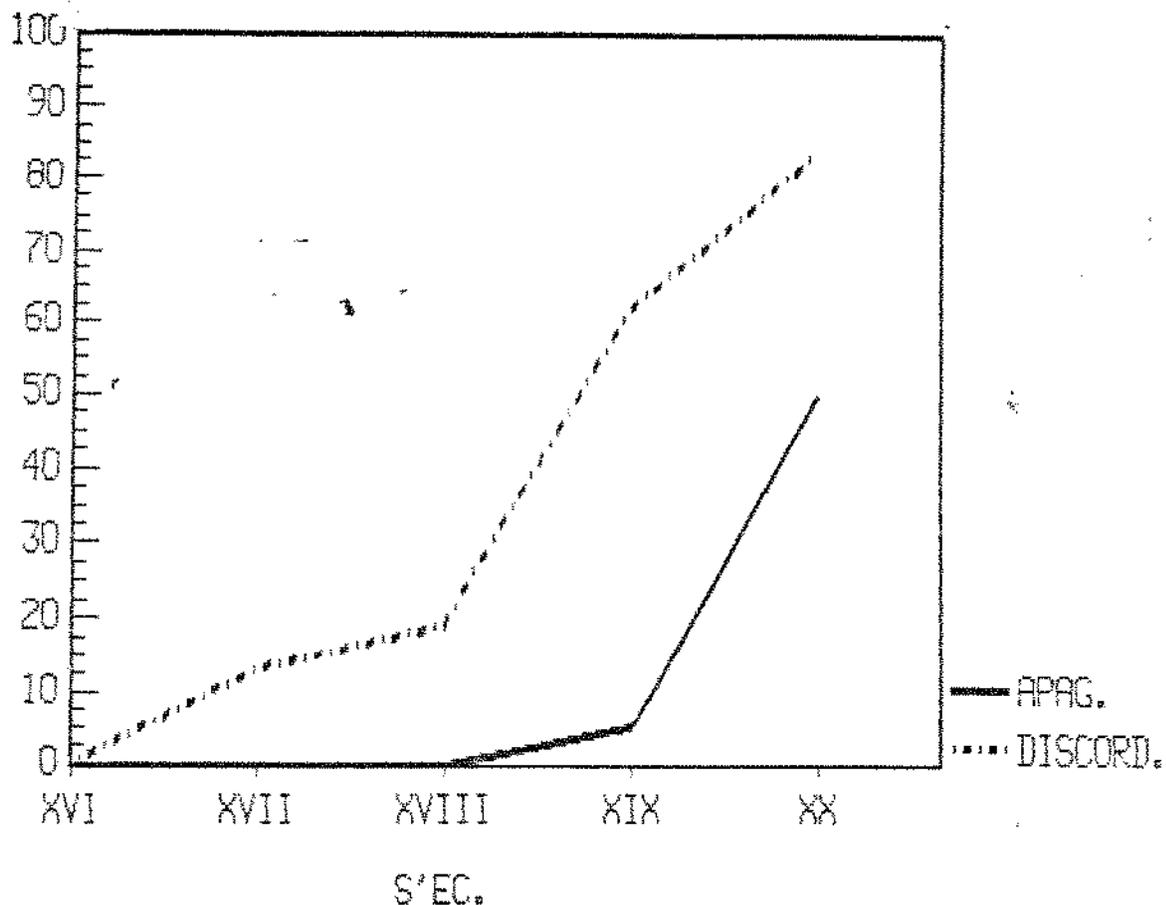
priedades da coordenação, que sistematicamente favorece a elipse de elementos, como exemplificado em (22):

(22) Não se comprou nem vendeu um só carro.

Revela ainda a Tabela II.9 que a locução verbal também em relação a essa mudança favorece a implementação da forma inovadora: verbos transitivos diretos e indiretos em construções simples apresentam uma média de, respectivamente, 8 e 10% de apagamento de se; enquanto em locução verbal a média sobe respectivamente para 22 e 57%.<sup>10</sup>

A Tabela II.9 não só desfaz a indesejável contradição a que a Tabela II.8 pode conduzir, como também ratifica a relação entre construções com se indeterminador e "passivas pronominais sem pronome", como se pode verificar no Quadro II.3, que retrata as Tabelas II.1 e II.9 (desconsideradas as passivas coordenadas):

QUADRO II.3  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
DISCORDANCIA VERBAL E APAGAMENTO DE SE POR PERÍODO DE TEMPO



O Quadro II.3 demonstra que no século XIX, momento em que as ocorrências das estruturas contendo pro referencial na posição de sujeito superam as de estruturas com expletivo, é que começa a haver a supressão do clítico se em estruturas não coordenadas.

Observa-se no Quadro II.3 que, depois da vitória numa batalha de quatro séculos com as passivas com concordância, as passivas pronominais sem concordância estão agora diante de um oponente de espantoso vigor: as passivas pronominais sem concordância e sem pronome. Tendo surgido há pouco mais de um século, o fenômeno da supressão de se indeterminador já atinge um percentual de 79% em entrevistas (107 ocorrências em 136 construções). Contudo, ao contrário das passivas sem

concordância, as passivas pronominais sem pronome são sensíveis à influência da escolaridade, conforme demonstrado na Tabela II.10:

TABELA II.10  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
APAGAMENTO DO CLÍTICO SE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

ESCOLARIDADE	APL	TOT	%
1º GRAU	53	57	93
2º GRAU	34	36	94
3º GRAU	28	43	47
TOTAL	115	136	79

A influência da escolaridade parece, no entanto, já estar sendo minimizada, o que constitui importante passo rumo à decisão do novo confronto entre passivas pronominais. Como mostra a Tabela II.10, não há diferença entre os informantes de primeiro e segundo graus quanto ao percentual de uso de passivas sem pronome (taxa que beira os 100%); e mesmo os informantes de terceiro grau, cuja média de uso da variante inovadora é praticamente a metade da observada nos demais níveis de escolaridade, já estão próximos dos 50%, patamar neutro quanto à inibição ou favorecimento do fenômeno da supressão de se indeterminador.

A distância entre o português brasileiro e o europeu torna-se cristalina na questão das passivas pronominais sem pronome. Enquanto a elisão de se atinge 79% em entrevistas do português brasileiro, em entrevistas do dialeto europeu essa marca é de apenas 2% (2 ocorrências em 97 construções).

Analisando as duas ocorrências de elisão, verifica-se que ambas envolvem a expressão diz que (já cristalizada no português do Brasil):

(23) "Vão levar aquela coroa para, porque aquilo *diz que* tem um mordomo."

(24) "Hoje dizem que há prisão, (...) no caso de ele se recusar mesmo a dar [a pensão], *diz que* há prisão."

Assim, à parte expressões como essa, o português europeu não admite a supressão do clítico se de passivas pronominais (nem mesmo 10 ocorrências de passivas pronominais coordenadas apresentaram elisão de se). Aliás, é interessante observar que, mesmo em expressões idiomáticas como quer dizer - cristalizada no português brasileiro sem o clítico se -, o dialeto europeu dá preferência à manutenção do clítico, como exemplifica (25):

(25) "Nove anos, quer-se dizer: nos nove anos, estávamos seis meses no mar e seis em terra."

### 11.5. O "SE SARNEY"

Em relação às sentenças infinitivas, Galves (1987, p. 35) observa uma

"estranha diferença entre PE [português europeu] e PB [português brasileiro]: enquanto

que, neste, o se tem nítida tendência a desaparecer em todos os seus usos nas frases com tempo, ele reaparece maciçamente - distanciando-se nisso do uso do português europeu - nas infinitivas para expressar a indeterminação."

Essa diferença configura um padrão como (26) para o português brasileiro, e (27) para o português europeu (exemplos (16) e (16') de Galves):

(26) É impossível se achar lugar aqui.

(27) É impossível achar lugar aqui.

A autora atribui essa divergência (p. 38) a diferenças na interpretação do sujeito nulo das infinitivas. No dialeto brasileiro, toma-se como referência para esse sujeito nulo um antecedente na sentença ou no discurso (isto é, o tópico); no dialeto europeu, toma-se um antecedente na sentença ou tem-se uma interpretação indeterminada. O clítico se indeterminador surge nas sentenças infinitivas do português brasileiro, portanto, para impedir que seu sujeito seja referencialmente vinculado ao tópico (p. 40)

Esse contraste entre os dialetos europeu e brasileiro é nítido em estruturas do tipo é difícil de. Como nota Galves (p. 40), a sentença (28) é ambígua em português brasileiro, podendo ter a interpretação (a) ou (b), ao passo que somente a interpretação (a) é assegurada pelo dialeto europeu:

(28) O João é difícil de pagar.

(28a) é difícil de pagar o João

(28b) é difícil de o João pagar.

Evitando a ambigüidade de (28), o português brasileiro pode lançar mão do clítico se para assegurar a interpretação de (28a), como exemplifica (29):

(29) O João é difícil de se pagar.

Parecem estar em curso no português brasileiro, portanto, dois processos de mudança antagônicos: num processo, se indeterminador é elidido em sentenças finitas; no outro, se indeterminador é "inserido" em sentenças com infinitivo (e, provavelmente, com gerúndio). Isso faz com que se observem com ceticismo dados como os da Tabela II.11:<sup>11</sup>

TABELA II.11  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
APAGAMENTO DO CLÍTICO SE POR FLEXÃO DO VERBO

FLEXÃO	APL	TOT	%
TEMPO FINITO	127	881	14
INFINITIVO 0	11	171	6
GERÚNDIO	0	61	0
TOTAL	138	1113	12

Os 11 casos de apagamento de se junto a infinitivos que aparecem na Tabela II.11 referem-se a passivas pronominais coordenadas a outras passivas pronominais; estão regidos, portanto, por propriedades inerentes a construções com coordenação. Excluídos esses dados, temos 160 passivas pronominais com verbos no infinitivo e 61 com verbos no gerúndio. Essas construções podem estar refletindo 0% de apagamento (nos

termos da seção anterior) ou 100% de inserção do clítico se (nos termos desta seção).

Na verdade, esse conjunto de dados pode estar refletindo parte de ambas as situações, pois não foi possível, com base no corpus analisado, caracterizar rigorosamente as estruturas com infinitivo ou gerúndio em que se pode dizer que há apagamento ou inserção de se (à parte construções como é impossível... ou ... é difícil de..., apontadas por Galves (op. cit., p. 35 e 40)). Em outras palavras, não foi possível identificar as estruturas básicas sobre as quais estão operando processos de mudança lingüística. Tal caracterização necessitaria de um estudo minucioso dessas construções em português europeu para, a partir de uma análise comparativa, definir os ambientes em que ocorre um ou outro fenômeno. Por ultrapassar uma análise como essa os limites da investigação aqui desenvolvida, restringi-me a meramente registrar as ocorrências do clítico se junto a infinitivos e gerúndios, sem seguir nenhum direcionamento teórico.

É bem justificável, pois, olhar com ceticismo para os resultados das construções infinitas da Tabela II.11. Pretende, de fato, retratar uma descrição acurada do fenômeno da supressão de se somente a porcentagem relativa às construções finitas, transpostas para a Tabela II.12 abaixo:

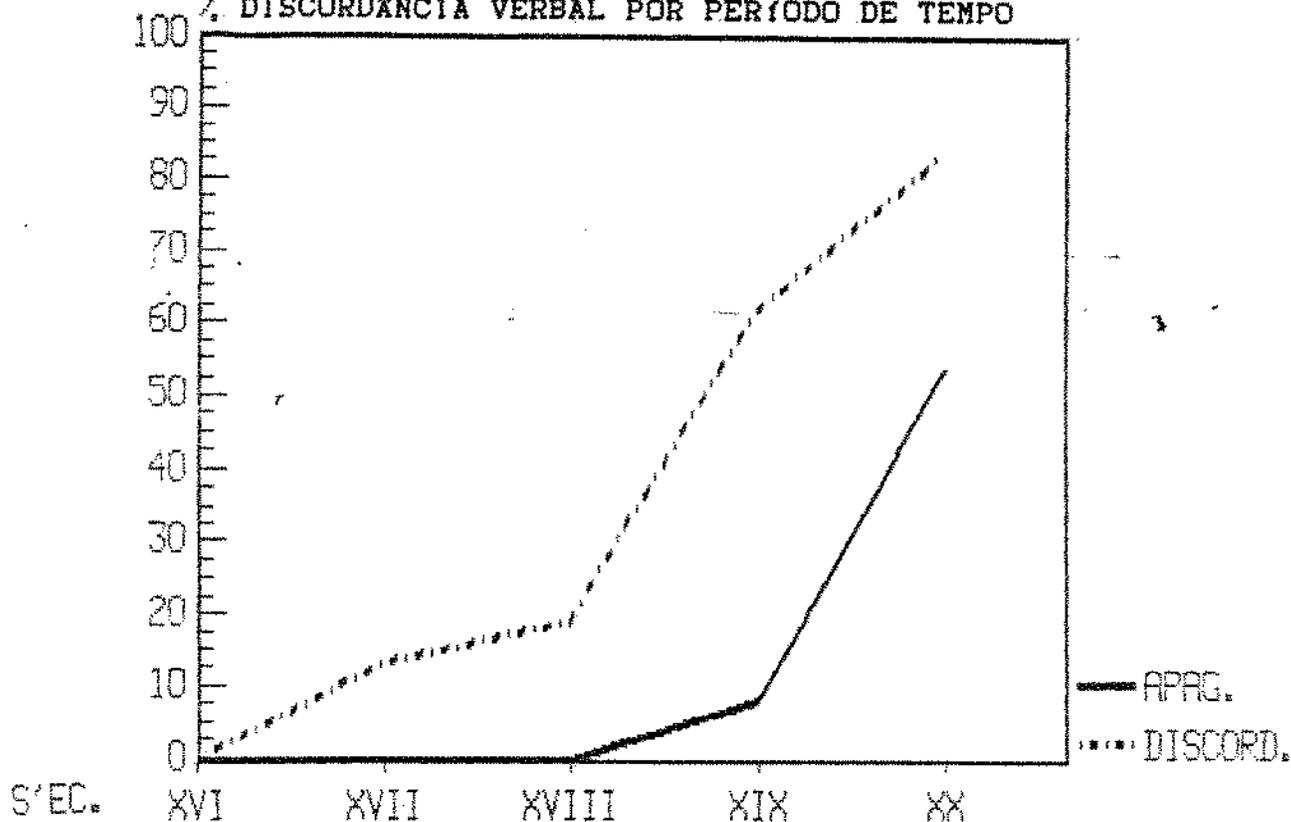
TABELA II.12  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
APAGAMENTO DE SE EM CONSTRUÇÕES FINITAS NAO COORDENADAS  
POR PERÍODO DE TEMPO

PERÍODO DE TEMPO	APL	TOT	%
SÉC. XVI	0	25	0
SÉC. XVII	0	81	0
SÉC. XVIII	0	431	0
SÉC. XIX	11	132	8
SÉC. XX	106	197	54
TOTAL	117	865	14

Na Tabela II.12 estão excluídas as estruturas que enviasavam os dados: as passivas pronominais coordenadas e as construções envolvendo infinitivo e gerúndio.

De acordo com os resultados apontados pela Tabela II.12, a relação entre discordância verbal e apagamento de se indeterminador pode ser mais fielmente representada através do Quadro II.4 abaixo, que refina o retrato visualizado no Quadro II.3:

QUADRO II.4  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
APAGAMENTO DE SE EM CONSTRUÇÕES FINITAS NÃO COORDENADAS E  
% DISCORDANCIA VERBAL POR PERÍODO DE TEMPO



Com os ajustes efetuados, o Quadro II.4 apresenta, em relação ao Quadro II.3, uma ligeira elevação de 3% na média de elisão de se.

Retornemos às estruturas que motivaram a reconsideração dos resultados da seção anterior.

Mesmo não caracterizando precisamente o fenômeno da inserção de se, é possível mapeá-lo através de evidência indireta. Retomando o que diz Galves (p. 38), no português brasileiro o sujeito nulo de infinitivas toma como referência um antecedente na sentença ou no discurso (o tópico); já no dialeto europeu, ou toma como referência um antecedente na sentença ou tem uma interpretação indeterminada. Com base nas observações de Galves, pode-se afirmar que, em relação a construções infinitivas sem marca de concordância, o português do Brasil dá preferência a configurações com pro na posição de sujeito, ao passo que o

português europeu privilegia PRO para essa posição. Assim, as sentenças (26) e (27) podem ser respectivamente representadas por (30) e (31):

(30) é impossível [<sub>pro</sub><sub>pe</sub> se<sub>p0</sub> achar lugar aqui]

(31) é impossível [PRO<sub>pe</sub> achar lugar aqui]

Numa concepção como essa está-se assumindo implicitamente que se indeterminador não pode ser ligado por PRO, o que pode ser confirmado pela sentença italiana abaixo (apud CINQUE (1988, p. 522)):

(32) \*Sarrebbe meglio scoprirsi il vero colpevole.

Como em italiano não há infinitivo flexionado, a posição de sujeito da oração encaixada de (32) é ocupada pelo elemento PRO. Rizzi (1982: "Comments on Chomsky's Chapter On the Representation of Form and Function" in MEHLER, J., E. T. C. WALKER e M. GARRETT, (eds.): Perspectives on Mental Representation, Lawrence Erlbaum Associates, London: apud CINQUE (op. cit., p. 523)) atribui a agramaticalidade de sentenças como (32) ao fato de si, ilicitamente, reger PRO.

O leitor deve ter notado que não se cogitou atribuir à sentença (26) uma estrutura com se apassivador como (33):

(33) é impossível [(expl) se<sub>pe</sub> achar lugar aqui]

Se o fenômeno da inserção é produtivo no português brasileiro atual, seria estranho que o clítico inserido fosse apassivador, uma vez que

já no século passado a construção com se indeterminador era a forma predominante (cf. Tabela II.1). Além do mais, construções com verbos não transitivos ou estruturas transitivas com discordância verbal como (34) e (35), respectivamente, só podem estar associadas, de acordo com o exposto no Capítulo I, a se indeterminador:

(34) é impossível [prope sep0 trabalhar mais]

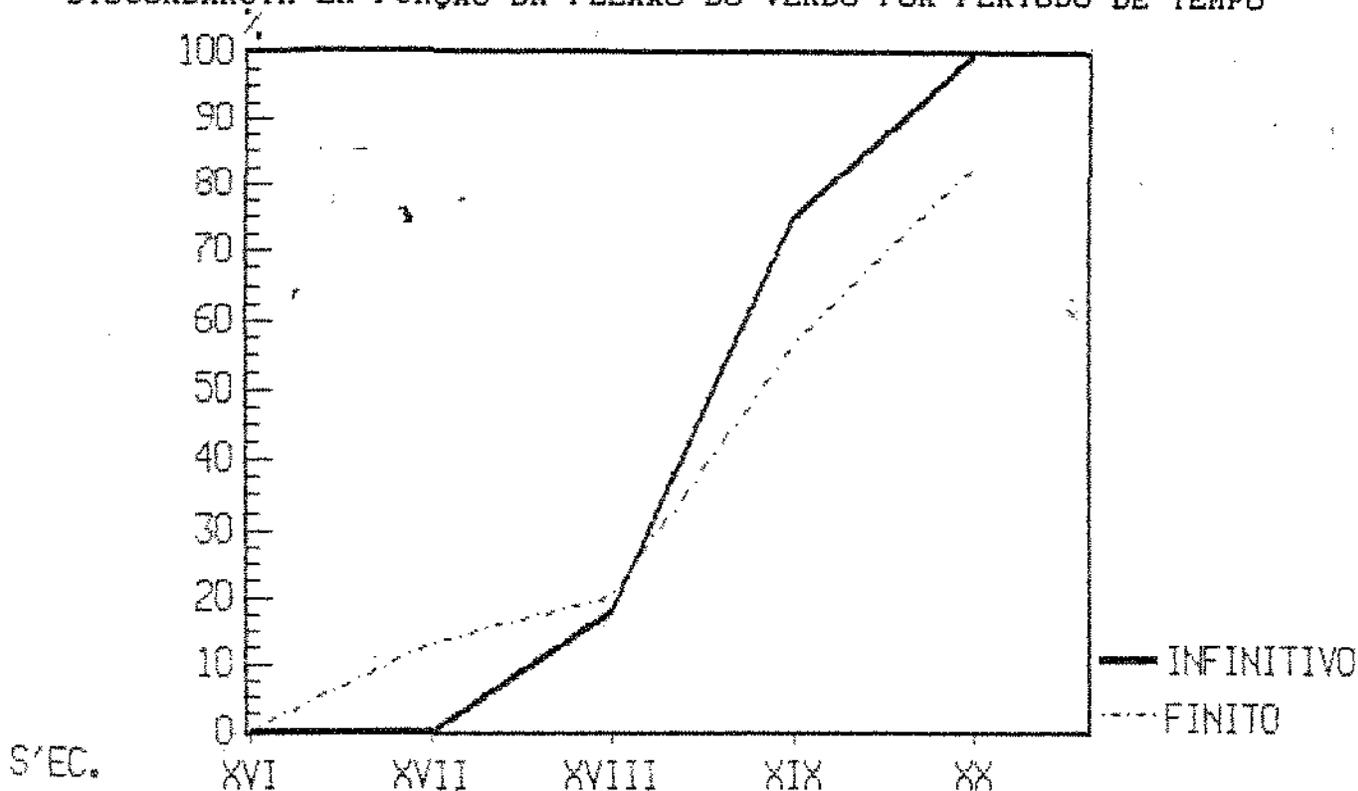
(35) é impossível [prope sep0 achar bons lugares aqui]

Esses fatos levam a crer que o fenômeno da inserção de se (indeterminador) não deve ter surgido antes do século XIX, momento em que a construção com se indeterminador se torna majoritária no português do Brasil. A Tabela II.13, retratada no Quadro II.5, parece confirmar essa hipótese:

TABELA II.13  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
DISCORDANCIA EM FUNÇÃO DA FLEXÃO DO VERBO POR PERÍODO DE TEMPO

PERÍODO DE TEMPO	FLEXÃO						TOTAL		
	FINITO			INFINITIVO					
	APL	TOT	%	APL	TOT	%	APL	TOT	%
SEC. XVI	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SEC. XVII	2	15	13	0	1	0	2	16	13
SEC. XVIII	23	115	20	7	39	10	30	154	19
SEC. XIX	10	18	56	6	8	75	16	26	62
SEC. XX	19	23	83	2	2	100	21	25	84
TOTAL	54	179	30	15	50	30	69	229	30

QUADRO II.5  
PASSIVAS PRONOMINAIS:  
DISCORDÂNCIA EM FUNÇÃO DA FLEXÃO DO VERBO POR PERÍODO DE TEMPO



Se é difícil caracterizar formalmente a inserção de se apenas com base no corpus analisado, por outro lado é plenamente factível observar a associação de construções infinitivas transitivas a se indeterminador ou apassivador, isolando os casos de argumento interno no plural. O Quadro II.5 revela que até o século XVIII estruturas infinitivas, como as finitas, privilegiavam as construções com se apassivador (com concordância). Entretanto, quando no século XIX, as passivas pronominais com discordância se tornam majoritárias, as construções infinitivas dão um salto considerável, ultrapassando as finitas na preferência pela construção com se indeterminador. Isso pode constituir um indício de que é nesse momento que começa a se dar o fenômeno da inserção de se junto a infinitivos, pois a inserção deve ter fornecido

combustível adicional para a mudança que substituíra construções infinitivas com concordância por construções sem concordância. Dito de outro modo, no século XIX o português brasileiro, ao invés de PRO, começa a preferir a categoria pro para ocupar a posição de sujeito de infinitivas.

A ser assim, o século XIX apresenta-se como o período de maior ebulição no que diz respeito às passivas pronominais: a construção com discordância se estabelece como a forma preferida no sistema; começa a haver elisão do clítico se (indeterminador) junto a sentenças finitas (cf. Quadro II.4); e inserção, junto a infinitas.

Mais uma forma inovadora no âmbito das passivas pronominais, a inserção de se junto a infinitivos tem recebido repetidas reprimendas da gramática tradicional. Veja-se, por exemplo, o que diz Almeida (1967, p. 203-204.; apud IKEDA (op. cit., p. 36)) sobre a sentença (36):

(36) Convém notar-se que ele errou.

"Que função está exercendo o SE da construção do redator ou do escritor descuidado? Nenhuma. Digamos, pois, simplesmente e com acerto: *Convém notar que ele errou* - sem esse intruso SE."

(...)

"Confirmando ignorar as funções do SE, comete o mesmo redator, com a maior naturalidade este solecismo: *Houve dificuldade em se obter entradas*. Ainda que se admitisse função apassivadora para o SE dessa oração, o certo seria: *em se obterem*, porque no plural está o substantivo *entradas*; nada disso porém se dá: *obter entradas* é complemento nominal de *dificuldade*."

Vinte anos mais tarde é a vez de Josué Machado, na seção *Língua* da revista *Imprensa* (1989, nº 25)<sup>12</sup>, continuar a bater na mesma tecla:

" 'Como se evitar a decomposição do país.' Ganha um prêmio quem descobrir a função do 'se' desse título publicado no *Caderno de Sábado do Jornal da Tarde* de algumas semanas atrás. O prêmio será uma página inteira da obra *Marimbondos de Fogo*, do dr. José Sarney, em francês. Por que esse prêmio? Porque esse 'se' pode ser batizado com o nome de Sarney. Crueldade, talvez, mas é um se muito em evidência, sem função nem utilidade. Para não dizer ridículo e errado. Mas isso não fica bem dizer. O 'se' Sarney é aquele que vem grudado à maioria dos verbos no infinitivo, sem que se saiba para que serve. Do 'se' Sarney temos exemplos diários em nossos melhores jornais e revistas. As vezes até em bons textos, embora contaminados por esse estranho fenômeno. Parece que os autores querem personalizar uma ação que não precisa ser personalizada e lá vem ele. É uma craca renitente, como se pode ver por estes outros exemplos, publicados numa só matéria (quase me escapa que foi nesta revista há dois meses): '...é muito importante se ter consciência disso'. 'Era preciso estender esse processo para se transmitir...', '...a necessidade de se chamar a atenção', '...coisas interessantes para se ler'. (...) Nesses exemplos, o 'se' não tem função; está aí como o Sarney, por teimosia. Não é objeto, não é apassivador, não é Saulo Ramos, não é conjunção, não é nada do que o 'se' poderia ser."

Entretanto, apesar de toda a censura normativa, a construção infinitivo+se é, entre as passivas pronominais, a construção que mais goza de prestígio na modalidade escrita, como se verá na próxima seção.

## II.6. A AVALIAÇÃO DAS FORMAS INOVADORAS

Como visto acima, em relação às passivas pronominais, o português brasileiro se distancia do dialeto europeu em três aspectos, resultantes de processos de mudança linguística:

- a) a preferência pela discordância entre o verbo e argumento interno;
- b) a elisão do clítico se em sentenças finitas; e
- c) a inserção de se em sentenças infinitas.

Nesta seção pretendo examinar a avaliação sincrônica (cf. WEINREICH, LABOV e HERZOG (op. cit., p. 186)) dessas características.

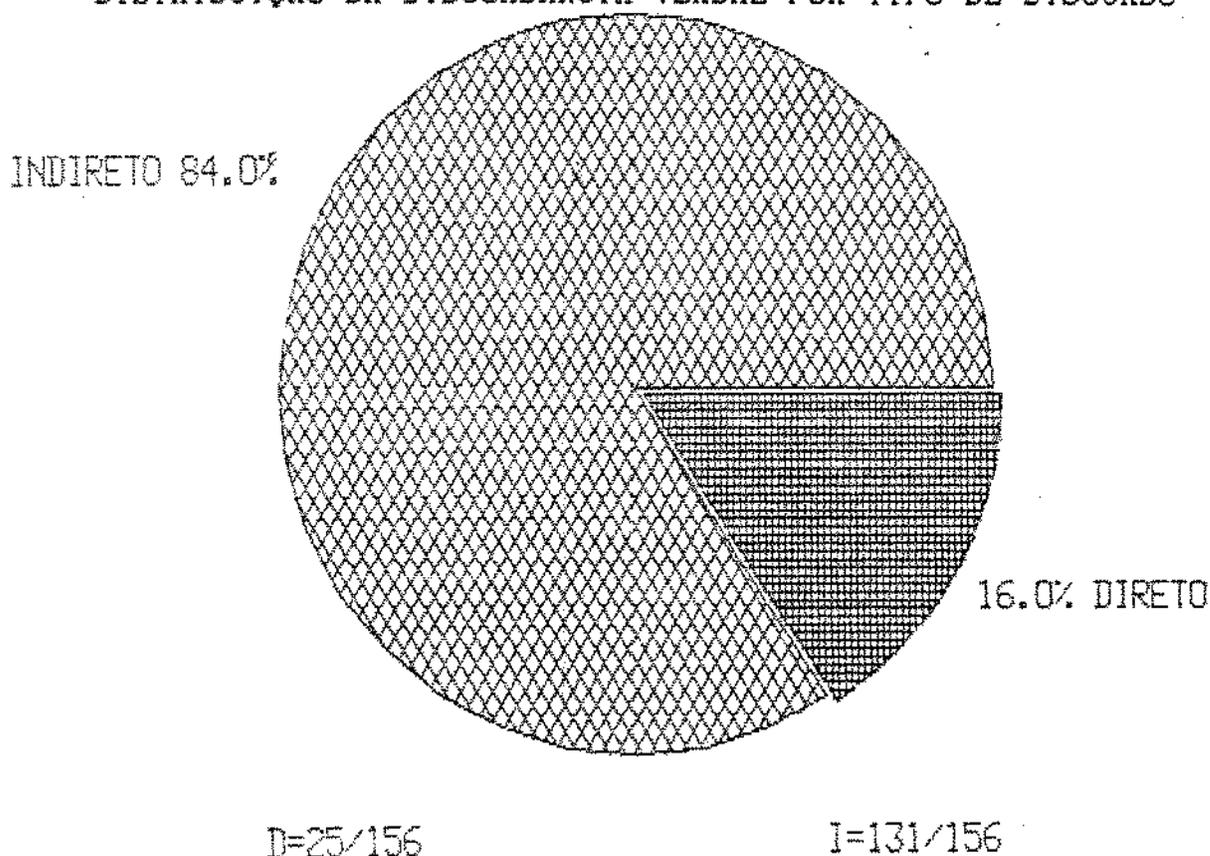
Para investigar o prestígio das passivas pronominais inovadoras, servi-me como corpus do conjunto de reportagens da revista Veja do período de maio de 1988 a maio de 1989. A metodologia empregada para essa análise foi diferente da utilizada para os demais corpora. Enquanto nestes examinaram-se fenômenos à luz de duas formas variantes, na abordagem de Veja procedeu-se apenas a uma análise distribucional das formas inovadoras.

A hipótese que norteava a investigação era a de que, exemplo de modalidade escrita padrão, a linguagem jornalística de Veja deveria permitir poucas ocorrências das inovações aqui apontadas; as inovações mais admitidas deveriam, portanto, desfrutar de maior prestígio na comunidade. Começamos pela discordância entre verbo e argumento interno.

Ao contrário do que se poderia esperar, não há na linguagem jornalística muita repulsa em relação à discordância verbal em passivas

pronominais. Encontrou-se o expressivo número de 156 ocorrências de discordância, distribuídas da maneira como mostra a Figura 11.2:

FIGURA 11.2  
PASSIVAS PRONOMINAIS EM VEJA:  
DISTRIBUIÇÃO DA DISCORDANCIA VERBAL POR TIPO DE DISCURSO

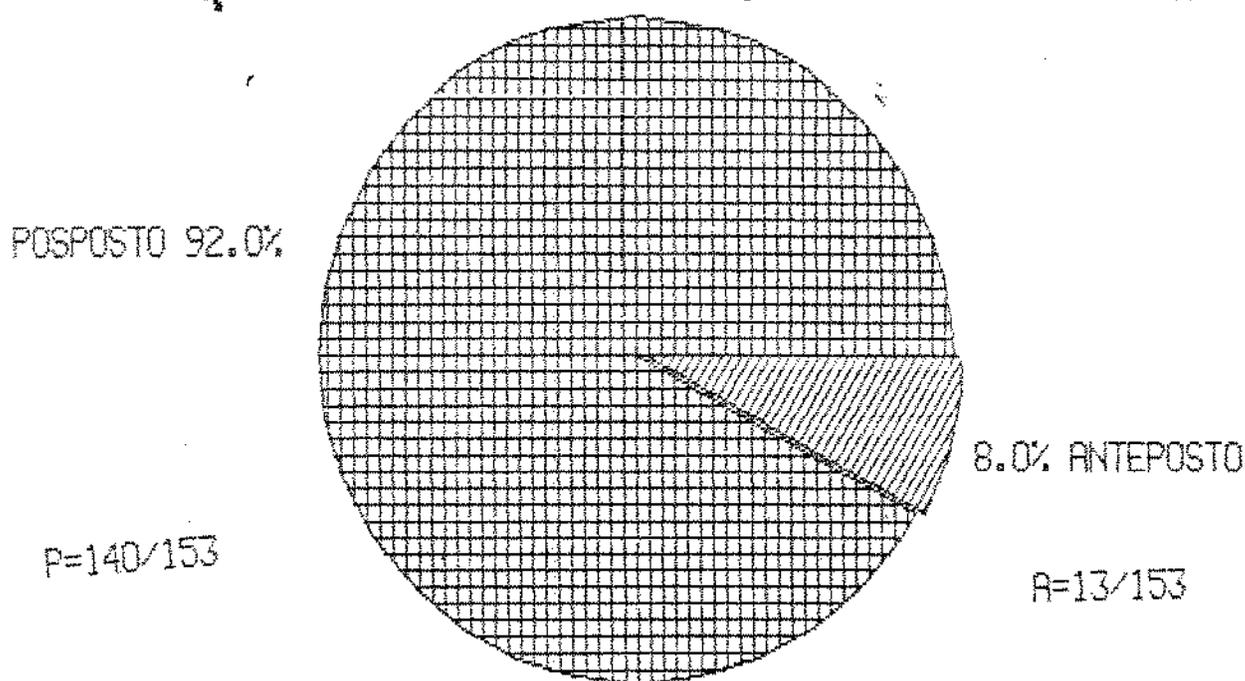


O tipo de discurso a que a Figura 11.2 se refere opõe o fluxo do texto propriamente dito ("discurso indireto") a citações de fala ou às transcrições da seção de entrevista ("discurso indireto").

O que há de revelador na Figura 11.2 é que a revista Veja, no que tange à discordância em passivas pronominais, não diferencia o discurso alheio de seu próprio discurso. Ou seja, Veja não "põe tais modos de dizer na boca de personagens que costumam exprimir-se incorretamente", mas assume as formas inovadoras sem concordância como adequadas ao discurso jornalístico.

A relação entre discordância e "posposição" do argumento interno, abordada na seção 11.1.1, materializa-se de forma cristalina nos textos de Veja, como demonstra a Figura 11.3:

FIGURA 11.3  
PASSIVAS PRONOMINAIS EM VEJA:  
DISTRIBUIÇÃO DA DISCORDANCIA POR POSIÇÃO DO ARGUMENTO INTERNO

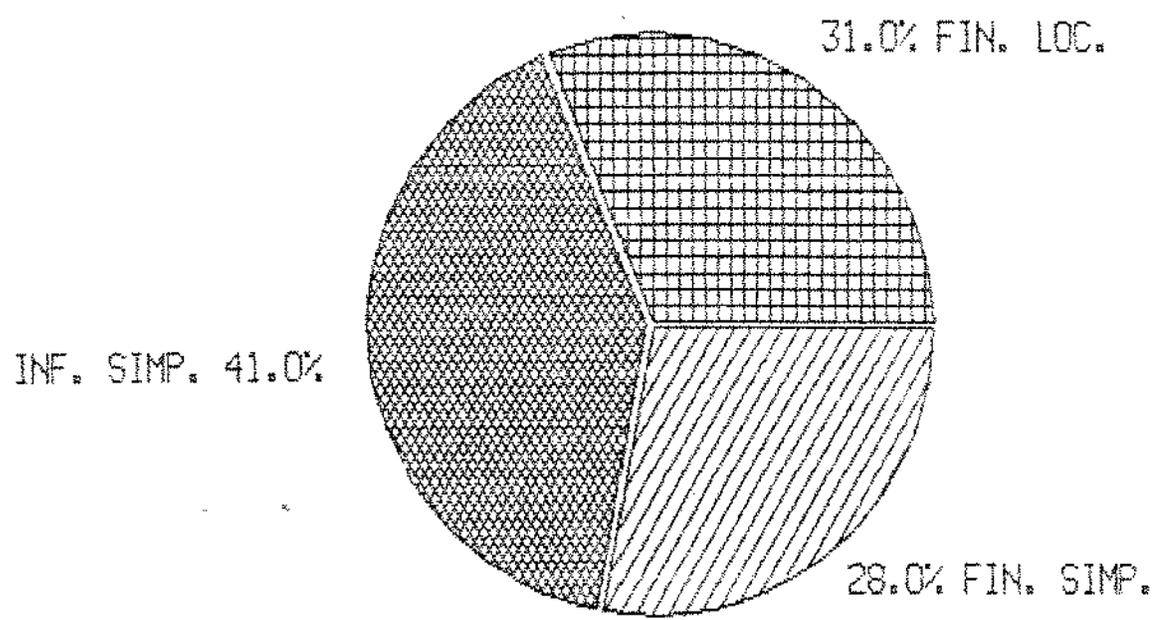


A Tabela 11.4, na seção 11.2.1.1, mostra que no século XX a média de "posposição" do argumento interno em passivas pronominais atinge o índice de 84%. Em Veja o índice de "posposição" em construções com discordância chega a 92% (140 casos em 153 construções). Examinando as 13 ocorrências de argumento anteposto, verificou-se que todos os dados envolvem movimento para COMP (11 casos de argumento relativizado e 2 casos da sequência palavra QU + ...N...). Em outras palavras, excetuando as construções que envolvem movimento para COMP, Veja apresenta 100% de

"posposição" do argumento interno em passivas pronominais com discordância verbal.

Quanto à flexão e ao tipo de construção em que o verbo aparece, as seqüências finitas, contrariando o Quadro II.2, parecem apontar para uma equivalência das construções simples e em locução no favorecimento à discordância, como ilustra a Figura II.4: 13

FIGURA II.4  
PASSIVAS PRONOMINAIS EM VEJA:  
DISTRIBUIÇÃO DA DISCORDANCIA POR FLEXAO E TIPO DE CONSTRUÇÃO DO VERBO



FI=44/156 FL=48/156 IS=64/156

O que a Figura II.4 parece trazer à baila é a avaliação que se faz das passivas pronominais infinitas. Tomadas isoladamente, verifica-se que há mais ocorrências de construções infinitivas simples do que finitas em locução verbal (que, como se viu na Tabela II.6, constitui um forte condicionamento para a discordância). Se nos lembrarmos

de que só foram computados os "solecismos", deixando de lado infinidade de construções com o argumento interno no singular como "...é muito importante se ter consciência disso",<sup>14</sup> fica patente que as construções com o "se Sarney", as construções infinitivas com se indeterminador, são as que têm maior prestígio dentro do que se pode estabelecer como modalidade escrita padrão.<sup>15</sup>

Também desfrutam de prestígio construções cujo argumento interno é realizado como clítico, como em (37):

(37) "Também se pode censurá-lo." (Veja, 9/11/88)

Figuram no corpus 9 construções como (37); dentre as quais, 4 com o argumento interno no plural. Parece-me que a pouca quantidade de ocorrências desse tipo de construção não reflete desprestígio, mas provavelmente a queda do uso de clíticos acusativos (cf. DUARTE (1986)).

A única forma inovadora que demonstrou total desprestígio foi a construção com elipse de se: há apenas três ocorrências de "passivas pronominais sem pronome", extremamente condicionadas. Em primeiro lugar, trata-se de citação de fala; e em segundo, são construções em locução verbal, forte condicionador na supressão de se, como visto na Tabela 11.9. Esse resultado é totalmente compatível com os resultados acerca da influência da escolaridade no uso das formas inovadoras, mencionadas anteriormente (cf. Tabela 11.10). Enquanto as construções com discordância entre o verbo e o argumento interno não revelaram nenhuma sensibilidade quanto ao nível de escolaridade dos informantes, apresentado um percentual knockout de 100% de discordância para todos os níveis, há uma grande fronteira que separa informantes de 3º grau

(47%) de informantes de 1º e 2º graus (93 e 94%, respectivamente) quanto ao uso das passivas pronominais sem pronome.

Portanto, as grandes fronteiras de prestígio na avaliação das passivas pronominais inovadoras espelhadas por Veja separam num pólo as construções com "se Sarney" e, em outro, as passivas pronominais sem pronome.

### III.7. A ANÁLISE DE CINQUE (1988)

Deixei para este momento a discussão da análise de Cinque (1988) para as passivas pronominais por dois motivos: queria discuti-la à luz da abordagem proposta no Capítulo I e, principalmente, à luz da investigação diacrônica a que se procedeu neste capítulo.

Cinque (p. 522) observa que em italiano si ocorre junto a qualquer classe de verbos<sup>16</sup> em contextos finitos:

- (38) a. (Prima o poi) si scopre sempre il colpevole. (trans.)  
 b. si lavora sempre troppo. (intrans.)  
 c. Spesso si arriva in ritardo. (erg.)  
 d. Non si è mai contenti. (cop.)  
 e. Si è spesso trattati male. (pass.)

situação inversa do que acontece em contextos infinitos:

- (39) a. \*Sarebbe meglio scopriresi il colpevole. (trans.)

- b. \*Sarebbe meglio lavorar<sub>s</sub>/ un po' di più. (intrans.)
- c. \*Sarebbe meglio arrivar<sub>s</sub>/ puntuali. (erg.)
- d. \*Sarebbe meglio esser<sub>s</sub>/ ricchi. (cop.)
- e. \*Sarebbe meglio esser<sub>s</sub>/ aiutati da qualcuno. (pass.)

O padrão de gramaticalidade verificado em (38) e (39) leva a crer que (p. 523):

"As a' clitic, a lexical nominal element, *s*/ must be part of a CHAIN assigned Case, if it is to satisfy the Case Filter. Being in a CHAIN with the preverbal subject position, it is predicted to occur only in environments in which Case is assigned to that position - hence, not in infinitival control clauses, in which the preverbal subject position fails to be assigned one."

De acordo com a explicação acima, si deveria ocorrer em contextos infinitos cuja posição de sujeito fizesse parte de uma CADEIA com caso como, por exemplo, em construções com verbos de alçamento. Como ilustra (40), entretanto, essa previsão só condiz com verbos transitivos e intansitivos:<sup>17</sup>

- (40) a. Sembra non esser<sub>s</sub>/ ancora scoperto il vero colpevole. (trans.)
- b. Sembra non esser<sub>s</sub>/ lavorato a sufficienza. (intrans.)
- c. \*Sembra esser<sub>s</sub>/ arrivati troppo tardi. (erg.)
- d. \*Sembra non esser<sub>s</sub>/ benvenuti qui. (cop.)
- e. \*Sembra non esser<sub>s</sub>/ stati invitati da nessuno. (pass.)

Para dar conta da inesperada assimetria revelada por (40), Cinque (p. 530) estabelece a seguinte caracterização para o que chama de "si impessoal":

- (41) Impersonal si
- a. syntactically
    - i.  $\pm$ argument
    - ii. clitic pronoun coindexed with [NP, IP] (and by transitivity, with AGR, when present)
  - b. morphologically
    - i. person: unspecified (hence, generic or arb)
    - ii/ number: plural
    - iii. gender: masculine
  - c. semantically  
[+human]

A especificação (41ai) indica que (p. 527):

"If si is an argument, by the Theta-Criterion under the Projection Principle, it must be associated with a theta-role at every level of representation, including D-structure. As an [NP, IP] clitic, it must in particular be associated with the theta-role assigned by the verb (via the VP) to the [NP, IP] position, namely, the external theta-role."

Assim, todas as ocorrências de verbos transitivos e intransitivos de (38), (39) e (40) contém o que Cinque chama de si [+arg] (mais argumental), pois si absorve o papel temático de argumento externo atribuído pelo verbo. Nas sentenças (a) e (b) de (38) e (40), si recebe caso nominativo integrando as CADEIAS ((*expl*), si) e ((*expl*), *t*, si), respectivamente, configurando sentenças bem formadas: já em (39), como não há fonte de nominativo para si, as sentenças (a) e (b) são asteriscadas.

Enquanto [-arg], si (p. 530)

"serves as a syntactic means to supplement personal AGR with the features able to identify (...) the content of pro as an unspecified (generic) person pronominal, an interpretation that would not otherwise be available to the ordinary person inflection paradigm."

(...)

"This predicts that nonargument si will only be found in contexts where personal Agr and personal inflection markers are found, namely, in finite clauses, in Italian."

Dessa forma, todas as sentenças de (38) são gramaticais, porque si [-arg] pode se associar a AGR não pleonástico; por outro lado, si [-arg] é excluído em (39) e (40), pois a sentença encaixada não contém AGR pessoal.

(38a) e (38b) podem constituir, portanto, realizações de si [+arg] (que receberia nominativo em CADEIA com o expletivo na posição de sujeito) ou de si [-arg] (que se associaria a AGR pessoal, provendo uma interpretação de "pronomo genérico").

Conforme a análise de Cinque, se uma língua admite AGR pessoal em contextos infinitos, é esperável que construções análogas a (40) se comportem como (38), isto é, permitam si [-arg]. Cinque (p. 532) aponta o português como língua que confirma essa hipótese:

- (42) a. Parece não se ter ainda descoberto o verdadeiro culpado.  
 b. Parece não se ter trabalhado bastante.  
 c. Parece ter-se chegado demasiado tarde.  
 d. Parece não se ser benvindo aqui.  
 e. Parece não se ter sido convidado por ninguém.

Indo adiante, considera que (p. 553):

"The existence of an infinitive with personal AGR in Portuguese is also responsible for the aparent well-formedness of paradigm (39) [minha numeração, JMN] in this language" [grifo acrescentado]:<sup>18</sup>

- (43) a. Seria melhor descobrir-se o culpado.      1  
       b. Seria melhor trabalhar-se um pouco mais.  
       c. Seria melhor chegar-se pontualmente.  
       d. Seria melhor ser-se ricos.  
       e. Seria melhor ser-se ajudados por alguém.

A semelhança do padrão descrito em (38), as sentenças (a) e (b) de (42) e (43) podem constituir instâncias de se [+arg] ou [-arg].

A primeira vista, uma entrada lexical como a proposta no Capítulo I para o clítico das passivas pronominais, repetida abaixo em (44), identifica-se com as especificações estabelecidas por Cinque em (41):

(44) se<clítico> -> [-V, +N]  
                           [+an, -pro]  
                           ([+px])

Entretanto, à parte o fato de que (41a11) pode se identificar com os traços [+an, -pro] e a admissão do traço [+hum] nas duas análises, (41) e (44) cobrem domínios particularmente diferentes, como será explicitado abaixo.

### 11.7.1. Si [+arg] X se apassivador

Enquanto si [+arg] pode ser gerado tanto junto a estruturas transitivas, quanto intransitivas, o que aqui chamei de se apassivador (o clítico que absorve o papel temático reservado ao argumento externo) só ocorre junto a estruturas transitivas (com concordância entre o verbo e o argumento interno).

Assim, enquanto na análise de Cinque, (38a) e (38b) podem ser instâncias de si [+arg] ou [-arg], em minha proposta somente (38a) revela semelhante ambigüidade estrutural. Como visto no Capítulo I (cf. seção 1.5.4.3), construções transitivas com o argumento interno no singular podem ser a superficialização de estruturas com se apassivador ou com se indeterminador.

Na verdade, acredito que essas diferenças entre as duas análises são derivadas de uma diferença mais básica, a saber, a atribuição de caso.

### 11.7.2. Nominativo X acusativo

Com base nas evidências apontadas por Burzio em (45) e (46) (apud CINQUE (op. cit., p. 523 e 558)):

(45) \*Loro vorrebbero [PRO invitarsi]

(46) \*Loro vorrebbero [PRO risultare [t essersi invitati]]

Cinque (p. 536) assume que si [+arg] tem de fazer parte de uma CADEIA a que seja atribuído caso nominativo, pois atribuir a agramaticalidade de (45) ao fato de que si rege PRO impropriamente não é suficiente, já que a estrutura continua agramatical mesmo se PRO é alçado para uma posição não regida, como em (46)

Assumindo, assim, que si faz parte de uma CADEIA com caso nominativo, Cinque (p. 559), seguindo Chomsky (1986, p. 217), lança mão da artificiosa noção de "superposição de CADEIAS" para explicar a concordância entre o verbo e o argumento interno em estruturas transitivas, como em (47) e (48):

(47) Gli spaghetti si sono già comprati.

(48) Gli spaghetti sembrano essersi già comprati.

De acordo com sua análise, em (47) e (48),

"*si* and the NP *gli spaghetti* are both in a distinct CHAIN, to which nominative is assigned (the CHAIN: matrix subject, (embedded subject), *si*; and the chain: matrix subject, (embedded subject), object, respectively), so that we have no overlapping chains, but overlapping CHAINS."

Quero crer que solução mais simples consiste em derivar de algum modo a impossibilidade de se apassivador ser ligado por PRO quando PRO não é regido, como em (46), e manter a absorção de caso acusativo por parte de si em estruturas com concordância, como em (47) e (48). Tomarei aqui esta posição, atribuindo, sem maior motivação, a agramaticalidade de uma sentença como (46) a restrições envolvendo elementos arbitrários. Abaixo procurarei apresentar evidências convincentes para a

absorção de acusativo.

No Capítulo I (cf. seção 1.3.2.1), foi rejeitada a atribuição de nominativo a se com base, intuitivamente na homonímia entre se apassivador e se reflexivo. Deveria despertar estranheza o fato de que um clítico fonologicamente homônimo do reflexivo (que recebe acusativo) pudesse receber nominativo. Quando o reflexivo recebe caso diferente do acusativo, como na situação em que é a preposição que atribui caso (oblíquo), inexistente homonímia (p.e., ficar fora de si). Mesmo num tratamento que considere acidental essa homonímia, creio, contudo, que passivas pronominais envolvendo particípio podem aduzir evidências para a atribuição de caso acusativo a se (apassivador).

Retomemos as construções (90), (91), (119) e (120) do Capítulo I, respectivamente repetidas por (49), (50), (51) e (52):

(49) Tinham-se examinado os papéis.

(50) (Expl) tinham-se<sub>pe</sub> [examina+do]<sub>p0</sub> [os papéis]<sub>pi</sub>

(51) \*Tinham-se sido visto os meninos.

(52) \*(Expl) tinham-se<sub>pe</sub> [si+do]<sub>p0</sub> [vis+to]<sub>p0</sub> [os meninos]<sub>pi</sub>

Como visto no Capítulo I, em (50), que representa (49), o SN os papéis recebe caso nominativo em CADEIA com o expletivo (prova-o a concordância verbal) e o afixo de particípio recebe caso acusativo do verbo examinar, satisfazendo seus traços [-V, +N]. Se o clítico se não absorvesse acusativo, o verbo ter o atribuiria ao argumento de examinar configurando a situação agramatical de uma cadeia receber dois casos conflitantes (além de a cadeia constituída por se<sub>pe</sub> ficar sem caso). Portanto, se precisa absorver caso acusativo para constituir uma

cadeia bem formada e evitar que o SN os papéis receba dois casos diferentes em estruturas-S.

De modo semelhante a (50), em (52), representação de (51), o SN os meninos recebe nominativo em CADEIA com o expletivo e o último afixo de participípio recebe acusativo do verbo ver. (52), no entanto, é agramatical, pois há dois elementos necessitando de caso, o clítico se (por ter absorvido pe) e o afixo \_do (em função de sua especificação [-V, +N]), e uma só fonte de atribuição, o auxiliar ter. Eliminando-se um dos elementos que estão competindo por acusativo, obtêm-se estruturas gramaticais, como ilustram (53) e (54):

(53) Tinham-se visto os meninos.

(54) Tinham sido vistos os meninos.

Retirando-se o auxiliar ser de (52), o verbo ter atribui acusativo ao clítico se, gerando a estrutura gramatical (53), análoga a (49). Em se retirando de (52) o clítico se, ter atribui acusativo ao afixo de ser, satisfazendo seus traços [-V, +N], gerando uma passiva perifrástica como (54). Obedecendo ao Princípio de Projeção, o afixo de ver em (54) absorve o papel temático de argumento externo (daí sua concordância de gênero e número com o argumento interno (cf. Capítulo 1, seção II.5.4.1)).

Portanto, segundo minha abordagem, o clítico se não absorve o papel temático de argumento externo junto a verbos intransitivos por requerer acusativo, indisponível nessas construções.<sup>19</sup>

### II.7.3. Si [-arg] X se indeterminador

(nominativo X ausência de absorção)

Outra diferença que concerne a caso se encontra no fato de que Cinque (p. 536) assume que si [-arg] também faz parte de uma CADEIA com caso nominativo, ao passo que defendi no Capítulo I (seção 1.5.1) a idéia de que se indeterminador não recebe caso. Segundo minha abordagem, a absorção de caso por parte de clíticos nominais é inteiramente regida pelo Princípio de Atribuição de Papel Temático, pois elementos nominais quando clíticos escapam ao Filtro dos Casos. Como se indeterminador não absorve papel temático, também não absorve caso.

Assim, o clítico se quando não absorve papel temático constitui uma espécie de operador gramatical, que pode atuar tanto no léxico, como na sintaxe, como exemplificam (55) e (4), respectivamente:

(55) João<sub>pe</sub> se<sub>p0</sub> foi

(4) pro<sub>pe</sub> aluga-se<sub>p0</sub> casas<sub>pi</sub>

Como operador lexical, se pode, por exemplo, prover numa estrutura como (55) uma "significação mais enérgica do que em *ele foi* (cf. ALI (op. cit., p. 90)), constituindo o que se pode chamar de se enfático; como operador sintático, se, ao ser ligado por uma categoria vazia [-an, +pro], como em (4), estabelece uma relação anafórico-pronominal de conteúdo referencial arbitrário, constituindo o que tenho tratado como se indeterminador.

De um certo modo, pode-se dizer que a relação  $pro_{px} \dots se_{p0}$  equivale a um PRO descontínuo e, como tal, desencadeia traços de concor-

dância condizentes com PRO, nomeadamente, [3ª. p.(essoa)], [sing.(ular)] e [masc.(ulino)] (para o português), como demonstram (56) e (57):

(56) É desagradável [PRO<sub>pi</sub> ser [repreendi+do]<sub>pe</sub> t<sub>pi</sub>  
diante de todos]

(57) Aqui, pro<sub>pi</sub> é-se<sub>po</sub> [repreendi+do]<sub>pe</sub> t<sub>pi</sub> a todo instante

A caracterização de PRO como terceira pessoa do singular encontra justificativa na homonímia existente entre infinitivo não flexionado, como em (56), e infinitivo flexionado na terceira pessoa do singular, como em (58):

(58) Foi desagradável [João<sub>pi</sub> ser [repreendi+do]<sub>pe</sub> t<sub>pi</sub>  
diante de todos]

Dessa forma, quando "descontínuo", a parte pronominal de PRO também desencadeia a concordância de terceira pessoa do singular, como visto em (57).

Parece-me, pois, que os traços de concordância propostos por Cinque em (41b) para o clítico si ([pessoa genérica], [pl.] e [masc.]), na verdade, descrevem os traços compatíveis com PRO em italiano, e não os traços do clítico em si mesmo. De acordo com a análise aqui empreendida, se - quer apassivador, quer indeterminador - não difere do clítico se com outras funções em seu valor quanto aos traços de pessoa, gênero e número.<sup>20</sup>

### 11.7.3.1. Bloqueando outputs indesejáveis

Antecipando em parte as considerações que farei na seção 11.7.6, gostaria de analisar mais detidamente nesta seção a relação  $prop_x \dots se_{p0}$ .

Uma questão que provavelmente deve ter chamado a atenção do leitor já no Capítulo 1, quando assumi que se indeterminador não absorve caso nem papel temático, é a seguinte: como bloquear a presença de um morfema sem caso nem papel temático em estruturas como as arroladas abaixo?

(59) \*João<sub>pe</sub> aluga-se<sub>p0</sub> casas<sub>pi</sub>

(60) \*Ele<sub>pe</sub> aluga-se<sub>p0</sub> casas<sub>pi</sub>

(61) \*(Eu)<sub>pe</sub> alugo-se<sub>p0</sub> casas<sub>pi</sub>

(62) \*(Tu)<sub>pe</sub> alugam-se<sub>p0</sub> casas<sub>pi</sub>

(63) \*(Expl) tinham-se<sub>p0</sub> [si+dol]<sub>p0</sub> [vis+tos]<sub>pe</sub>  
[os meninos]<sub>pi</sub>

Devo reconhecer que a análise oferecida no Capítulo 1 não provê resposta para essa questão (e creio que Cinque enfrenta problemas semelhantes com seu si [-arg]). Acredito, porém, que uma possível solução para esse problema pode vir à tona se reconsiderarmos o fenômeno da reanálise sintática aqui abordado, em que a relação (expl)  $\dots se_{pe}$  foi reinterpretada como  $pro_{pe} \dots se_{p0}$ , e depois redimensionada como  $pro_{px} \dots se_{p0}$ .

é provável que no curso desse processo o português (e possivelmente as demais línguas românicas) tenha restringido o uso do operador sintático a estruturas contendo em sua posição de sujeito um pronome referencial nulo com os traços [3ª p.], [sing.] e [masc.]. Em termos descritivos, o sistema como que gramaticaliza uma categoria descontínua, com referência análoga à da categoria PRO.

Assim, as sentenças acima são asteriscadas não por infringir princípios universais, mas, sim, por estar em desarmonia com determinadas propriedades que o sistema num determinado momento fixou como canônicas. Em (63), por exemplo, não há problemas no que diz respeito à atribuição de caso ou papel temático: o último afixo do participio absorve pe (o que é demonstrado por sua concordância com o argumento interno (cf. Capítulo 1, seção 1.5.4.1.)) e recebe caso acusativo de ver; ter atribui caso ao afixo de ser; e o SN os meninos, que detém o papel temático de argumento interno, recebe nominativo em CADEIA com o expletivo. A sentença, entretanto, é agramatical porque se indeterminador está ligado por um expletivo, e não por PRO<sub>px</sub>.

Já uma representação como (64) é asteriscada por ambos os motivos:

(64) \*É impossível [PRO<sub>pe</sub> se<sub>p0</sub> trabalhar mais]

(64) viola tanto a imposição de que se<sub>p0</sub> deve ser ligado por PRO<sub>px</sub>, quanto o princípio de que PRO não pode ser regido.

Diante da agramaticalidade de (59)-(64), pode-se afirmar, de uma perspectiva funcionalista, que não há como o clítico se indeterminar o que já está referencialmente determinado, ou indeterminar elementos de

per si arbitrários. Esse parece ser o pensamento que subjaz às reprimendas ao uso de "se Sarney": como a gramática tradicional parece não ter chancelado o uso de pro como sujeito de construções infinitivas como as analisadas na seção II.5, coerentemente também não admite a presença de se indeterminador junto a essas construções. Na verdade, a gramática normativa concebe construções com "se Sarney" como semelhantes a (64).

O fato de a relação  $prop_x \dots sep_0$  ser fruto de restrições idiossincráticas quanto ao uso do operador sintático se deixa entrever que as línguas românicas podem ter fixado versões diferentes dessa relação. Assim, pode-se imaginar, por exemplo, que determinada língua tenha fixado unicamente a relação  $pro_{pe} \dots sep_0$ , ao passo que outra, embora também admita a relação  $pro_{p_i} \dots sep_0$ , não a estenda uniformemente a todas as construções contendo pro<sub>p<sub>i</sub></sub> na posição de sujeito. Voltarei a essa questão na seção II.7.6.

#### II.7.4. Evidências para a identificação de se médio

Cinque (p. 558) apresenta um significativo número de evidências que motivam uma distinção em italiano entre si [+arg] (que neste caso corresponde ao que tratei como se passivador) e o que chama de si médio ("middle si"), baseado nas diferentes interpretações que (65) e (66) podem ter:

(65) Questo vestito si lavò facilmente, sembra.

(66) Questo vestito si lava facilmente.

Em contextos com referência temporal específica, como em (65), estruturas transitivas (com concordância entre o verbo e o argumento interno) são interpretadas como ações praticadas por agentes indeterminados. De acordo com a análise desenvolvida no Capítulo I (cf. seção 1.5.4.1), isso é devido ao fato de o clítico si (que absorveu o papel temático de argumento externo) ser ligado por um elemento com papel temático de argumento interno. Por outro lado (p. 559):

"In contexts of generic time reference, (...) the construction admits (with certain verbs only) a reading where the agent is put into the background, as it were, and the sentence predicates an inherent property of the subject. In (66) [minha numeração, JMN], for example, (...) the verb predicates a property of the subject (that is *washable* (...)), which is true regardless of whether someone has ever washed (...) it in the past or will ever wash (...) it in the future."

Em contextos finitos sentenças como (66) são portanto, potencialmente ambíguas: podem ser instâncias de si passivador ou de si médio. Essa ambigüidade inexistente, porém, em contextos infinitos, como ilustra (67) (exemplo (91a) de Cinque):

- (67) a. Questi appartamenti si vendono volutamente occupati.  
 b. Questi appartamenti hanno il vantaggio di vendersi  
 (\*volutamente) occupati.

Assumindo-se que, ao contrário de si passivador (cf. Capítulo I, seção 1.3.3), si médio não admite advérbios associados a volição (como se verifica em construções mediais de outras línguas (cf. KEYSER e

ROEPER (1984)), (67a) só pode ser uma instância de si apassivador. Reverso da moeda, a exclusão de volutamente em (67b) leva a crer que se trata de uma construção com si médio, e não apassivador. A exclusão de si apassivador em tais contextos se dá em função de sua incompatibilidade com PRO. Assim, contextos italianos em que aparentemente si apassivador e PRO coocorrem numa mesma cláusula devem ser encarados como, de fato, instâncias de si médio.<sup>21</sup>

Partindo do fato de que ocorre apenas com determinada classe de verbos, podemos conjecturar que si médio é um operador lexical (cf. seção II.7.3) e, como tal, deve estar adjunto ao verbo em estrutura-D, impedindo a atribuição de acusativo ao argumento interno. Isso pode explicar por que sentenças como (67b) admitem si médio, mas não si apassivador. Enquanto apassivador, si é gerado sob INFL e, portanto, rege PRO indevidamente, asteriscando a construção. Sendo gerado adjunto ao núcleo de SV, si médio não rege PRO, sendo, portanto, admissível em sentenças como (67b). Os outros operadores lexicais também podem ocorrer em construções com PRO, como ilustra a coocorrência de PRO e se ergativo em (68):

(68) [PRO divertir-se nas férias] é o desejo de todos.

Na investigação diacrônica do português brasileiro não fiz distinção entre se apassivador e se médio, devido ao fato de no português haver ambigüidade potencial tanto em contextos finitos, quanto infinitos (cf. nota (21)). Os exemplos mais próximos a uma interpretação exclusivamente medial encontrados no corpus estão transcritos em (69) e (70) (este último, inclusive, sem a presença do clítico):



- d. \*Sarebbe meglio essers<sub>i</sub>/ ricchi. (cop.)
- e. \*Sarebbe meglio essers<sub>i</sub>/ aiutati da qualcuno. (pass.)

- (40)
- a. Sembra non essers<sub>i</sub>/ ancora scoperto il vero colpevole. (trans.)
  - b. Sembra non essers<sub>i</sub>/ lavorato a sufficienza. (intrans.)
  - c. \*Sembra essers<sub>i</sub>/ arrivati troppo tardi. (erg.)
  - d. \*Sembra non essers<sub>i</sub>/ benvenuti qui. (cop.)
  - e. \*Sembra non essers<sub>i</sub>/ stati invitati da nessuno. (pass.)

Assumindo que uma entrada lexical como (44) é aplicável às sentenças acima, (38a) constituirá uma sentença ambígua: como o argumento interno está no singular, pode ser uma instância de "si apassivador" ou de "si indeterminador" (cf. Capítulo I, seção 1.5.4.3). Sendo apassivador, si absorve o papel temático de argumento externo e caso acusativo, e o argumento interno recebe nominativo em CADEIA com o expletivo na posição de sujeito. Como indeterminador, si não absorve papel temático, nem caso, sendo ligado por um pronome nulo referencial presente na posição de sujeito (descrição válida também pra (38b-e)), e o argumento interno recebe acusativo.

Já em (39), as ocorrências de si indeterminador são asteriscadas por não haver configuração estrutural que admita pro na posição de sujeito da sentença encaixada. Como apassivador, si em (39a) absorve pe e caso acusativo; entretanto, a sentença também é asteriscada por não ter o argumento interno fonte de atribuição de caso.

Até aqui, embora motivadas por explicações diferentes, as duas análises fazem as mesmas previsões de gramaticalidade. A coincidência

se desfaz quando da abordagem de dados como os apresentados em (40).

Em (40a) si apassivador absorve PE e caso acusativo e o argumento interno recebe nominativo em CADEIA com o expletivo na posição de sujeito da oração matriz. Como indeterminador, si deve ser ligado por um pro referencial, que em (40) é alçado para a posição de sujeito da matriz. Si indeterminador deveria poder ocorrer, portanto, em todos os contextos de (40), e não somente junto a verbos intransitivos. Como demonstra o contraste entre estruturas com o argumento interno no plural como (71) e (72) (apud CINQUE (op. cit., p. 556)):

(71) \*Sembr<sub>a</sub>/Deve essersi vendut<sub>a</sub> poche automobili. (sing.)

(72) Sembrano/Devono essersi vendut<sub>e</sub> poche automobili. (pl.)

estruturas transitivas como (40a) admitem si apassivador, mas não si indeterminador.

Antes de arriscar uma explicação para esses resultados indesejáveis, gostaria de registrar minha divergência com relação ao juízo de gramaticalidade apresentado por Cinque para as sentenças do português, repetidas abaixo:<sup>22</sup>

(42) a. Parece não se ter ainda descoberto o verdadeiro culpado.

b. Parece não se ter trabalhado bastante.

c. Parece ter-se chegado demasiado tarde.

d. ?Parece não se ser benvindo aqui.

e. ?Parece não se ter sido convidado por ninguém.

- (43) a. Seria melhor descobrir-se o culpado.  
 b. Seria melhor trabalhar-se um pouco mais.  
 c. Seria melhor chegar-se pontualmente.  
 d. ?Seria melhor ser-se ricos.  
 e. ?Seria melhor ser-se ajudados por alguém.

As construções com verbos copulativos e passivos em (42) e (43) são sensivelmente menos aceitáveis que as demais construções.<sup>23</sup> Essa assimetria não é prevista nem pela análise de Cinque, nem pela análise aqui proposta.

De acordo com minha abordagem, (43a) poderia ser uma instância de se apassivador (o argumento interno receberia nominativo em CADEIA com o expletivo na posição de sujeito da oração encaixada) ou indeterminador (se seria ligado por pro, presente na posição de sujeito da encaixada). Todas as demais sentenças deveriam poder constituir realizações de se indeterminador, nada havendo que previsse a pouca aceitabilidade das sentenças (d) e (e) (As considerações feitas acerca de (43) são aplicáveis também a (42), admitindo-se que nestas construções não há alçamento (cf. CINQUE (op. cit., p. 532))).

#### 11.7.6. Fenômenos em expansão?!

Creio que de um ponto de vista exclusivamente formal seria difícil explicar por que ambas as análises não prevêm a pouca aceitabilidade das sentenças (d) e (e) de (42) e (43), e por que minha análise

falha ao prever que se indeterminador poderia ocorrer em todos os contextos de (40). Um mergulho no universo da variação e mudança de cada sistema, porém, pode lançar algumas luzes que expliquem por que determinadas estruturas geradas pela gramática são tidas como marginais ou inaceitáveis no atual estágio do sistema, ou o foram em estágios afastados no tempo. Uma análise que se quiser exaustiva deve levar em conta, portanto, as duas perspectivas, como propõem Kato e Tarallo (op. cit.). Sob esse prisma, vejamos que explicação podem ter os resultados inesperados da seção anterior.

Na seção 11.7.3.1 assumi que não há mecanismo formal que bloqueie a presença de um operador sintático sem caso nem papel temático - como se indeterminador - em contextos como o da representação (59), por exemplo:

(59) \*João<sub>pe</sub> aluga-se<sub>p0</sub> casas<sub>pi</sub>

A sentença (59) é asteriscada em virtude de o português ter limitado o uso desse operador a estruturas com um pro referencial (com os traços [3<sup>a</sup> p.], [masc.] e [sing.]) na posição de sujeito. De certa forma, o português gramaticalizou uma categoria descontínua  $pro_{px} \dots se_{p0}$ , com o valor referencial de PRO.

É interessante observar que a relação  $pro_{px} \dots se_{p0}$  não se estabeleceu como tal de imediato. A princípio manteve o papel temático da construção original (expl)  $\dots se_{pe}$ , admitindo que o operador sintático fosse empregado apenas junto a verbos transitivos diretos, transitivos usados intransitivamente, intransitivos e transitivos preposicionados; as construções com cópula foram bloqueadas nesse primeiro momento em

função de suas diferenças estruturais em superfície com a construção que motivou a reanálise (ou talvez devido ao fato de que o pronome que ocupa a posição de sujeito em estruturas predicativas é argumento externo do sintagma adjetival, e não do verbo de ligação). Num segundo momento, o sistema ampliou o escopo de atuação de se indeterminador, admitindo que também fosse ligado por um pronome nulo detentor do papel temático - de argumento interno, ou seja, fosse empregado junto a construções ergativas e passivas perifrásticas, incorporando ainda as construções predicativas que haviam sido bloqueadas anteriormente. Em suma, até que o português gramaticalizasse a relação  $pro_{px} \dots se_{p0}$ , passou por estágios em que tanto a relação  $pro_{pe} \dots se_{p0}$ , quanto  $pro_{pi} \dots se_{p0}$  não atingiam uniformemente todas as classes de verbos a que diziam respeito.

É possível que semelhante processo tenha se dado junto às línguas românicas que admitem sujeito nulo, admitindo cada língua em particular diferentes restrições quanto à relação  $pro_{px} \dots se_{p0}$ . Embora seja necessário um "mergulho no universo de variação e mudança da cada sistema", gostaria de aventar, com base nos fenômenos observados na evolução do português brasileiro, algumas considerações sobre as línguas abordadas por Cinque (op. cit.).

#### II.7.6.1. No italiano

Dados como os apresentados em (40) parecem retratar uma expansão de si indeterminador em estruturas de alçamento:

- (40) a. Sembra non essers<sub>i</sub>/ ancora scoperto il vero colpevole. (trans.)  
 b. Sembra non essers<sub>i</sub>/ lavorato a sufficienza. (intrans.)  
 c. \*Sembra essers<sub>i</sub>/ arrivati troppo tardi. (erg.)  
 d. \*Sembra non essers<sub>i</sub>/ benvenuti qui. (cop.)  
 e. \*Sembra non essers<sub>i</sub>/ stati invitati da nessuno. (pass.)

Se tal expansão seguir a tendência verificada na expansão das passivas pronominais em português, espera-se que afete, em primeiro lugar, os verbos transitivos diretos, os transitivos usados intransitivamente e os intransitivos, na ordem mencionada. Essa previsão é plenamente satisfeita no casos intransitivos, como em (40b), e dos transitivos usados intransitivamente, como em (73), mas não no caso dos transitivos, como ilustram (71) e (72):

(71) \*Sembr<sub>a</sub>/Dev<sub>e</sub> essers<sub>i</sub> vendut<sub>o</sub> poche automobili. (sing.)

(72) Sembr<sub>ano</sub>/Dev<sub>ono</sub> essers<sub>i</sub> vendut<sub>e</sub> poche automobili. (pl.)

(73) Dovrebbe essers<sub>i</sub> mangiato bene là.

(40b) Sembra non essers<sub>i</sub> lavorato a sufficienza.

O padrão revelado por (71) e (72), pode, contudo, estar meramente refletindo a primazia da concordância em estruturas transitivas. Como observa Cinque (p. 554):

"As many grammatical descriptions of Italian note, the unmarked case is for the verb to agree with the object, the nonagreeing option being possible in certain cases (see (74)) and

marginal in others (see (75))" [minha numeração, JMNJ]:

- (74) a. Da qui, si vedono le montagne.  
b. Da qui, si vede le montagne.

- (75) a. In Italia non si vedono molti indiani.  
b. ??In Italia non si vede molti indiani.

Reconsiderando (71) e (72), pode-se dizer que, stricto sensu, a sentença (71) é asteriscada não por princípios gramaticais, mas por seu relacionamento com outras propriedades do italiano, como a preferência pela concordância verbal.

Esse processo de expansão parece ser evidenciado pelo fato de as estruturas de alçamento não seguirem uniformemente o padrão de (40). Veja-se o que diz Burzio (1981, p. 30) sobre (19) (sua numeração):

- (19) ? sembrava mangiarsi molto bene  
risulta

"Although the configuration in (19) never yields perfect results, and is in fact close to impossible with other Raising predicates (cf. "?\*Stava per vincersi" (...)), I will assume that these cases are essentially grammatical, and that additional and apparently idiosyncratic factors are responsible for their less than perfect status (rather than assuming that these are essentially out, and idiosyncratic factors can partially 'rescue' them)."

A propósito, observem-se o juízo de gramaticalidade de Burzio para sua sentença (19) e o de Cinque para a sentença registrada em (73)!

Essa provável expansão de si indeterminador em construções com alçamento pode ter sido simultânea à expansão em construções simples, ou ter começado posteriormente. A maior sensibilidade à concordância verbal e os diferentes juízos de gramaticalidade indicam que a última

hipótese é mais concebível, embora seja possível que as duas expansões tenham começado simultaneamente e que a expansão em construções simples tenha tomado a dianteira no processo de mudança. Tais especulações, entretanto, somente podem ser aclaradas mediante, por exemplo, uma análise da variação (sincrônica e diacrônica) da concordância em estruturas como (Z1), (72), (74) e (75).

#### 11.7.6.2. No português

Reconsideremos a imprevista marginalidade das sentenças (42d-e) e (43d-e):

(42) d. ?Parece não se ser benvindo aqui.

e. ?Parece não se ter sido convidado por ninguém.

(43) d. ?Seria melhor ser-se ricos.

e. ?Seria melhor ser-se ajudados por alguém.

Como visto na seção 11.3.2, as construções com verbos de ligação e as passivas perifrásticas foram as últimas estruturas a admitir se indeterminador. Diante disso, o que as sentenças acima evidenciam é que a expansão das passivas pronominais não se processou homogeneamente. Enquanto em contextos finitos já se completou, em contextos infinitos a expansão das passivas pronominais ainda está em curso. Isso explica por que as sentenças (d) e (e) de (42) e (43) são menos aceitáveis que as demais, mesmo no português brasileiro, em que a inserção

de se junto a infinitivos é bastante produtiva (cf. seção 11.5): como últimas a seguir a esteira da expansão de se indeterminador em contextos infinitos, as construções com verbos de ligação e as passivas perifrásticas são mais permeáveis a restrições.

Por outro lado, a aceitabilidade de (42c) e (43c):

(42) c. Parece ter-se chegado demasiado tarde.

(43) c. Seria melhor chegar-se pontualmente.

vem a ser a confirmação do que foi sugerido na seção 11.3.2: a expansão das passivas pronominais alcança os verbos ergativos antes dos verbos de ligação. Essa mesma ordenação também se verifica no romeno, como se pode observar abaixo.

### 11.7.6.3. No romeno

Embora não admita passivas pronominais sem concordância entre o verbo e o argumento interno, como exemplificado em (76) (apud CINQUE (op. cit., p. 571)):

(76) Xîn scoala asta se pedepseste prea des pe elevi.  
'Nesta escola frequentemente se repreende os alunos'

o romeno exhibe em contextos finitos com se indeterminador um padrão semelhante ao dos contextos infinitos em português:

(77) Piesa asta s-a jucat anul trecut. (trans.)  
'Esta peça se tocou no ano passado'

- (78) S-a cîntat bine. (intrans.)  
 'Cantou-se bem'
- (79) Ieri s-a ajuns tîrziu acasa. (erg.)  
 'Ontem se chegou em casa tarde'
- (80) \*In tara asta nu se e bucuros. (cop.)  
 'Neste país não se é feliz'
- (81) \*Adesea se e tradat de prieteni falsi. (pass.)  
 'É-se frequentemente traído por falsos amigos'

A impossibilidade de se indeterminador ser empregado junto a construções transitivas com discordância entre o verbo e o argumento interno, como visto em (76), constitui um problema para a hipótese da reanálise aqui defendida. Para tentar resolvê-lo, seria necessária uma investigação diacrônica dessas construções, o que obviamente foge aos limites desta dissertação.

Relativizado o caso dos transitivos, o romeno parece reproduzir um padrão de gramaticalidade como (B2), que se pode imaginar como adequado à descrição dos contextos finitos do português do período entre os séculos XV e XVI:

- (B2) a. Alugam-se casas.  
 b. ?Aluga-se casas.  
 c. Trabalha-se bastante aqui.  
 d. Chegou-se tarde à reunião.  
 e. Precisa-se de empregadas.  
 f. \*É-se feliz quando se é jovem.  
 g. \*Daqui se é visto por todos.

Essa semelhança entre o romeno e o português - moderno, quando se trata de contextos infinitos, e antigo, quando se trata de contextos finitos - é a ilustração de que no processo de reanálise e expansão das passivas pronominais a relação  $pro_{px} \dots se_{po}$  assumiu diferentes valores para diferentes línguas, ou mesmo para diferentes estágios de uma mesma língua; é ainda ilustração de que, mesmo sendo especificado um valor em determinado momento, o operador sintático pode não atuar homogeneamente. Esse estado de coisas é capturado via estudo da variação sincrônica e diacrônica em cada língua.

#### 11.7.6.4. Nos casos limite: o francês e o trentino

Por fim, quero tecer algumas considerações sobre as línguas que, a meu ver, se postam nos extremos da mudança aqui analisada.

Por não ser língua de sujeito nulo, o francês não se submeteu ao processo de reanálise a que as línguas irmãs "pro-drop" se submeteram. Assim, existem em francês somente construções com se apassivador, mas não com se indeterminador, como exemplificam (83) e (84), respectivamente (apud CINQUE (op. cit., p. 566)):

(83) Le crime s'est commis ce matin.

(84) Xll se va beaucoup à Paris.

Sentenças como (85):

(85) Il se mange souvent des gâteaux dans ce bistro.

que aparentemente constituem instâncias de se indeterminador, na verdade até fornecem evidências para a atribuição de acusativo a se apassivador.

Considere-se o contraste entre (85) e (86):

(86) \*Il se mange souvent les gâteaux ici.

Assumindo que (cf. CINQUE (op. cit., p.569):

"II, like English *it*, to which it corresponds exactly, must either head no chain or head a CHAIN with a clausal argument (but not with a nominal argument)"

e que, como indica o "efeito de definitude", o SN des gâteaux em (85) recebe caso inerente (segundo Beletti (1986: "Unaccusatives as Case Assigners", Lexicon Project Working Paper 8, Center for Cognitive Science, MIT, Cambridge, Massachusetts; apud CINQUE (op. cit., p. 569)), o contraste entre (85) e (86) é explicado em função da atribuição de caso. Em ambas as sentenças se absorve caso acusativo e il recebe nominativo; assim, enquanto o argumento interno recebe caso inerente em (85), o SN les gâteaux em (86) não dispõe de fonte de atribuição de caso, fazendo com que a sentença seja asteriscada.

No pólo oposto ao francês, situa-se o trentino, que admite construções com se indeterminador, mas não com se apassivador, como ilustram, respectivamente, (87) e (88) (apud CINQUE (op. cit., p. 573 )):

(87) Le castagne, se le magna col vin caldo.  
'Castanhas, come-se(-as) com vinho quente'

(88) \*Le castagne se magna col vin caldo.  
'Castanhas se comem com vinho quente'

Ao que parece, no processo de reanálise o trentino foi além do que se verificou no português brasileiro. Enquanto no português brasileiro ainda sobrevive na escrita, no trentino a forma arcaica (a construção com se apassivador) está categoricamente excluída do sistema.

Creio que essa passada de olhos por diversas línguas românicas juntamente com os resultados obtidos no estudo diacrônico dos processos de mudança lingüística envolvendo as passivas pronominais no português brasileiro trazem substanciais evidências que explicitem a necessidade e viabilidade da união de um modelo formal a um modelo variacionista de análise com vistas a uma abordagem mais exaustiva dos fatos lingüísticos.

## NOTAS

- (1) As passivas pronominais com o argumento interno no singular foram desconsideradas devido ao fato de poderem ser a superficialização tanto de uma estrutura com se apassivador, como em (ii), quanto de uma estrutura com se indeterminador, como em (iii) (cf. Capítulo I, seção 1.5.4.3):

(i) Comprou-se o material.

(ii) (Expl) comprou-se<sub>pe</sub> [o material]<sub>pi</sub>

(iii) pro<sub>pe</sub> comprou-se<sub>p0</sub> [o material]<sub>pi</sub>

- (2) A distância entre a concordância defendida pelas gramáticas e a discordância, aceitável mesmo em registro formal, é bem evidenciada pelo Manual de Redação (1987) do jornal Folha de São Paulo. No verbete "vendem-se casas" (p. 133) encontra-se a seguinte prescrição:

"Trata-se de um caso de apassivação com o pronome se. Quando o verbo é transitivo direto, em tais casos, emprega-se a passiva pessoal, isto é, o verbo deve obrigatoriamente concordar em número e pessoa com o sujeito da frase. No exemplo que serve de título a este verbete, o sujeito é casas.

Exemplos: 'Vendem-se casas', 'fazem-se livros', 'contam-se histórias'.

Havendo mais de um verbo, mantém-se a forma plural.

Exemplos: 'Procuram-se vender casas', 'dese-

jam-se reivindicar todos os direitos'."

A parte a inadequação dos exemplos de locução verbal dados acima, encontra-se no verbete advérbios (p. 67) a seguinte recomendação:

"Deve-se evitar os advérbios qualificativos, como os de afirmação (...). Deve-se evitar em especial os advérbios originados de adjetivos" [grifo adicionado].

(Esses fatos me foram gentilmente apontados por Renate de Assumpção.)

Como visto, a concordância em passivas pronominais no atual estágio do português brasileiro reflete mais um fenômeno de monitoração da escrita (que por vezes conduz a hipercorreções do tipo tratam-se desses assuntos), que propriamente algo do domínio do vernáculo (cf. LABOV (1972)). Repetindo as palavras de Ali (1957, p. 98);

"(...) Na linguagem literária (...) o verbo continua em parte preso a uma terminação já agora inútil; a forma acha-se em estranho atraso, comparada com a evolução do sentido, e em flagrante contradição com o que regularmente se usa quando o objeto é preposicionado. Diz-se corretamente: *louva-se ao deus Término*; *adora-se aos ídolos*, mas: *adoram-se os ídolos*; *admira-se a Bernardes e a outros escritores*, mas: *admiram-se os escritores*."

(3) A Figura 11.1 se refere a 18 passivas pronominais com o argumento interno no plural, subconjunto de um total de 97 construções com se apasivador ou indeterminador (cf. nota (1)).

(4) Não figuram na Tabela 11.8 e no Quadro 11.2 8 casos em que a estrutura é coordenada a outra passiva pronominal.

(5) Obviamente não se encontraram junto a esses autores referências aos verbos ergativos, entendidos como no modelo da Teoria da Regência e Ligação (v.g. KEYSER e ROEPER (1984)).

(6) Estão ausentes na Tabela 11.7 verbos em construções passivas perfrásticas e verbos transitivos diretos usados intransitivamente. Os primeiros, por não figurarem no corpus analisado; os segundos, porque a codificação dos dados não permitiu que fossem resgatados isoladamente, ficando registrados como transitivos com argumento interno elíptico.

(7) "Mas note-se uma frase como, trata-se de um negócio muito importante, onde não se pensa em qualquer agente pessoal" (cf. MAURER JR. (1951, p. 51)). É bem procedente a observação de Maurer Jr. Creio ter o verbo tratar sofrido uma mudança ainda posterior àquela aqui atestada, podendo, excepcionalmente, ser empregado com se indeterminador associado a sujeitos [ $\pm$ anim].

(8) Desconsiderou-se a possibilidade de construções com terceira pessoa do singular com referência indeterminada serem derivadas de construções com se apassivador. É plausível conceber que o clítico se possa ser elidido somente quando houver um pronome nulo referencial na posição de sujeito; em havendo um expletivo, a elisão do clítico violaria o Princípio de Projeção (cf. CHOMSKY (1982)), pois não haveria realização do papel temático do argumento externo.

(9) Galves (1987, p. 39) atribui essa indeterminação à idéia de que no português brasileiro "a flexão de 3ª pessoa é defetiva em relação ao traço /+pessoa/ que é o que assegura a interpretação determinada do sujeito nulo."

(10) Os demais verbos não foram subdivididos segundo o tipo de sua construção devido ao reduzido número de dados.

(11) O clítico se só é associado a participios em locuções verbais, razão por que construções com participio foram classificadas segundo a flexão de seu auxiliar.

(12) Agradeço Ricardo Nakamiti por ter-me apontado esse texto.

(13) Não houve casos de locução com o verbo auxiliar no infinitivo, razão por que na Figura II.4 os infinitivos aparecem exclusivamente em construções simples.

(14) Pelos mesmos motivos expostos na seção II.5, não procurei mapear a inserção do clítico se junto a infinitivos; esperava, entretanto, que a discordância verbal, indiretamente, delineasse a avaliação que esse fenômeno pudesse ter.

(15) Da mesma forma interpreta Galves (1987, p. 44):

"O caso do se nas infinitivas é particularmente revelador já que tem um estatuto muito positivo na norma brasileira apesar de se distanciar do uso - e da gramática - das outras

línguas românicas, em particular o PE [português europeu]."

(16) Ative-me aqui à exemplificação das classes de verbos abordadas neste capítulo. Cinque (op. cit., p. 522) ainda apresenta o padrão de gramaticalidade de verbos de alçamento, como em (iv), e "psych-movement verbs", como em (v), que seguem o padrão descrito em (c), (d) e (e) de (38), (39) e (40):

(iv) Spesso  $s_i$  risulta non essere in regola. (alç.)

(v) Spesso  $s_i$  preoccupa anche chi non si vorrebbe. ("psych")

(17) O padrão descrito em (40), junto a verbos de alçamento, também é observado em estruturas com movimento de auxiliar para COMP (cf. CINQUE (op. cit., p. 525):

(vi) Non essendos $s_i$  ancora scoperto il vero colpevole,...

(trans.)

(vii) \*Non essendos $s_i$  morti in giovane età, ... (erg.)

(18) Cinque (op. cit., p. 533) apresenta também como gramatical (e instância de se [-arg]) a sentença (viii):

(viii) Seria melhor resultar-se estar em ordem.

(viii) é, com efeito, agramatical, pois o português não admite que se seja gerado sob o nó INFL de construções de alçamento, ao contrário do italiano, como se pode perceber em (ix):

(ix) Spesso si risulta non essere in regola.

(19) Seria interessante investigar se os dialetos do português europeu que admitem um expletivo lexical na posição de sujeito asteriscam, como previsto pela minha análise, estruturas intransitivas como (x):

(x) \*Ele<sub>expl</sub> trabalha-se<sub>p0</sub> muito.

(20) Analisando passivas pronominais do português europeu, Raposo (1989) segue, basicamente, as idéias de Cinque (1988) (também sendo, portanto, suscetível a objeções no que tange à atribuição de nominativo a se e à sua classificação como clítico inerentemente genérico), redimensionando-as numa representação à la Pollock (1989: "Verb movement grammar, and structure of IP" /n Linguistic Inquiry, 20).

Partindo do contraste existente entre estruturas como (xi) e (xii):

(xi) a. é preciso serem lidos os artigos antes da aula.  
b. é preciso os artigos serem lidos antes da aula.

(xii) a. é preciso lerem-se os artigos antes da aula.  
b. ?\*é preciso os artigos lerem-se antes da aula.

Raposo defende a idéia de que no português europeu o argumento interno das passivas pronominais é alçado para uma posição de adjunção a I', e não para a posição de especificador de I. No âmbito da abordagem que

aqui defendi, tal contraste é totalmente imprevisto. Parece-me, entretanto, que a inexistência em sentenças como (xiii) da entonação característica de movimentos para a posição de tópico, bem como a agramaticalidade de (xv), em contraste com (xiv), nos dialetos que admitem expletivo lexical na posição de sujeito talvez possam constituir contra-argumentos para a proposta de Raposo:

(xiii) Os bolos comeram-se.

(xiv) Ele comeram-se os bolos.

(xv) \*Os bolos ele comeram-se.

(21) Sentenças do português com o argumento interno no singular como (xvi) não distinguem se médio de se passivador (nem de se indeterminador!), pois os infinitivos podem admitir pro em sua posição de sujeito:

(xvi) Esta roupa tem a vantagem de se lavar facilmente.

(22) Como visto na seção 11.7.3, a relação  $pro_{px} \dots se_p0$  desencadeia no português os traços de concordância [3ª p.], [sing.] e [masc.]. Dessa forma, (43d) e (43e) devem ser adequadamente reescritos respectivamente como em (xvii) e (xviii):

(xvii) ?Seria melhor ser-se rico.

(xviii) ?Seria melhor ser-se ajudado por alguém.

(23) Construções análogas a (43d) aparentemente são bem formadas em português angolano, como demonstram os exemplos esses exemplos encontrados em PEPETELA (1982: Mayombe, São Paulo, Atica):

(xix) "Para os homens que apreciam a vida humana, que lutam porque apreciam a vida humana, é muito difícil ser-se voluntário para executar a punhalada um homem, mesmo que seja um traidor miserável." (p. 67)

(xx) "É o que dá querer ser-se mais papista que o Papa!"  
(p. 96)

(xx) é bem intrigante pois, à primeira vista, se (indeterminador) está ligado por PRO, situação prevista como agramatical.

## CONCLUSÃO

"O tempo cura o queijo."

(Provérbio mineiro)

### 1.1.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou, com base em semelhanças entre o clítico se e o afixo de participípio, prover argumentos para uma análise unificada das construções com se apassivador e se indeterminador no português (possivelmente aplicável também às demais línguas românicas). A superficialização de uma ou outra construção será resultado da interação entre as propriedades lexicais do clítico se, que podem ser minimamente especificadas como em (1), e princípios independentemente motivados:

- (1) se<clítico> → [-V, +N]  
 [+an, -pro]  
 ([+px])

Sendo gerado sob INFL, se só pode absorver o papel temático reservado ao argumento externo; enquanto clítico, se escapa ao Filtro dos Casos e só absorve caso (acusativo) para satisfazer o Princípio de Atribuição de Papel Temático. Assim, (1) produz os seguintes desdobramentos:

- (1a) se<clítico> → [-V, +N]  
 [+an, -pro]  
 ([+pe])

- (1b) se<clítico> → [-V, +N]  
 [+an, -pro]

(1a) representa se apassivador: o clítico absorve papel temático de argumento externo e caso acusativo, e é ligado por um elo da CADEIA temática que envolve o argumento interno, indeterminando a referência

do argumento externo. Em (1b), o clítico, que só tem necessidade de satisfazer seus traços [+an, -pro], é ligado por uma pronomina referencial nulo, configurando uma relação anafóricopronominal de referência indeterminada.

Como visto, a indeterminação dessas construções é derivada de modo bem diverso. A indeterminação das construções com se apassivador, que encontra paralelo junto às passivas perifrásticas, provavelmente é derivada de algum princípio gramatical, que, especulativamente, pode ser descrito da seguinte maneira: anáforas lexicais detentoras do papel temático do argumento externo quando ligadas por um elemento detentor do papel temático do argumento interno assumem referência indeterminada. Como se apassivador detematiza a posição de sujeito, satisfaz seus traços anafóricos sendo ligado por um expletivo em CADEIA com o argumento interno, ou pelo próprio argumento interno alçado para a posição de sujeito.

Já a indeterminação produzida em construções com se indeterminador é regida mais por rearranjos sintáticos provocados por processos de mudança linguística do que propriamente por algum princípio geral. Dessa forma, a relação que se estabelece entre o pronome nulo da posição de sujeito e se indeterminador está sujeita a restrições imprevisíveis sob uma perspectiva de cunho exclusivamente formal, pois a atualização dos outputs previstos pela representação (1b) não se dá de maneira homogênea no horizonte das línguas românicas como um todo, ou no âmbito de línguas particulares.

Grosso modo, pode-se dizer que (1b) gera um "excesso de produção" de estruturas, incluindo indesejavelmente aquelas que, em determinado estágio do sistema, são consideradas marginais ou categoricamente

agramaticais. Seguindo as propostas de Kato e Tarallo (1989), defendi aqui a idéia de que o "controle" teórico da produção pode e deve ser feito via teoria da variação e mudança. Em outras palavras, a agramaticalidade ou marginalidade de certas construções com ge indeterminador pode não estar associada à violação de algum princípio universal, mas, sim, a choques com a "harmonia intrassistêmica". Torna-se extremamente profícua, portanto, a união de um modelo formal a um modelo variacionista de análise lingüística.

De acordo com essa concepção, a análise formal provê, por assim dizer, os "limites negativos" do universo lingüístico, ou seja, define o que é agramatical numa determinada língua ou no conjunto das línguas naturais; e a análise da variação intralingüística (sincrônica ou diacrônica) retrata a demarcação dos "limites positivos", isto é, estabelece quais dentre as estruturas potencialmente gramaticais (aquelas que não se situam nos "limites negativos") se atualizam como tais num determinado estágio sincrônico, em harmonia com o sistema.

Espero que a investigação aqui realizada possa ter trazido alguma contribuição para a consolidação da ponte entre os limites negativos e positivos.

## 11.2. ALGUMAS PERSPECTIVAS DE PESQUISA

Fruto do angustiante processo de delimitação do objeto de estudo, inúmeras questões pertinentes às passivas pronominais ocuparam aqui pouco ou nenhum espaço, mas constituem um manancial de desafios. Abaixo figuram alguns deles.

a) Uma das questões se refere à variação geográfica do apagamento de se indeterminador. A julgar pelas observações de Kliffer (1977) e d'Albuquerque (1984), este fenômeno, em conjunção com o apagamento dos demais clíticos anafóricos, é mais produtivo nas regiões sudeste (em especial, em Minas Gerais) e centro-oeste do Brasil.

b) Uma outra questão, que foi abordada no Capítulo II, diz respeito ao exato estabelecimento dos contextos infinitos em que se pode considerar que está havendo inserção de se indeterminador. As estruturas levantadas por Galves (1987), parecem-me poder ser somadas sentenças infinitivas que funcionam como complemento nominal e construções temporais do tipo ao (se) + infinitivo.

c) Questão extremamente relevante compreende a tentativa de tratar de uma forma unificada todos os empregos do clítico se. Em princípio, parece-me que a entrada lexical descrita em (1) pode perfeitamente se aplicar à descrição dos "outros" se's, exemplificados abaixo:

(2) João se machucou. (ergativo)

(3) João se arrependeu de seu crime. (inerente)

(4) João ainda não se foi. (enfático)

(5) Esta calça se lava bem. (médio)

(6) João se viu no espelho. (reflexivo)

Em (1), se está especificado como um clítico anafórico que, opcionalmente, absorve papel temático. Diante disso, as diferenças básicas que se podem arrolar para os vários empregos de se envolvem a absorção de papel temático e a posição em que o clítico é gerado. Sendo resultado de operações lexicais, é possível que, enquanto ergativo, inerente, enfático e médio, se seja gerado numa posição de adjunção ao verbo, em que não absorve papel temático e, portanto, não absorve caso; ao passo que enquanto reflexivo, se absorve o papel temático reservado ao argumento interno, devendo estar obrigatoriamente associado a uma cadeia com caso.

d) No Capítulo II foi oferecida uma explicação de ordem histórica para a impossibilidade de o clítico se indeterminador ser ligado por elementos outros que não um pronome de 3ª pessoa foneticamente não realizado: em virtude de um processo de reanálise sintática, o português como que gramaticalizou uma categoria anafórico-pronominal descontínua, equivalente a PRO. Deriva desse processo o fato de o clítico indeterminador ser realizado exclusivamente sob a forma de 3ª pessoa. Não se explicou, entretanto, por que o clítico apassivador também só é realizado sob a forma de 3ª pessoa, ou seja, por que uma sentença como (7) não pode ter a interpretação passiva que é possível em (8):

(7) Elogiamo-nos (nós).

(8) Elogiaram-se os alunos.

Não diviso por ora qualquer resposta para essa questão. É possível que a impossibilidade de o clítico apassivador assumir a forma de 1ª ou 2ª pessoa seja derivada de algum processo de mudança por que os clíticos passaram. Cinque (1988, p. 558) demonstra a estreita relação entre se apassivador e se médio (que também não se realiza sob a forma de 1ª ou 2ª pessoa). Creio que essa relação pode se estender também a se ergativo. Nas três situações o clítico detematiza a posição de sujeito: ou por um processo lexical, como no caso de se ergativo e se médio, ou por um processo sintático, como no caso de se apassivador. Uma pesquisa diacrônica pode tentar mapear o surgimento das construções com esses clíticos e verificar se houve aí algum tipo de reanálise que tenha impedido que se apassivador e se médio fossem realizados como 1ª e 2ª pessoas.

e) No Capítulo I defendi a idéia de um tratamento unificado para as construções com participio. Da interação de princípio independentes com uma entrada lexical especificando que do é um afixo nominal (e, portanto, requer caso) que, opcionalmente, absorve papel temático, resultam construções passivas ou ativas.

Quando absorve papel temático, o afixo de participio concorda em gênero e número com o argumento interno conforme demonstram as sentenças (9) e (10):

(9) Maria tinha [compra+do]<sub>p0</sub> [os livros]<sub>pi</sub>

(10) [Os livros]<sub>pi</sub> foram [compra+doe]<sub>pe</sub> t<sub>pi</sub>

Com base no contraste de concordância observado acima, resta explicar a concordância do particípio quando não há absorção de papel temático, como em (11) ou na sentença francesa (12):

(11) é chegada a hora.

(12) Nous sommes allés à Paris.

f) Ainda no que concerne à abordagem que se deu ao particípio, seria interessante investigar se os afixos de gerúndio e infinitivo podem receber tratamento semelhante.

g) À propósito ainda da análise aqui proposta para o particípio, resta identificar a classe de verbos auxiliares que atribuem caso e descrever formalmente como ocorre essa atribuição.

Enfim, uma questão puxa a outra.

Face às inúmeras perspectivas de pesquisa que se apresentam, volta à mente a imagem do esfíingeo se com seu infundável "Decifra-me ou...". Esperando não ter sido de todo devorado, paro por aqui retomando a última frase de Galves (1986):

"O se ainda fará correr muita tinta."

## BIBLIOGRAFIA

- d'ALBUQUERQUE, A. da C. R. C. (1984): "A perda dos clíticos num dialeto mineiro", in Tempo Brasileiro, 78/79.
- ALI, M. S. (1957): Dificuldades da língua portuguesa: estudos e observações, 3 ed., Francisco Alves, Rio.
- ALMEIDA, N. M. de (1959): Gramática metódica da língua portuguesa, 10ed., Saraiva, São Paulo.
- BAKER, M., K. JOHNSON e I. ROBERTS (1989): "Passive argument raised" in Linguistic Inquiry, 20.2.
- BERLINK, R. de A. (1988): A ordem VSN no português do Brasil: sincronia e diacronia, dissertação de mestrado, IEL, UNICAMP.
- BURZIO, L. (1981): Intransitive verbs and italian auxiliaries, tese de doutoramento, MIT, Cambridge.
- CAMARA JR., J. M. (1977): Dicionário de lingüística e gramática, 7ed., Vozes, Petrópolis.

CHOMSKY, N. (1986): Knowledge of language: its nature, origin and use, Praeger, New York.

\_\_\_\_\_ (1982): Some concepts and consequences of the theory of government and binding, MIT Press, Cambridge.

\_\_\_\_\_ (1981): Lectures on Government and Binding, Foris, Dordrecht.

CINQUE, G. (1988): "On si constructions and the theory of arb", in Linguistic Inquiry, 19.4.

DUARTE, M. E. L. (1986): Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil, dissertação de mestrado, PUCSP.

ELISEU, A. M. G. S. (1984): Verbos ergativos do português: descrição e análise, trabalho de síntese para a Prova de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Faculdade de Letras, Lisboa.

EVERETT, D. (1985): On romance "se", ms, IEL, UNICAMP.

GALVES, C. (1987): "A sintaxe do português brasileiro", in Ensaio de Linguística, 13.

- \_\_\_\_\_ (1986): Aluga-(ee) casas: um problema de sintaxe portuguesa na teoria de regência e vinculação, Preedição 2, Campinas.
- IKEDA, S. (1977): O pronome se, dissertação de mestrado, PUCSP.
- JAEGGLI, O. (1986): "Passive", *in* Linguistic Inquiry, 17.4.
- KATO, M. A. e F. TARALLO, (1989): Harmonia transistêmica: variação intra- e interlingüística, Preedição, 5, Campinas.
- KEYSER, S. J. e T. ROEPER, (1984): "On the middle and ergative constructions in English" *in* Linguistic Inquiry, 15.3.
- KLIFFER, M. D. (1979): "Reflexive deletion in Brazilian Portuguese" *in* CRESSEY e NAPOLI (eds.): Linguistic Symposium on Romance Languages, 9, Georgetown University Press, Washington.
- LABOV, W. (1982): "Building on empirical foundations", *in* LEHNANN & MALKIEL (eds.): Perspectives on historical linguistics, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia.
- \_\_\_\_\_ (1975): "On the use of the present to explain the past", *in* Linguistics at crossroads, Liviana Editrice-Jupiter Press.

- \_\_\_\_\_ (1972): Sociolinguistic patterns, University of Philadelphia Press, Philadelphia.
- LANGACKER, R. W. (1976): "Syntactic reanalysis", in LI, C. H. (ed.): Mechanisms of syntactic change, University of Texas Press, Austin.
- LIGHTFOOT, D., W. (s/d): "Modeling language change: ontogenetic and philogenetic", in Catastrophic theory.
- LOBATO, L. M. P. (1986): Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação, Vigília, Belo Horizonte.
- MAURER JR. T. H. (1951): Dois problemas da língua portuguesa - o infinito pessoal e o pronome se, São Paulo.
- NARO, A. J. (1976): "The genesis of the reflexive impersonal in Brazilian Portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon", in Language 52.4.
- OMENA, N. P. de (1978): Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativas, dissertação de mestrado, PUCRJ.

PIMENTA-BUENO, M. do N. S. (1986): "As formas [V + do] em português: um estudo de classe de palavras" in D.E.L.T.A., vol. 2, nº 2.

\_\_\_\_\_ (1979): "A proposal for a unified treatment of reflexive, reciprocal, intrinsic and impersonal SE in Portuguese", in LANTOLF et al., (eds): Colloquium on Spanish and Luzo-Brasilian linguistics, Georgetown University Press.

RAPOSO, E. P. (1989): Novas perspectivas sobre a concordância verbal em português, ms, UNICAMP.

TARALLO, F. (1983): Relativization strategies in Brazilian Portuguese, tese de doutoramento, University of Pennsylvania.

WEIREICH, U., W. LABOV e M. HERZOG (1968): "Empirical foundations for a theory of language change", in LEHMANN & MALKIEL: Directions for historical linguistics, University of Texas, Austin.

WILLIAMS, E. (1981): "Argument Structure and morphology", in The Linguistic Review, 1.1.